

República Federativa do Brasil

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministra

Marina Silva

Secretaria Executiva

João Paulo Capobianco

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Maria Cecília Wey de Brito

Diretoria do Programa Nacional de Área Protegidas

Maurício Mercadante

Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Ronaldo Weigand Jr.



Áreas Protegidas da Amazônia

Ministério do Meio Ambiente

Brasília - 2008

Realização

Programa Áreas Protegidas da Amazônia -ARPA e
Cooperação Técnica Alemã - GTZ

Coordenação Editorial

Danielle Calandino da Silva - MMA

Lêda Luz - GTZ

Daniela Torres Leite - Funbio

Projeto Gráfico e

Masanori Ohashy - Idade da Pedra Produções Gráficas

Diagramação

João Gonçalves - Idade da Pedra [estagiário]

Agradecimentos

Agradecemos a todos que implementam o Programa ARPA e
constroem um novo panorama da conservação na Amazônia.
Em especial, àqueles envolvidos diretamente na realização
desta revista:

Ana Paula Santana - MMA, Alexandra Almeida - Funbio,

Daniela de Oliveira - MMA, Fábio Leite - Funbio,

Francisco Javier Fawaz - Greentec, Katia Souza - MMA,

Jussara Ramos - GTZ, Lilian Hangae - Ibama,

Leonardo Pacheco - Ibama, Marisete Catapan - WWF,

Mauro Amaral - MMA, Natália Paz - Funbio,

Rejane Andrade - MMA, Ronaldo Weigand Jr. - MMA,

Tatiany Barata - MMA

Início

ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA



Apresentação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA

Ronaldo Weigand Jr.

Estratégia de Conservação e Investimento do Programa Áreas Protegidas da Amazônia ARPA

Ronaldo Weigand Jr.

Programa de Gestão para Resultados - PGR: Uma estratégia inovadora de capacitação para implementação do modelo de excelência em Unidades de Conservação participantes do ARPA

*Cleani Marques Paraíso,
Marcos Antonio Reis Araújo,
Rogério F. Bittencourt Cabral*

Reflexo da Gestão e da Participação das Comunidades na Recuperação da População de Tartaruga-da-Amazônia no Rebio do Rio Trombetas, Pará

*Carlos Augusto de Alencar Pinheiro,
Antonio de Almeida Correia Junior,
Gilmar Nicolau Klein, José Risonei Assis da Silva, Alberto Guerreiro de Carvalho, Marília Falcone Guerra, Raquel Hêllem Trindade Ferreira, Victor Largura Singh.*

A Estratégia de Implantação do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Lago Piratuba

Patricia R. Salgado Pinha

Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú: Os indicadores como instrumento de avaliação da gestão

Thayná J. Mello, Marcelo C. Bresolin, Mariana M. Leitão, Sérgio H. Borges

Diagnóstico Socioeconômico Participativo na Revisão do Plano de Manejo da Rebio Jaru

*Serena Turbay dos Reis,
Luiz Sérgio F. Martins*

Gestão do Conflito entre Castanheiros e a Rebio do Rio Trombetas, PA

Gilmar Nicolau Klein, José Risonei Assis da Silva, Marília Falcone Guerra, Victor Largura Singh, Antônio de Almeida Correia Junior, Raquel Hêllem Trindade Ferreira, Alberto Guerreiro de Carvalho, Carlos Augusto de Alencar Pinheiro

O Processo de Elaboração do Termo de Compromisso entre a Reserva Biológica do Lago Piratuba e a Comunidade do Sucuriçu

Patricia Ribeiro Salgado Pinha

Acordos de Uso de Castanhais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus

*Evely Sevalho,
Jomber Chota Inuma,
Gelson Batista,
Cláudia Pereira de Deus*

Programa de Gestão Integrada Transfronteiriça da Zona Estuarina do Rio Oiapoque - Cooperação Brasil-França

Kelly Bonach, Marcos da Silva Cunha, Ricardo Motta Pires, Rodrigo Paranhos Faleiro, Gláucia Pereira de Sousa, Carolina Peixoto Ferreira, Lauro Henrique de Paiva Jr, Pascal Gombauld

O Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas

Carlos Eduardo Marinelli, Henrique Santiago A. Carlos, Romulo Batista, Fabio Rohe, Fabiano Waldez, Thais Kasecker, Waldener Endo, Rafael F. Godoy

Encarando o Desafio da Sustentabilidade Financeira na Gestão dos Recursos Naturais das UCs do Amazonas: Planos de negócios e sua utilidade

*Domingos Macedo,
Marcos Amend,
Adevaldo Dias*

Carbono - O Efeito Colateral do ARPA

Johannes Scholl

De Zero a Cem em 4 anos - A Aceleração até a Velocidade de Cruzeiro do ARPA

Fabio Heuseler Ferreira Leite.

Créditos



Início

Apresentação

Atividades Apoiadas pelo Programa

Novidades

UCs Apoiadas pelo Programa

Apresentação

Com quatro anos de execução, metas da primeira fase para a criação de unidades de conservação (UCs) alcançadas, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) alcançou um significativo aprendizado institucional e gerencial, com práticas inovadoras de gestão e avanços metodológicos. O ARPA é um Programa do Governo Federal com a missão de proteger de forma significativa e representativa a biodiversidade da Amazônia e promover o desenvolvimento sustentável para as gerações presentes e futuras. Considerado a maior iniciativa de proteção da biodiversidade do planeta, o ARPA tem a meta de proteger e implementar 50 milhões de hectares de UCs, a um custo total de US\$ 400 milhões.

O ARPA é o resultado da soma de esforços de equipes idealistas e motivadas de entidades públicas e privadas, incluindo unidades de conservação na Amazônia, órgãos gestores de UCs, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), doadores, cooperação técnica e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Criado por meio do Decreto N° 4.326 de 08 de agosto de 2002 e com duração prevista para dez anos, o Programa é coordenado pelo MMA e implementado através de uma parceria entre os órgãos gestores de UCs, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), a Cooperação Técnica Alemã – GTZ. Para a execução do ARPA, além dos recursos alocados pelos governos, os recursos do ARPA são disponibilizados por doadores: WWF-Brasil, que

também apoia tecnicamente, o Fundo Global para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial, e o Entwicklungsbank - KfW. Recentemente duas empresas tornaram-se doadoras do ARPA, cada uma doando um milhão de dólares: O Boticário e Natura.

Com o Programa ARPA, o Governo Federal pretende contribuir para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares de florestas na Amazônia por meio do apoio à criação, estabelecimento e consolidação de unidades de conservação. Para garantir a efetividade e a perpetuidade de suas ações, o Programa está apoiando a criação de um sistema de monitoramento da biodiversidade e a criação do Fundo de Áreas Protegidas (FAP). O FAP é um fundo fiduciário de capitalização permanente, cujos rendimentos serão usados para financiar custos de manutenção e proteção de unidades de conservação do Programa ARPA. Além disso, o ARPA está desenvolvendo outros mecanismos de financiamento complementar e projetos de desenvolvimento comunitário no entorno de unidades de conservação de proteção integral.

Ronaldo Weigand Jr.

Coordenador do Programa ARPA



Início

Apresentação

Atividades Apoiadas pelo Programa

Novidades

UCs Apoiadas pelo Programa

Dentre as principais atividades apoiadas pelo Programa, destacam-se:

- Atualização do Mapa das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição e Benefícios da Biodiversidade do Bioma Amazônico.
- Realização de consultas públicas para criação de novas unidades de conservação.
- Elaboração e implementação de Planos de Proteção.
- Criação e consolidação de conselhos gestores.
- Elaboração de planos de manejo.
- Consolidação territorial por intermédio da elaboração de termos de compromisso, da realização de levantamentos fundiários e atividades de sinalização e demarcação.
- Aquisição de equipamentos e implantação de infra-estrutura.

Além disso, a discussão e implementação de novas políticas e o aprimoramento das rotinas de gestão das UCs são elementos constantemente trabalhados por intermédio de um Programa de Capacitação direcionado aos gestores envolvidos no Programa e de uma abrangente articulação interinstitucional, que garante a participação igualitária das diversas esferas envolvidas. Atualmente, são beneficiadas pelo Programa 60 unidades de conservação, 33 de proteção integral e 27 de uso sustentável, além do

apoio a 27 estudos para criação de novas UCs, totalizando uma área de aproximadamente 40 milhões de hectares – 10 vezes a área da Holanda.

Esta revista registra e divulga o aprendizado adquirido por alguns dos mais de 70 gestores do ARPA, e algumas ações e resultados alcançados na busca da implementação de um modelo de gestão de UCs inovador e adequado à nossa sociedade.

É com grande prazer que divulgamos algumas dessas experiências e que disponibilizamos este espaço àqueles que, como nós, aceitaram o grande desafio de influenciar decisivamente no destino da biodiversidade da Amazônia por meio da criação, do estabelecimento e da consolidação de unidades de conservação na Amazônia.





Início

Apresentação

Atividades Apoiadas pelo Programa

Novidades

UCs Apoiadas pelo Programa

Novidades no ARPA

Com a fase de estabelecimento do arranjo gerencial básico praticamente concluída, nossa atenção no ARPA está se movendo para o conteúdo técnico e a qualidade das ações do Programa. Assim, uma série de ações inovadoras, com apoio dos executores e da cooperação técnica ao ARPA, está em curso:

- Incorporação do novo Mapa de Áreas Prioritárias à Estratégia de Conservação e Investimento.
- Criação de um sistema de gestão de dados, integrando diversos bancos de dados e tornando obrigatória a alimentação dos dados coletados nas expedições do Programa ARPA, tornando-os disponíveis para atualizações futuras do Mapa de Áreas Prioritárias.
- Criação e implementação do sistema informatizado de coordenação e gerenciamento do Programa ARPA, ou SisARPA, com as seguintes características:
 - Integração com o Cadastro Nacional de UCs e o Sistema ARPA do Funbio.
 - Informatização e integração da Ferramenta de Avaliação da Efetividade de Gestão de UCs (Tracking Tool), ajustada para o ARPA.

- Planejamento de metas (Plano Estratégico Plurianual – PEP) para os marcos referenciais do ARPA.
 - Plano de trabalho, no nível de atividades e tarefas, com divisão de responsabilidades e cronograma.
 - Módulo de gestão de metas, que avisa o executor sobre as atividades e tarefas programadas, permite reprogramar atividades e responsáveis, verificar atividades atrasadas, entre outras.
 - Módulo de relatórios, que permitirá a elaboração de relatórios técnicos das atividades, atualização dos progressos das UCs, a obtenção de relatórios sobre os avanços qualitativos do ARPA, entre outros.
 - Módulos acessórios: subsídios técnicos, comunicação, captação de recursos, capacitação, gestão institucional, organização de eventos, manutenção de instalações e equipamentos, entre outros.
 - Relatórios públicos, em tempo real, disponíveis na Internet.
- Elaboração de uma estratégia de proteção para as UCs apoiadas pelo ARPA, com um novo roteiro de planos de proteção, hoje obrigatórios no ARPA. Os planos de proteção passarão a focar também nas causas dos problemas de proteção das



avançar

1

2



Início

Apresentação

Atividades Apoiadas pelo Programa

Novidades

UCs Apoiadas pelo Programa

UCs, e não somente na sua repressão por meio de atividades de vigilância e fiscalização.

- Implementação do plano de capacitação dos gestores do ARPA, com destaque para o Programa de Gestão de Resultados (PGR/Gespública), e uma série de atividades de capacitação, normalmente divulgadas às UCs do ARPA por edital.
- Refinamento dos roteiros dos planos de manejo, com a finalidade de tornar os planos mais práticos, rápidos de elaborar, com a informação necessária, e menos custosos.
- Implementação dos projetos de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC) associados ao ARPA e financiados pelo FNMA.
- Fortalecimento da equipe de sustentabilidade financeira do Funbio.
- Apoio à implementação da Rede Digital de Vigilância Ambiental Voluntária (Rede Povos da Floresta).
- Apoio à elaboração e implementação de termos de compromisso nas UCs.

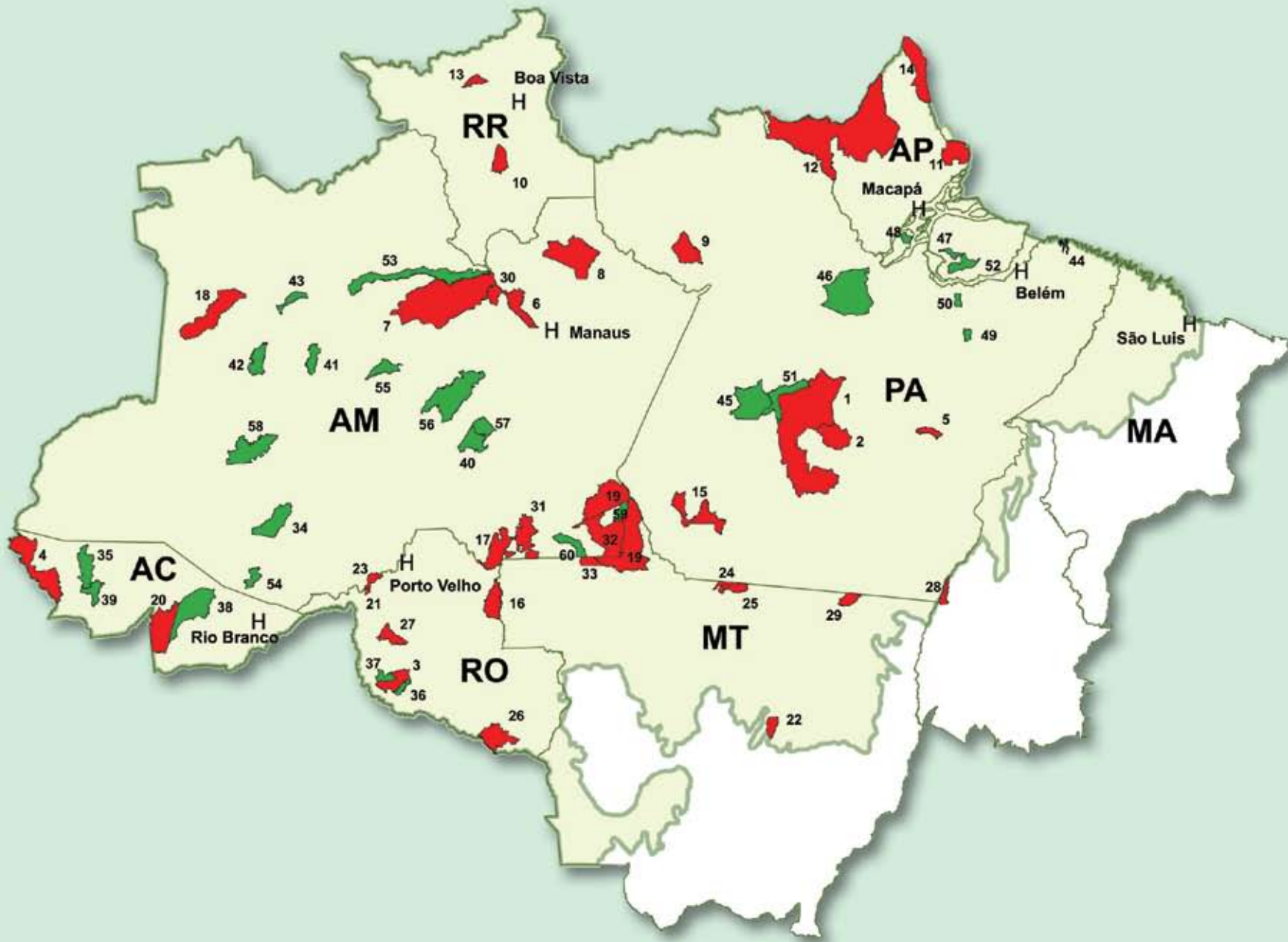


voltar



1

2





UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Ronaldo Weigand Jr.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Para proteger uma amostra representativa da biodiversidade da Amazônia, o Governo Federal criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e executado por meio de uma parceria técnico-financeira com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), governos estaduais, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e instituições doadoras de recursos. Inicialmente, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial, o WWF-Brasil, e o KfW destinaram, juntamente com o governo, US\$ 81,5 milhões para os primeiros quatro anos do Programa. O investimento estimado para o ARPA, em dez anos, será de US\$ 395 milhões. Com 50% dos recursos de doação desembolsados ou comprometidos, metas de criação de unidades de conservação (UCs) alcançadas, mais de 60 UCs apoiadas ou candidatas ao apoio do Programa, tornou-se necessária uma estratégia para que o Programa mantivesse o foco, não crescesse além dos recursos disponíveis e garantisse recursos suficientes para a implementação de seus marcos referenciais, isto é, parâmetros do que se considera uma UC implementada ou consolidada.





UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de
conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de
estabelecimento

Propósito do Projeto

Metodologia

A estratégia foi desenvolvida pela Unidade de Coordenação do Programa (UCP) com o apoio do Painel Científico de Aconselhamento (PCA) do ARPA e de consultores, com o apoio da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), e foi aprovada pelo Comitê do Programa em 16/10/2006.

Prioridades de conservação

O primeiro passo foi definir as prioridades de conservação a partir de uma análise de representatividade biológica complementar, com base em alvos de conservação capazes de representar adequadamente a biodiversidade amazônica. Inicialmente, para ser atendida pelo ARPA, bastava a UC ser de categoria elegível, ter sido criada com consulta pública, não ter conflitos com terras indígenas, e estar localizada em um dos polígonos prioritários para a conservação da biodiversidade definidos pelo Governo Federal no Mapa de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade (Brasil, 2004a,b). Entretanto, o exercício que originou o mapa (“seminário de Macapá”) havia sido executado há seis anos, e já surgiam questionamentos quanto ao seu valor para guiar o apoio do ARPA. Assim, a Unidade de Coordenação do Programa ARPA, em conjunto com o Painel Científico de Aconselhamento (PCA), propôs a adoção complementar de alvos de conservação, formados pela intersecção de ecorregiões com tipos de vegetação. Explicando de forma simples, foi estabelecida uma meta de representação de 10% da área de cada alvo nas UCs apoiadas pelo ARPA.

UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de
conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de
estabelecimento

Propósito do Projeto

Urgências de proteção

O segundo passo foi a definição das urgências de proteção, a partir de uma análise de ameaças com base em um modelo de expansão do desmatamento na Amazônia. Tanto as urgências de proteção quanto as prioridades conservação foram desenvolvidas com base no estudo de Nelson et al. (2006) especialmente desenvolvido para o ARPA com apoio da GTZ.

Modelo financeiro

O terceiro passo foi o desenvolvimento de um modelo financeiro para o ARPA, com custos estimados para o cumprimento das metas. Esses custos foram estimados de acordo com o sub-projeto do plano operativo anual e dos marcos de estabelecimento e consolidação adotados pelo Programa:

Marcos referenciais para estabelecimento:

- Estabelecimento de capacidade mínima de gestão, com equipe administrativa/coordenadora provisória definida e contratada pelo órgão responsável;
- Conselho consultivo ou conselho deliberativo criado e operante,
- Limites sinalizados;
- Programas de fiscalização e controle da UC funcionando;
- Plano de manejo aprovado.

Marcos referenciais de consolidação de UCs de proteção integral:

- Limites da UC definidos;
- Análise fundiária realizada;
- Plano básico de proteção em funcionamento;
- Existência de estrutura física e equipamentos mínimos;



avancar

1

2



UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de
conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de
estabelecimento

Propósito do Projeto

- Existência de cinco funcionários alocados pelo governo;
- Plano Operativo Anual - POA preparado com base no plano de manejo, definido em conjunto com o conselho consultivo;
- Plano de manejo sendo implementado, inclusive no entorno;
- Conselho Consultivo operante;
- Incluída no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;
- Proposta de sustentabilidade financeira da UC;
- Ambiente natural conservado em pelo menos 90% da área;
- Alocação orçamentária governamental anual.

Para a estimativa de custos, foi desenvolvida uma tipologia de UCs baseada em grupo (uso sustentável ou proteção integral), tamanho (menor que 250 mil hectares, entre 250 mil e um milhão de hectares, e maior que um milhão de hectares) e logística principal (fluvial ou terrestre), resultando em 8 tipos de UCs e 8 tipos de processos de criação de UCs.

Os custos foram então estimados, para cada tipo de UC ou processo de criação, por várias estratégias, incluindo a própria experiência do ARPA e projeções com base nos insumos elegíveis para cada meta. A maior parte dos tetos resultantes foram revistos com a maioria dos chefes das UCs apoiadas pelo ARPA, mas são considerados ainda sujeitos a aperfeiçoamento, de acordo com a experiência do Programa.

Para diminuir o número de tipos, foi considerado que toda UC maior que um milhão de hectares apresenta logística fluvial e que toda UC menor que 250 mil apresenta logística terrestre.



voltar

1

2



UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de
conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de
estabelecimento

Propósito do Projeto

Prioridades de estabelecimento

A definição de prioridades de estabelecimento e consolidação foi realizada com base em uma análise das metas do Programa, e no planejamento de metas plurianuais, realizado pelas UCs apoiadas ou candidatas ao apoio do ARPA. Para isso, a UCP, com apoio da GTZ e demais parceiros:

1. Adaptou a Ferramenta de Avaliação da Efetividade da Gestão de UCs (Tracking Tool ou TT) para refletir os marcos referenciais e permitir a avaliação do ARPA por subprojeto.
2. Desenvolveu um programa linear (ver abaixo) para maximizar os resultados e o alcance das metas.

As metas do Programa, e seus indicadores, estão definidos no Documento de Projeto (PAD), conforme a matriz lógica da página 47, reproduzidos a seguir:





UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de
conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de
estabelecimento

Propósito do Projeto

Propósito do Projeto

Expandir e consolidar um sistema de áreas protegidas na Amazônia brasileira para sustentar a conservação da biodiversidade.

Fase 1

- Criação de 18 milhões de hectares de novas áreas protegidas (9 milhões de hectares de UCs de proteção integral e 9 milhões de hectares de UCs de uso sustentável).
- Consolidação de 7 milhões de hectares de UCs de proteção integral existentes.
- Estabelecimento de um fundo fiduciário de capitalização permanente para áreas protegidas.

Indicadores de fim de programa

- 50 milhões de hectares de UCs na Amazônia brasileira até 2012.
- Mecanismo de financiamento para custos recorrentes de UCs complemente operacional.

Indicadores de fim de projeto (até 2006)

- Pelo menos 70% das novas UCs criadas estão estabelecidas e protegidas até 2006.
- Pelo menos 70% das UCs estão consolidadas e efetivamente protegidas até 2006.
- A cobertura florestal das UCs do projeto permanece estável.
- Fundo fiduciário de capitalização permanente estabelecido e operacional até 2006.

Apesar de as prioridades de conservação terem sido analisadas por meio de um programa de apoio à decisão (C-Plan) comumente utilizado em planejamento sistemático da conservação, elas foram novamente analisadas no programa linear desenvolvido pela UCP, em que as prioridades são analisadas considerando, além das metas de representatividade, as metas do



avancar

1

2

3



UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de
conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de
estabelecimento

Propósito do Projeto

Programa ARPA, os custos de alcançá-las, os recursos disponíveis (incluindo uma projeção para o Fundo de Áreas Protegidas), os avanços já obtidos e as metas propostas pelas UCs.

Para criar o programa linear do modelo financeiro do Programa ARPA, foi utilizada a ferramenta “solver” do MS Excell. O modelo toma em consideração metas e recursos necessários, como limitantes mínimos (para as metas) e máximos (para os recursos necessários, em função da sua disponibilidade). Como a finalidade do modelo é uma decisão sobre a alocação dos recursos de doação, somente estes são considerados, sendo que uma discussão sobre recursos governamentais é feita somente em relação às equipes das UCs.

As metas a serem atingidas pelo modelo foram as seguintes:

- Área total de novas UCs: maximizar.
- Área de novas UCs:
 - 9 milhões de hectares de UCs de US.
 - 9 milhões de hectares de UCs de PI.
- Número de UCs de PI criadas antes de março de 2000 atendidas pelo ARPA: 16 + 1 conjunto (EE Mujica Nava/Serra dos Três Irmãos).
- Área de UCs que atingem os marcos referenciais de implementação em 2008:
 - 6,3 milhões de hectares de UCs de US.
 - 6,3 milhões de hectares de UCs de PI.
- Número de UCs existentes que atingem os marcos referenciais de consolidação em 2008: 8 UCs.
- Área dos objetos de conservação abrangida pelas UCs do ARPA: 10% de sua área no Bioma, quando ocorrerem dentro de UCs.



avanzar



voltar

1

2

3

UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Prioridades de conservação

Urgências de proteção

Modelo financeiro

Prioridades de estabelecimento

Propósito do Projeto

Os recursos limitadores do modelo foram os seguintes:

- Recursos disponíveis: R\$ 65 milhões (recursos de doação destinados à primeira fase do ARPA, não incluindo os recursos destinados ao FAP).
- Rendimentos anuais previstos para serem disponibilizados pelo FAP a partir de 2009.

Ajustes nas metas das UCs

Ao rodar o programa linear pela primeira vez, observamos que as metas não eram alcançadas, e que o apoio às UCs era limitado pelos recursos financeiros disponíveis. Então, adotou-se critérios de ajustes nas metas propostas pelas UCs: 1) elas deveriam ser elegíveis em função dos requerimentos do ARPA para alocação de equipes nas UCs (por exemplo: apoio a infra-estrutura e equipamentos depende da alocação de um mínimo de duas pessoas na UC), e 2) as metas propostas não deveriam, quando possível, ultrapassar duas vezes a capacidade de desembolso anual.

Um processo de negociação com os órgãos gestores de UCs refinou esses ajustes. Ao final, o programa linear apresentou uma solução que permitia o alcance das metas, como será descrito nos Resultados.

Inclusão de UCs com base em critérios externos ao programa linear

Uma vez obtido o resultado, foram adicionadas manualmente à solução as UCs cujo grau de ameaça era extremo e as UCs cuja a insubstituibilidade calculada pelo C-Plan era alta. A manutenção do uso da solução fornecida pelo C-plan foi realizada por precaução.



voltar

1

2

3





UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

A Estratégia ARPA recomendou o apoio a 57 UCs, uma área de 33 milhões de hectares, até 2008, alcançando 97% das metas de representatividade ecológica dos alvos de conservação que poderiam ser alcançadas com o conjunto de UCs disponíveis.

Os resultados da estratégia de conservação são expressos na Tabela 5. A Estratégia de Conservação e Investimento, para alcance das metas até 2008, com os recursos disponíveis, recomenda o apoio a 63 estudos de criação e unidades de conservação, totalizando 37,5 milhões de hectares, e ultrapassando as metas de criação da primeira fase. Das UCs apoiadas, 2,4 milhões de hectares deverão ser estabelecidos até o final de 2007 e 16 milhões de hectares, até o final de 2008. Nove UCs de proteção integral serão consolidadas até o final de 2008.

Dos 241 alvos de conservação do ARPA, 104 ocorrem em UCs ou em estudo de criação apoiados ou candidatos ao apoio do ARPA. Sessenta e oito desses objetos têm 10% ou mais de sua ocorrência nessas UCs. A Estratégia foi capaz de alcançar essa meta de 10% para 66 dos alvos de conservação, ou 97% do que era possível sem critério algum de seleção.

5 O modelo não permite exceder o orçamento, como aqui apontado, mas como algumas UCs foram adicionadas manualmente, o orçamento acabou sendo maior do que os recursos disponíveis.

Entenda-se aqui “probabilidade de execução” a relação (%) entre a capacidade de desembolso total das UCs do ARPA e o teto total aprovado.

As metas originalmente propostas pelos gestores acumulavam uma demanda de recursos de R\$ 133 milhões até dezembro de 2008 a estratégia reduziu esse valor para R\$ 79 milhões. Tomando o ano de 2007 como exemplo, a estratégia fez com que a “probabilidade de execução” total do Plano Operativo Anual (POA) subisse de 24,4% para 82%. Em anos passados, a taxa de execução do POA do ARPA ficava no patamar de 25%; com a estratégia, as metas são garantidas e a chance de executarmos uma proporção maior do POA aumenta enormemente.

Por outro lado, a adequação dos tetos ao orçamento é de 1,22, isto é, ultrapassa em 22%. Poderia ser um problema se a previsão (ou probabilidade) de execução não fosse de cerca de 80%. Aprovar um teto maior traz a segurança de que, caso as UCs executem mesmo somente 80% do teto proposto, as metas terão sido alcançadas e os recursos terão sido desembolsados, como mostram as metas e o valor ajustados pela probabilidade de execução. Quanto ao FAP, a adequação, pressupondo ótimo ritmo de captação, é de 1,07, o que demonstra razoável adequação.

4 A relação entre o teto recomendado e os recursos disponíveis.

Resumo dos Resultados da Estratégia de Conservação

Nº. UCs apoiadas	
Estudos de criação	7
Novas UCs de PI	13
Novas UCs de US	27
UCs de PI existentes	17
Total	64
Área de UCs apoiadas	
Estudos de criação	4.486.391
Novas UCs de PI	13.032.797
Novas UCs de US	11.715.760
UCs de PI existentes	8.219.237
Metas do ARPA	
Novas UCs implementadas 2007	2.439.268
Novas UCs implementadas 2008	16.157.859
UCs existentes consolidadas 2007	1
UCs existentes consolidadas 2008	9
Objetos de conservação	
Nº. Objetos	241
Nº. Objetos em UCs	104
Nº. Metas atingidas (A)	66
Nº. Metas que seriam atingidas se o apoio fosse para todas as candidatas (B)	68
% metas atingidas (A/B)	97%

Soma dos tetos financeiros 2008 (R\$1.000)	
Metas propostas	69.300
Soma dos tetos financeiros 2008	(R\$1.000)
Metas propostas	64.471
Capacidade de execução anual atual (R\$1.000)	
Todas as UCs	22.952
Capacidade de desembolso UCs selecionadas	22.388
POA 2007 (só UCs selecionadas)	27.267
Probabilidade de execução total	82%
POA 2007	36.027
Quantia provavelmente desembolsada	29.580
POA 2007 Proposto (Todas as UCs)	94.235
Probabilidade de execução do POA 2007 como proposto	24,4%
Valor Utilizado 2007-2008	79.001
Adequação ao orçamento	1,22
Ganho de eficiência do planejamento (número de UCs)	20%
Metas e Valor ajustado pela probabilidade de execução	
Novas UCs implementadas 2008	13.266.485
UCs consolidadas 2008	7
Valor utilizado 2008	64.864
Adequação ao FAP em 2009	1,07





UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusão

A metodologia adotada para a elaboração da Estratégia de Conservação e Investimento se mostrou eficaz para a complexa tarefa de definir prioridades no Programa ARPA. Escolher entre dezenas de UCs e priorizar suas metas teria sido impossível sem uma ferramenta de suporte à decisão, e nos levaria à adoção de regras simplistas, como por exemplo não permitir a entrada de novas UCs abaixo de um certo tamanho. A Estratégia foi capaz de combinar fatores biológicos, ameaças e pressões, metas do Programa, metas e progressos das UCs, custos para alcance das metas e recursos disponíveis.

Da Estratégia aprendemos que os recursos do ARPA, embora pareçam abundantes, não permitem ineficiência e falta de foco na execução. A Estratégia de Conservação e Investimento demonstra que os recursos já são limitantes à execução total das metas programadas. Para adequação da necessidade orçamentária aos recursos disponíveis, foi necessário alterar a elegibilidade de vários tipos de insumos (como demarcação e vigilância patrimonial, que tiveram sua elegibilidade limitada). Isso quer dizer que os governos tiveram sua necessidade de cofinanciamento ampliada, ou pelo menos redefinida.

Aprendemos a planejar estrategicamente, mantendo o foco, priorizando atividades e metas. A Estratégia foi aplicada no POA

2007, e foi um processo doloroso para todos nós, executores do ARPA. De um lado, tivemos que frustrar a expectativa de alocação orçamentária abundante como em anos anteriores. De outro, como tivemos que manter o calendário de elaboração do POA 2007, o esforço teve que ser refeito uma vez que a Estratégia identificou necessidades de ajustes radicais nas metas das UCs. Entretanto, acreditamos que isso trará ganhos para o futuro.

O primeiro deles é uma confiança maior na equipe do Programa para a priorização de UCs e alocação orçamentária. Isso é importante no processo de captação de mais US\$ 310 milhões necessários à implementação das fases seguintes do ARPA e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma relação soberana com as fontes de recursos. Além disso, a Estratégia facilita a avaliação de progresso do Programa, e das UCs individualmente. Os POAs futuros ficarão mais simples de serem elaborados, e a necessidade orçamentária de cada UC, mais clara. Acreditamos, assim, que a Estratégia foi uma inovação importante no planejamento das ações de projeto e que pode ser um exemplo para outros programas onde a escolha entre diferentes ações para o alcance de metas bem definidas seja complexa como no ARPA.



UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E INVESTIMENTO PARA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Brasil. 2004 a. Presidência da República. Congresso Nacional. Decreto nº. 5092, de 21 de maio de 2004. Brasília.

Brasil. 2004 b. Presidência da República. Congresso Nacional. Portaria nº. 126 de 27 de maio de 2004. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.

Nelson, B.; Albernaz, A; Soares, B. 2006. Estratégia de Conservação para o Programa ARPA: Representatividade Ecológica e Ameaças. Relatório de consultoria.



PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Cleani Marques Paraíso
Marcos Antonio Reis Araújo
Rogério F. Bittencourt Cabral
Consultores GTZ e Membros da NEXUCS
(Núcleo em Excelência de UCs)

A avaliação da efetividade de gestão de unidades de conservação (UC) é um tema que vem despertando grande interesse. Os três últimos Congressos Mundiais de Parques a destacaram em sua pauta. A Comissão Mundial de Parques (WCPA) da União Mundial pela Natureza (IUCN) esboçou um primeiro questionário de avaliação da gestão de unidades de conservação em meados da década de 1980. Posteriormente, a comissão elaborou um manual de orientação para o desenvolvimento de programas de monitoramento da efetividade de gestão (Hockings et al., 2006).

No Brasil um grande esforço vem sendo desenvolvido para a avaliação da gestão de unidades de conservação, através de instrumentos como o Tracking Tool (Higgins-Zogib & Mackinnon, 2006), a avaliação rápida e priorização do manejo de unidades de conservação -RAPAM (WWF et al., 2004) e o instrumento de Medición de la Efectividad del Manejo de Áreas Protegidas (Cifuentes et al., 2000). No entanto, uma análise realizada por Figueiredo (2007), demonstrou que estes instrumentos não medem fatores fundamentais para o estabelecimento de capacidade mínima de gestão, tais como liderança e clima organizacional.

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) empreende uma iniciativa pioneira no mundo para desenvolver e testar um novo modelo de gestão para unidades de conservação, tendo como base o Modelo de Excelência em Gestão Pública, proposto pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização -Gespública (Ministério de Planejamento, 2006). Na gestão de uma instituição, os modelos de excelência são usados para apresentar o estado da arte de como organizar e gerir instituições (Moura, 2003). O Modelo de Excelência em Gestão Pública representa uma maneira de operacionalizar a qualidade nas instituições



avanzar

1

2

PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

públicas. Ele é constituído de sete critérios, denominados critérios de excelência que na sua interação orientam o desenvolvimento de alta performance organizacional. Os critérios são: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes e Sociedade, Informações e Conhecimento, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos e Resultados.

Em novembro de 2006 foi iniciado o Programa de Educação Continuada ARPA visando a implementação do Modelo de Gestão para Resultados ou Programa de Gestão para Resultados (PGR) como foi chamado por seus participantes. Em sua concepção, o Programa objetiva apoiar as unidades de conservação, selecionadas a partir de critérios estabelecidos pelo ARPA, na implementação de práticas de gestão que apoiem a sua consolidação. Consolidar uma unidade de conservação num ambiente complexo como a Amazônia é um grande desafio. A estratégia de capacitação visa estabelecer a sistematização da gestão das unidades envolvidas, tornando possível a otimização dos investimentos financeiros, humanos e materiais de maneira não só eficiente como também eficaz. Converter recursos em resultados efetivos implica na implementação de um processo de gestão que confira foco às ações e que permita o acompanhamento do desempenho e o aprendizado contínuo.

A proposta não é apenas dimensionar uma ação de treinamento, mas efetivamente criar condições de aplicação nas UCs de novas tecnologias de gestão. Daí a proposta de criar um

Programa de Educação Continuada. O termo “continuada” diz respeito à estratégia de demandar do treinando a imediata aplicação do conteúdo trabalhado. Disseminar conceitos, disponibilizar ferramentas, estimular atitudes e empreender continuamente a aplicação destes no dia-a-dia da UC.

O Programa de Gestão para Resultados (PGR) possui três objetivos:

- Possibilitar o aprendizado e aplicação de conhecimentos adequados a um gerenciamento competente das UCs, garantindo-lhes o cumprimento dos seus objetivos conforme previstos no SNUC.
- Implementar modelo de gestão com foco em resultados tendo como referência os fundamentos e critérios da Excelência conforme Gespública -Ministério do Planejamento.
- Potencializar o trabalho em equipe na UC, possibilitando o desenvolvimento de competências profissionais alinhadas a uma gestão voltada para resultados.



voltar

1

2



PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Com a preocupação de que esta iniciativa produzisse uma alavancagem no desempenho das UCs, foram utilizados os critérios de: Número mínimo de membros na equipe, plano de manejo concluído ou em elaboração, conselho gestor formado, alta capacidade de execução e facilidades logísticas para a participação. Utilizando estes critérios foram selecionadas as seguintes UCs participantes do PGR: Estação Ecológica de Anavilhanas, Parque Nacional do Jaú, Reserva Biológica de Trombetas, Parque Nacional do Cabo Orange, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Reserva Biológica do Lago Piratuba e Parque Estadual do Cantão.

Para a consecução dos objetivos propostos estão planejadas as seguintes estratégias de intervenção educacional:

- Capacitação: Atividades de treinamento em que as ferramentas e as metodologias de gestão são disponibilizadas à equipe da Unidade de Conservação;
- Consultorias: Atividades de assistência técnica às equipes das Unidades de Conservação, onde as ferramentas e metodologias de gestão são aplicadas na realidade de cada unidade com o apoio e orientação da equipe de Consultores;
- Coaching: Acompanhamento do desempenho das pessoas estratégicas para o desempenho da UC, orientando, avaliando e aconselhando com a intenção de promover a prontidão pessoal para a implementação das melhorias na gestão; e
- Tutoria à distância: Orientações, esclarecimentos e apoio à gestão da unidade de conservação pela equipe de Consultores durante a implementação do Programa.

A implementação ocorre em três etapas - diagnóstico, gestão estratégica e gestão de processos - além do aspecto comporta-



avançar



1

2

3

PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

mental que é trabalhado de maneira transversal aos conteúdos, visando apoiar as lideranças e suas equipes na implementação de práticas que possam potencializar seu desempenho.

A etapa de diagnóstico, já concluída, constituiu-se de auto-avaliação da gestão das UCs a partir do instrumento do Gespública e apreciação do perfil das equipes, com a finalidade de se estabelecer um marco zero que pudesse servir como parâmetro comparativo ao final do programa. A auto-avaliação também propicia a mobilização das equipes das UCs para a reflexão sobre a necessidade de dimensionar melhorias e criar um estado de prontidão para o processo de aprendizagem e implementação do programa.

A segunda etapa tem como foco a Gestão Estratégica. Mais do que sistematizar um projeto estratégico para as UCs aplicando ferramentas e utilizando modelos, este é o momento de explicitar claramente as escolhas e apostas da UC para sua consolidação e efetividade. O rumo definido é representado através de um mapa estratégico que procura estabelecer uma relação lógica entre os objetivos e resultados. A ferramenta escolhida para desdobrar e monitorar a estratégia é o Balanced Scorecard ou BSC (Kaplan & Norton, 2004).

A sistematização da gestão estratégica tem como desafio a mudança do paradigma de planejamento com base nas necessidades para um foco em resultados efetivos. Estabelecer foco, definir metas e criar um sistema para acompanhar estes resulta-

dos demanda análise, debate e o estabelecimento de consensos em relação ao que se gostaria de fazer, ao que é necessário e ao que é possível realizar, partindo dos recursos disponíveis. A idéia do possível está relacionada ao estabelecimento do “caminho crítico” ou caminho prioritário - conjunto limitado de objetivos no qual a equipe da UC investirá esforços prioritariamente tendo em vista recursos humanos, financeiros e materiais finitos para alavancar os desempenhos mais estratégicos para a organização.

É intenção do PGR que as equipes das UCs incorporem aos seus esforços de escolhas estratégicas e também à rotina de administração da unidade o ciclo de gestão PDCA (Planejar, Executar, Controlar e Aprender) possibilitando um acompanhamento das ações e, principalmente, um aprendizado contínuo da equipe sobre como construir mais economicamente os resultados que a UC necessita e prioriza. Este é um processo permanente de aumentar a capacidade das equipes de solucionar problemas cada vez mais complexos e de uma forma cada vez mais efetiva.

Na terceira etapa, a Gestão dos Processos objetiva apoiar as UCs nos esforços de reconhecimento das suas atividades mais críticas - de forma coerente com as escolhas estratégicas - e a estruturação de um sistema simples e efetivo para o planejamento, execução, monitoramento e a melhoria destas atividades. Ao desenvolver a competência da equipe para mapear os



avançar



voltar

1

2

3

PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

principais processos da UC e disponibilizar ferramentas adequadas para a sua gestão, o PGR espera melhorar de forma significativa o desempenho operacional da UC, contribuindo desta forma para a consolidação.

O aspecto comportamental é trabalhado de maneira transversal às três etapas, visando criar condições organizacionais propícias à implementação das práticas e ações gerenciais através do desenvolvimento das suas equipes de trabalho.

Embora o PGR tenha escolhido intencionalmente o foco na implementação de práticas de gestão referentes aos critérios Estratégias e Planos e Gestão de Processos, por apostar na potencialização do desempenho a partir destas abordagens, esses esforços são apoiados pelo trabalho comportamental que promove o fortalecimento das Lideranças nas equipes de trabalho das UCs, além de criar condições para que os grupos possam diagnosticar a situação atual da Gestão de Pessoas, e identificar ações de melhoria relacionadas também a estas dimensões da gestão.

A apreciação do perfil individual das lideranças, a pesquisa de clima organizacional, as atividades de coaching e as reuniões com as equipes para análise da situação atual da gestão de pessoas são algumas das ferramentas utilizadas no programa para apoiar a gestão da dimensão comportamental.



voltar

1

2

3



PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Os resultados obtidos até o momento pelo Programa de Gestão para Resultados estão relacionados à mudança da visão das equipes das UCs sobre a importância da gestão para a consolidação da unidade. Os primeiros produtos das reflexões estratégicas realizadas pelas UCs (Missão, Valores, Visão de Futuro e Mapas Estratégicos) e as oportunidades promovidas para a reflexão e o acompanhamento comportamental demonstraram a importância do investimento das instituições envolvidas no desenvolvimento da competência destas para uma gestão efetiva.

O foco nos resultados mais prioritários e a consciência sobre a complexidade e a potencialidade da variável comportamental (pessoas) para a obtenção destes resultados podem ser reconhecidos como os principais resultados obtidos pelo PGR nas suas fases iniciais de implementação.



PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

A ambição do PGR encontra-se, por um lado, fortemente ancorada nas possibilidades de melhorias já visualizadas. Oferecer uma estrutura de gestão simples, efetiva e adequada à realidade de um grupo de pessoas notoriamente comprometidas com a causa ambiental pode significar uma combinação poderosa capaz de promover ganhos exponenciais para a conservação da Amazônia brasileira.

No entanto as possibilidades de resultados e o caráter inovador dos objetivos do PGR não devem impedir o reconhecimento de limites reais ao seu sucesso. O pioneirismo da iniciativa cria dificuldades pela inexistência de referências válidas, como por exemplo, no estabelecimento de um sistema de medição do desempenho das UCs. Já o trabalho comportamental depara-se com grupos em situação de desenvolvimento heterogênea em termos de organização do trabalho, liderança e integração. Questões como sobrecarga, clima organizacional, rotatividade, retenção do capital intelectual e adaptação ao ambiente Amazônico dos servidores que migraram de outras regiões do país para atuar nestas UCs tem sido identificadas como críticas à consolidação dessas equipes de trabalho.

Contribuir para a compreensão de tais questões no âmbito das equipes das Ucs e também das instituições envolvidas poderá favorecer tanto a proposição pelos servidores de melhorias no âmbito da própria equipe, como na formulação de políticas e práticas de gestão no âmbito das instituições. A jornada está apenas no início e a visão futura de consolidar efetivamente a gestão das Ucs se configura como um horizonte necessário, desafiador e, sobretudo, possível.



PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS - PGR: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA DE CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICIPANTES DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Brasil. 2006. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão, Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública; Prêmio Nacional da Gestão Pública - PQGF: Instrumento para Avaliação da Gestão Pública - Ciclo 2006. Brasília. MP, Gespública, SEGES, Versão 1.

Cifuentes, M. A.; Izurieta, A. & Faria, H. H. 2000. Medición de la Efectividad del Manejo de Áreas Protegidas. Turrialba, Costa Rica: WWF, UICN & GTZ. 89p.

Figueiredo, C. C. M 2007. From Paper Parks to Real Conservation: Case studies of national park management effectiveness in Brazil. Unpublished dissertation, The Ohio State University, Columbus, Ohio, US.

Higgins-Zogib, L. & Mackinnon, K. 2006. World Bank/WWF Alliance Tracking Tool: Reporting conservation progress at protected area sites. In: Hochings, M.; Stolton, S. and Dudley, N. Evaluating Effectiveness: a framework for assessing the management of protected areas. 2a. ed. Gland, Switzerland: UICN. 121p.

Hochings, M; Stolton, S. Levrington, F. Bublely, N. & Courrau, J. 2006. Evaluating Effectiveness: A framework for assessing the management of protected areas. 2a ed. Gland, Switzerland: UICN. 121p.

Kaplan, R. S.; Norton, D. P. 2004. - Mapas Estratégicos - Balanced Scorecard: Convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis - Rio de Janeiro: Elsevier.

Moura, L. R. 2003. Qualidade Simplesmente Total. Rio de Janeiro. Editora Qualitymark. 187 p.

WWF - World Wildlife Fund; Fundação Florestal & Instituto Florestal. 2004. Rappam - Implementação da Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Florestal e da Fundação Florestal de São Paulo. São Paulo. 42p.



REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Carlos Augusto de Alencar Pinheiro
Antonio de Almeida Correia Junior
Gilmar Nicolau Klein
José Risonei Assis da Silva
Alberto Guerreiro de Carvalho
Marília Falcone Guerra
Raquel Héllem Trindade Ferreira
Victor Largura Singh

*Reserva Biológica do Rio Trombetas e da
Floresta Nacional Saracá-Taquera*

A Reserva Biológica do Rio Trombetas, criada em 1979 com objetivo de proteger áreas de reprodução da tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), está localizada no noroeste do Pará, no município de Oriximiná, na margem esquerda do rio Trombetas e possui uma área de 385 mil ha. No seu trecho denominado tabuleiros, já há séculos é conhecida uma população de tartaruga-da-amazônia, que faz seus ninhos nas praias arenosas que surgem na época da vazante, onde já foi considerada a maior concentração conhecida dessa espécie (Bonach, 2004).

No entorno da unidade de conservação está instalada a Mineração Rio do Norte, com área industrial e vila de moradores, além de mais 10 comunidades, e existem também em seu interior seis comunidades, das quais cinco são remanescentes de quilombos e uma é formada por pessoas atraídas pela oportunidade de empregos na mineradora (Ibama, 2006).

Durante séculos, as espécies de quelônios que ocorrem na região, como tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), tracajá (*Podocnemis unifilis*) e pitiú (*Podocnemis sextuberculata*) têm sido caçados para alimentação e para venda em centros urbanos e têm seus ovos retirados para alimentação e comércio (Bonach, 2004). O decréscimo no número de fêmeas que utilizam os tabuleiros para reprodução foi percebido desde a década de 1970, quando ainda cerca de 7 mil tartarugas surgiam na época da vazante, mas acentuou-se principalmente nas décadas de 1980 e 1990, chegando a menos de 200 contadas em 2003 (Ibama, 2007). Não há, ainda, dados conclusivos que indiquem as causas desse decréscimo, mas há indícios que a influência da pressão da caça, coleta de ovos e do aumento do tráfego de embarcações seriam os principais fatores para redução desta população.



avançar

1

2

REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Com a criação da unidade de conservação, iniciou-se o trabalho de proteção e fiscalização para conter a caça e a coleta de ovos, que têm sido, historicamente, a causa de conflitos entre o órgão gestor da unidade (inicialmente o IBDF e atualmente o Ibama) e as populações das comunidades que utilizam esses animais. Além disso, o processo envolveu a retirada de moradores tradicionais de seu território e a proibição do uso de recursos de seu interior, criando grande oposição à sua existência na região (Acevedo & Castro, 1998). Ainda recentemente, as marcas deixadas por esse conflito, o pouco contato do Ibama com as comunidades e o desconhecimento destas sobre a importância do trabalho desenvolvido na unidade vinham sendo fatores que dificultavam e até inviabilizavam a proteção dessas áreas, agravados pelos poucos recursos humanos e financeiros disponíveis ao órgão.

A partir de 2003, com o aporte de recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), e o ingresso de novos analistas ambientais no Ibama, houve aumento significativo dos esforços na proteção dos locais de desova das tartarugas, como também mudanças nas formas de manejo. Em 2005, iniciou o Projeto Quelônios na Amazônia, coordenado pelo Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios (RAN-Ibama) em conjunto com o Laboratório Tartaruga da Amazônia (LATA-

INPA) e a Reserva Biológica do Rio Trombetas, com o objetivo de desenvolver pesquisas para avaliar as práticas de manejo adotadas e sua eficiência.

Este trabalho pretende mostrar como o apoio do programa ARPA, associado ao planejamento estratégico do Ibama na gestão da unidade, possibilitou a adoção de novas práticas de manejo e aprimoramento na proteção da população tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) e a aproximação e conscientização das comunidades quanto à importância que a REBIO do Rio Trombetas tem na preservação dos recursos naturais e nas tradições de seu modo de vida.



voltar

1

2



REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Tamanho da população

Taxa de eclosão e sobrevivência de filhotes

Migração e uso do habitat

Proteção dos tabuleiros.

Participação comunitária.

Metodologia

Para a conservação das populações de quelônios são adotadas seis práticas básicas: mapeamento e identificação das áreas de desova, proteção das áreas de reprodução, transferência dos ovos de locais de risco de predação ou inundação, controle da eclosão dos ovos, manejo dos filhotes, que são recolhidos, transferidos para berçários e posteriormente soltos nos lagos da região e por fim a participação das comunidades para envolvê-las nas ações de conservação (Cantarelli, 1980; Padua et al., 1983; Ibama, 2004; Cantarelli, 2006). As atividades de conservação da espécie iniciam na sua migração para os tabuleiros em julho e vão até a sultura dos filhotes, finalizada em fevereiro, quando são realizadas as seguintes etapas:

Tamanho da população

A avaliação do tamanho da população da tartaruga-da-amazônia é feita pela contagem das desovas nas praias, que é uma estimativa do número de fêmeas, mas com a ressalva de que nem todas desovam todos os anos. Paralelamente, são feitas capturas com redes de emalhar, o que permite também a captura de machos. Os indivíduos são marcados com cortes nos escudos laterais, em seqüência única que possibilita sua identificação posterior. Todos os indivíduos recebem ainda um microchip que é inserido na musculatura da cauda. De cada indivíduo são tomados os dados biométricos básicos como peso e medidas da carapaça e plastrão, além da anotação de injúrias. Com campanhas sucessivas e o surgimento de recapturas, o tamanho populacional pode ser estimado por uma equação simples e pode-se também avaliar o crescimento dos indivíduos recapturados (Bataus, 1998; Martinez et al., 2006).

REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Tamanho da população

Taxa de eclosão e sobrevivência de filhotes

Migração e uso do habitat


Proteção dos tabuleiros.

Participação comunitária.

Taxa de eclosão e sobrevivência de filhotes

A eficiência do manejo dos filhotes da tartaruga-da-amazônia vem sendo estudada através da marcação com microchips em grupos submetidos a diferentes práticas, como a soltura sem headstarting ou mantidos em berçários, com alimentação artificial, para soltura depois do enrijecimento da carapaça e da lavagem do suposto “cheiro de ovo” que atrairia os predadores. O manejo também é avaliado pela comparação entre taxa de nascimento dos ninhos manejados com aqueles naturais (Cantarelli, 2006).

Migração e uso do habitat

A migração trófica vem sendo estudada por telemetria, que consiste na colocação de transmissores de satélite ARGOS e de rádio VHF na carapaça das tartarugas . Os transmissores foram colocados em 10 fêmeas após a desova em 2005 e acompanhadas durante o ano de 2006, até o seu retorno aos tabuleiros. O posicionamento dos animais era informado por e-mail, cujos pontos eram confirmados in situ (Martinez et al., 2006).

O uso do habitat pelas tartarugas foi estudado seguindo os pontos de transmissão de satélite, cuja certeza atinge uma precisão máxima de 250m de raio. Já o radiotransmissor permite a localização precisa. Estes pontos foram plotados para análise dos locais de permanência fora do período reprodutivo.



Soltura das tartarugas com transmissores após a desova.



REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Tamanho da população

Taxa de eclosão e sobrevivência de filhotes

Migração e uso do habitat

Proteção dos tabuleiros.

Participação comunitária.

Proteção dos tabuleiros.

A forma de proteger os tabuleiros de desova é feita através de rondas 24 horas para garantir o máximo de tranquilidade para as tartarugas e segurança à equipe de pesquisa. A equipe de proteção é composta por quatro policiais e 10 agentes ambientais que se revezam na área durante o período de reprodução, realizando rondas nos lagos e no trecho do rio onde estão os tabuleiros (Ibama, 2007).



Participação comunitária.

A análise da situação e o planejamento feito em reuniões internas com a equipe de analistas ambientais colocaram como estratégicos um maior envolvimento e uma maior aproximação das comunidades com os objetivos e atividades da REBIO. Foram estabelecidas três frentes de atuação: A integração com a educação formal, através de oficinas para formação de professores multiplicadores das ações de conservação de quelônios, em duas escolas localizadas próximas às áreas de reprodução; envolvimento de comunidade quilombola no monitoramento de áreas de reprodução dos quelônios, através de reuniões para revisar o conhecimento existente, tanto científico como popular, definir a área de trabalho, a necessidade de recursos, capacitação e a forma de coleta de dados; reuniões informativas e uma excursão às áreas de manejo, envolvendo as cinco comunidades próximas aos tabuleiros, para divulgação do projeto de conservação da tartaruga-da-amazônia (Thiollent, 2005).



REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados


Avaliação das
práticas de manejo


Envolvimento
comunitário

Resultados

Avaliação das práticas de manejo

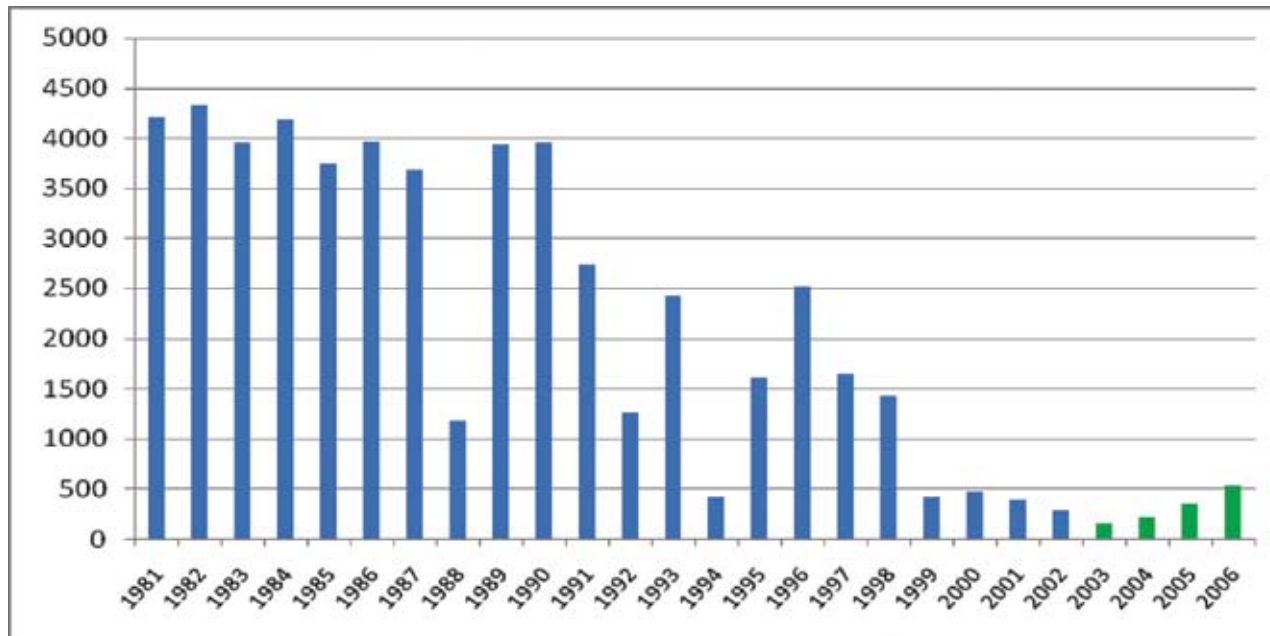
Por ter amadurecimento sexual tardio, estudos populacionais com a tartaruga-da-amazônia devem ser de longa duração (Bataus, 1998). Assim, os resultados aqui apresentados são parciais, já que o Projeto Quelônios da Amazônia tem previsão de 20 anos de duração.

A redução do número de fêmeas em desova e do número de filhotes soltos requereu a adequação das práticas, sob pena de tornar inviável a população de tartarugas na REBIO do Rio Trombetas. Com o Programa ARPA, houve melhoria da infra-estrutura e foi possível manter policiais nas áreas de desova, proporcionando avanços no manejo, pesquisa e proteção, resultando em um aumento no número de fêmeas em desova a partir do ano de 2003. Mesmo assim o número de fêmeas ainda representa cerca de 12% do registrado na década de 1980 .

O acompanhamento da migração de tartarugas-da-amazônia revelou a importância dos igapós durante o ciclo anual das tartarugas. Todas as tartarugas que foram acompanhadas ao longo do ano passaram o período de cheia nos igapós, dentro dos lagos da REBIO e no seu entorno, concentrando-se nos tabuleiros no período de desova. Como medidas de manejo, deverão ser direcionados esforços no sentido de conservar e proteger esse habitat, reforçando a importância da unidade para preservação dessa espécie .

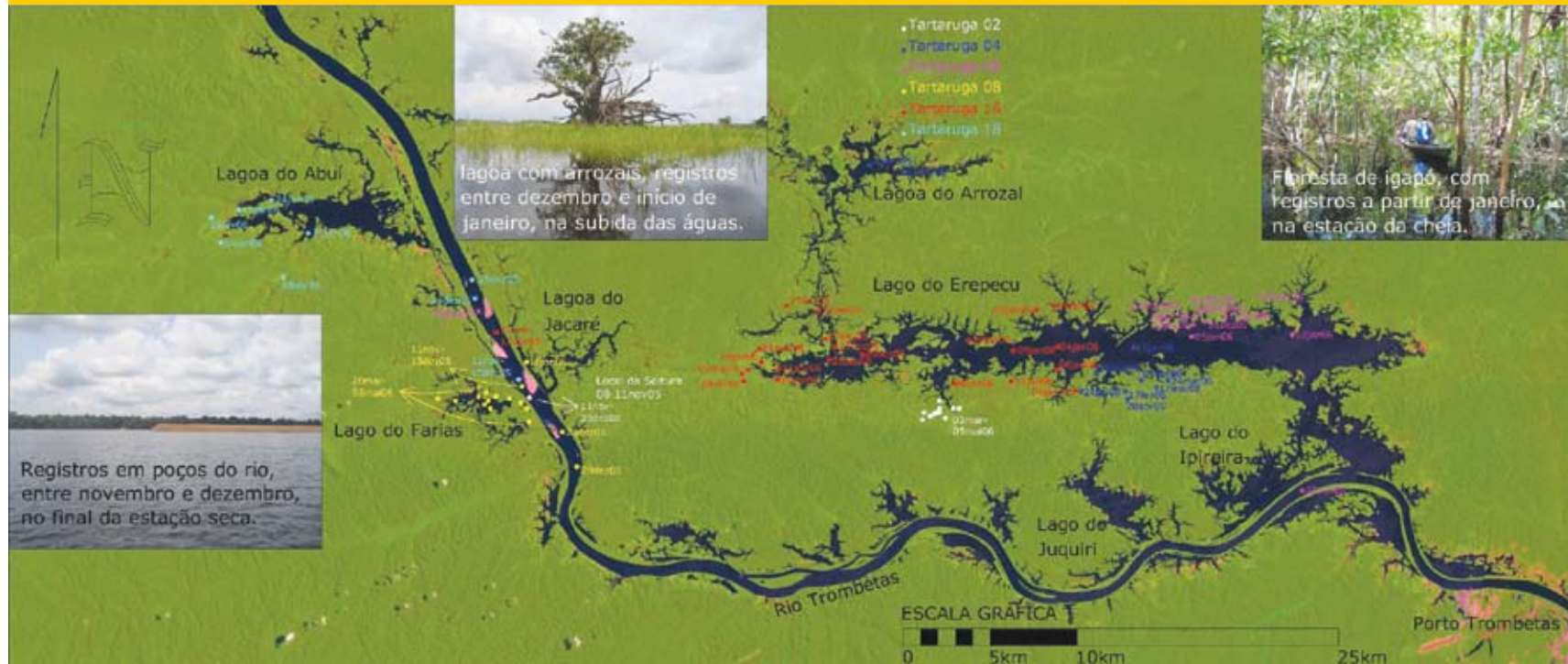
Os dados de nascimento de filhotes indicam que em torno de 66% dos ovos de ninhos manejados geram filhotes vivos, considerando em conjunto as perdas por afogamento, morte por parasitas, ovos não fertilizados e insucesso no manejo. Esses dados indicam que são necessárias melhorias nas práticas de manejo para que haja uma maior aproximação à taxa de sobrevivência observada nos ninhos naturais. Todos os filhotes soltos foram marcados com microchip para avaliação de recrutamento e usados como um parâmetro de medida da recuperação da população de tartarugas-da-amazônia.

Efeito das práticas de manejo na recuperação do número de fêmea desovando nos últimos quatro anos.



fechar

Localização das tartarugas marcadas na REBIO do Rio Trombetas (Martinez et al., 2006)



fechar



REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão


Referências bibliográficas

Resultados

Avaliação das
práticas de manejo

Envolvimento
comunitário

Envolvimento comunitário

Hoje as comunidades remanescentes de quilombos têm uma relação de maior confiança com a unidade de conservação, o que é evidenciado pelo número de participantes nos eventos relacionados com a temporada de reprodução de quelônios. Em 2006 foram liberados na natureza 19.642 filhotes de tartaruga-da-amazônia e 2.000 filhotes de tracajá e pituiú com participação de cerca de 300 pessoas entre lideranças comunitárias, alunos das escolas e professores .

As escolas municipais Raimundo Vieira, das comunidades Mãe Cué, Sagrado Coração e Tapagem, e Santa Maria, da comunidade Último Quilombo do Erepecu são o foco do trabalho de integração com a educação formal. Ficou estabelecida a realização de oficinas periódicas para que professores pudessem atuar como multiplicadores e são disponibilizados materiais básicos de apoio. Visitas de campo fazem parte do calendário, e acontecem sempre na época de soltura de filhotes.

A Comunidade Último Quilombo do Erepecu e o IBAMA hoje são parceiros na proteção dos quelônios. A participação se dá através de trabalho voluntário dos comunitários no monitoramento dos locais próximos à comunidade, coleta de dados sobre número de ninhos, número de ovos, locais de postura, eclosão e sobrevivência dos filhotes.

Nas reuniões informativas são chamados a participar todos os comunitários de todas as comunidades próximas das áreas de reprodução de quelônios. São expostos os materiais disponíveis sobre as atividades da unidade, incluindo a metodologia de trabalho e os resultados do manejo e proteção, com o objetivo de aproximar os comunitários e buscar sua integração. Foram feitas três reuniões em 2006, com participação de mais de 150 pessoas.

O apoio do Programa ARPA foi decisivo nesse processo, pois proporcionou os recursos para o trabalho de campo, visitas nas comunidades, reuniões, eventos, manutenção dos equipamentos e estruturas necessários para dar eficiência às ações de recuperação da população de tartarugas-da-amazônia (*Podocnemis expansa*).



Alunos da escola Raimundo Vieira participando de atividade de campo nos tabuleiros do Rio Trombetas





REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

Os longos anos de esforço no manejo de quelônios, em particular da tartaruga-da-amazônia, não implicaram na manutenção dos estoques, ao contrário, há sinais de que o recrutamento ainda é deficiente, enquanto persistem esforços de captura para alimentação e comercialização, aumento do tráfego de embarcações e outros. Nesse sentido é fundamental a manutenção dos estudos iniciados, em parceria entre a REBIO, o INPA e o RAN-Ibama com recursos do SIMBIO/ARPA. Ações integradas são necessárias para preservar e recuperar uma espécie que motivou a criação da UC e que tem importância sócio-cultural para as populações tradicionais.

As atividades com os comunitários foram os passos iniciais de um trabalho que prosseguirá durante os próximos anos. Apesar das limitações, quebrou parte da resistência existente nas escolas e nas comunidades sobre a unidade de conservação. A participação das comunidades e escolas deverá aumentar devido à continuidade das atividades de preservação dos quelônios, através de parcerias, conscientização e planejamento em conjunto. O papel da participação efetiva das comunidades e do programa ARPA é de suma importância para recuperação da população de tartarugas-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) e estratégica para se alcançar os objetivos da Reserva Biológica do Rio Trombetas.

A população da tartaruga-da-amazônia da REBIO do Rio Trombetas vem mostrando sinais de recuperação, entretanto é necessário examinar este fato sob enfoque da ciência e dos acontecimentos históricos para que se aprimorem as práticas de conservação desta espécie.



REFLEXO DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TARTARUGA-DA-AMAZÔNIA NA REBIO DO RIO TROMBETAS, PARÁ



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Acevedo, R. E. & Castro, E. 1998. Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios. 2ª ed. Belém: CEPUJ. 262p.

Bataus, Y.S.L. 1998. Estimativa de Parâmetros Populacionais de Podocnemis expansa (Tartaruga-da-Amazônia) no rio Crixás-açu (GO) a partir de Dados Biométricos. Goiânia. 58p. Dissertação (M.S.) - Universidade Federal de Goiás.

Bonach, K. 2004. Diagnóstico da Tartaruga-da-Amazônia Podocnemis expansa para Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Goiânia. 29p.

Cantarelli, V.H. 1980. I Encontro Técnico-Administrativo sobre Preservação de Quelônios. IBDF, Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia. 47p.

Cantarelli, V.H. 2006. Alometria Reprodutiva da Tartarugas-da-Amazônia (Podocnemis expansa): Bases biológicas para o manejo. 118f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Ibama. 2004. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Brasília. MMA. 556p.

Ibama. 2006. Cadastro de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas do Interior e Entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Relatório Final. Porto Trombetas. 401p.

Ibama. 2007. Reserva Biológica do Rio Trombetas Floresta Nacional Saracá-Taquera - Relatório Anual de Atividades - 2006. Porto Trombetas. 68p.

Ibama. 2007. Plano de Proteção da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Porto Trombetas. 43p.

Martinez, D.N.C; Vogt, R.C & Klein, G.N. 2006. Resultados Preliminares do Estudo de Telemetria em Podocnemis expansa no Rio Trombetas. Anais do VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina, Ilhéus, BA.

Padua L.F.M.; Alho, C.J.; Carvalho, A.G. 1983. Conservação e Manejo da Tartaruga-da-Amazônia, Podocnemis expansa, na Reserva Biológica do Rio Trombetas (Testudines, Pelomedusidae). Brasil Florestal. (54):43-53.

Thiollent, M. 2005. Metodologia da Pesquisa-ação. 14ª ed. São Paulo: Cortez. 132p.

A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Patricia Ribeiro Salgado Pinha

Ibama/AP - Reserva Biológica do Lago Piratuba

As unidades de conservação concentram, atualmente, a maior biodiversidade remanescente do planeta. No entanto, grande parte dessas áreas está longe de ser efetivamente protegida. Sendo assim, é imperativo que as unidades de conservação atendam a uma questão fundamental: Atingir os objetivos para os quais foram criadas (Milano, 2002). Para tanto, é fundamental a divisão de responsabilidades sobre a gestão do patrimônio natural protegido, pertencente às atuais e futuras gerações, conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Brasil, 2000).

Nesse sentido, a implantação de instâncias de discussão dos problemas ambientais apresenta-se como uma das principais formas de “materializar” e “perpetuar” a dimensão participativa e o caráter contínuo dos processos de educação. A participação do maior número de interessados contribui para aumentar a compreensão sobre a unidade de conservação e suas atividades, o que leva a um maior apoio social e conseqüentemente político, facilitando o estabelecimento de parcerias, o que, por sua vez, aumenta a efetividade na conservação (Maretti et al., 2000).

A implantação de conselhos consultivos traz, ao mesmo tempo, conquistas e dificuldades. Dentre os aspectos positivos, pode-se destacar: A participação das comunidades locais na gestão da unidade; a colaboração na administração; a busca conjunta por soluções; a minimização dos conflitos existentes entre os interessados na área; maior transparência e credibilidade da gestão; processo permanente de troca de informações e apoio na tomada de decisões polêmicas. Entretanto, é comum o pouco envolvimento de alguns membros, especialmente do setor público, somado a representações deficientes de outros atores, em função do elevado



avançar

1

2

A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

nível de desorganização da sociedade, principalmente dos segmentos menos favorecidos (Raimundo et al., 2002).

Na Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba, localizada no Estado do Amapá e criada em 1980, o único trabalho desenvolvido com abordagem participativa havia sido realizado em 2002, através do projeto “Gestão Participativa: Uma alternativa de ecodesenvolvimento para a REBIO do Lago Piratuba/AP” financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), cujo produto final foi a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Participativo para o entorno da unidade. No contexto desse trabalho, foi criado o conselho consultivo da Unidade que, por problemas de natureza administrativa, especialmente falta e regularidade de recursos financeiros adequados, nunca se reuniu. Apesar dos nomes dos titulares e suplentes terem sido indicados, infelizmente, a iniciativa não passou do papel.

Dessa forma, o conselho precisou passar por uma revalidação, inclusive com revisão de sua composição, tendo em vista que duas comunidades residentes e a entidade que congrega os maiores posseiros e proprietários de terra da unidade não estavam representadas. Antes da criação da REBIO, já existiam moradores dentro da área e várias famílias continuam morando em seu interior, mesmo após 26 anos de criação da unidade. A população residente se concentra ao longo da margem esquerda do rio Araguari, em várias fazendas, retiros e nas Comuni-

dades do Tabaco, Milagre de Jesus, Paratu e Araquiçaua, desenvolvendo atividades de pecuária extensiva (mantendo búfalos dentro da unidade), agricultura, caça de subsistência e pesca artesanal.

Nesse sentido, formulou-se uma proposta com o intuito de dar continuidade ao trabalho já realizado e a fim de trazer a gestão participativa do discurso para a prática. Além disso, a estratégia estabelecida buscou: promover a participação efetiva das populações locais (residentes e do entorno) na gestão da unidade; incentivar a organização e fomentar o incremento da auto-estima, da organização e da cidadania das comunidades residentes e do entorno da unidade; minimizar os conflitos existentes entre as populações locais e a administração da unidade; implantar o conselho consultivo e possibilitar o desenvolvimento de suas atividades de maneira contínua.



voltar

1

2





A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

A metodologia adotada para realização da estratégia de implantação da gestão participativa na unidade foi orientada pelos seguintes princípios: Gestão ambiental participativa; prática educativa emancipatória e transformadora; indivíduo como sujeito ativo no processo; autonomia e participação eqüitativa dos atores sociais envolvidos; construção coletiva do conhecimento e responsabilidade de todos (e não somente do poder público) sobre as questões ambientais.

A proposta foi formulada com uma série de etapas, de modo a favorecer os atores sociais menos organizados e preparados (comunidades do interior e entorno da unidade) para o exercício da gestão participativa com o objetivo de contribuir para a formação de um conselho consultivo de fato representativo, atuante e com participação eqüitativa de todos os envolvidos conforme quadro ao lado.

O trabalho, realizado em 18 meses foi financiado pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), através da contratação de dois consultores e da realização de todas as oficinas. A equipe da Unidade participou ativamente de todas as etapas e, em média, 170 pessoas participaram em cada uma das três oficinas realizadas.

- **Etapa 1:** Realização de Oficinas de Motivação para as comunidades residentes e do entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba;
- **Etapa 2:** Realização de Oficinas de Apoio à Organização Comunitária para as comunidades residentes e do entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba;
- **Etapa 3:** Realização do I Encontro das Comunidades da Reserva Biológica do Lago Piratuba;
- **Etapa 4:** Realização de Oficinas de Gestão Participativa com os grupos de interesse da região da Unidade;
- **Etapa 5:** Realização de reuniões com os gestores das instituições públicas indicadas durante as Oficinas de Gestão Participativa (etapa anterior);
- **Etapa 6:** Realização de Encontro Institucional dos membros representantes do Poder Público para consolidação e validação da proposta de composição do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Lago Piratuba;
- **Etapa 7:** Realização da reunião de implantação do Conselho Consultivo Reserva Biológica do Lago Piratuba;
- **Etapa 8:** Realização de uma Oficina de Liderança e Cidadania para os membros representantes da sociedade civil do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Resumidamente, os resultados atingidos foram:

- I) Capacitação das comunidades locais no que se refere à gestão participativa, com valorização de seus saberes e incentivo à criação de organizações formais;
- II) Implantação do Conselho Consultivo da REBIO do Lago Piratuba de maneira participativa, transparente e com revisão de sua composição. A nova composição incluiu todas as comunidades residentes e do entorno (totalizando 12 assentos); a Associação dos Pecuáristas do Amapá, que congrega os pecuaristas que possuem terras dentro da unidade, bem como a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá. Ao todo são 32 membros, sendo 15 representantes do setor público e 17 da sociedade civil organizada. A discussão da composição do conselho começou durante as Oficinas de Gestão Participativa e foi encerrada no Encontro Institucional dos representantes do Poder Público. Optou-se por discutir essa questão como se a mesma estivesse sendo tratada pela primeira vez, apesar do resgate que sempre era feito à iniciativa anterior de implantação do conselho;

III) Capacitação dos membros representantes da sociedade civil do conselho consultivo em assuntos de liderança e cidadania;

IV) Participação das comunidades locais na gestão da unidade, principalmente através da atuação do conselho consultivo e de mecanismos de tomada de decisão transparentes, de modo a garantir a democratização das informações.

As Oficinas de Motivação e Apoio à Organização Comunitária foram acontecimentos novos para as comunidades e a maioria dos participantes declarou nunca haver tido a oportunidade de participar de um trabalho como o que foi realizado. Afirmaram também que a experiência foi válida pelo estímulo, a busca constante de novos aprendizados e ao aprimoramento pessoal como seres humanos, cidadãos e profissionais. Além disso, as oficinas também foram importantes, pois de acordo com eles, as comunidades sempre precisaram de incentivo para se organizar. Os participantes também reconheceram que não sabiam trabalhar coletivamente e enfatizaram a desunião e a falta de confiança uns nos outros. Perceberam também que



avancar

1

2

A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

através de comunidades organizadas melhorias poderiam ser conseguidas para suas localidades. Algo também muito interessante foi a constatação de que em todas as comunidades a atividade mais importante na opinião dos participantes foi a elaboração dos planos de organização comunitária, por terem sido feitos por eles mesmos. E, dentro dos planos, pôde-se notar que em todas as comunidades as principais questões estavam ligadas à falta de lideranças e de encontros comunitários para discussão de assuntos comuns (Oliveira, 2006).

O I Encontro das Comunidades da REBIO do Lago Piratuba foi um momento histórico, pois as comunidades são muito isoladas e nunca têm a oportunidade de se encontrar e discutir assuntos comuns. Desse encontro, encaminhamentos muito interessantes foram estabelecidos, principalmente relacionados com a integração e ajuda mútua entre as comunidades, especialmente aquelas mais próximas e pertencentes ao mesmo município. Além disso, todos puderam ter uma noção maior das diversas questões ligadas à gestão e à área de atuação da unidade. Antes disso, os comunitários só conseguiam pensar nas questões ligadas às suas próprias localidades e não à Reserva como um todo. Esse encontro foi extremamente importante para avaliação e acompanhamento dos avanços da implantação dos planos de organização comunitária e para valorização dos esforços e objetivos alcançados por cada comunidade, além de servir como incentivo para a continuidade das ações, tendo em

vista que os planos foram construídos com atividades de curto, médio e longo prazos.

A Oficina de Liderança e Cidadania encerrou o ciclo de capacitação, de maneira a fortalecer o comprometimento e a responsabilidade dos conselheiros da sociedade civil, tendo em vista que a atuação desse segmento é muito importante para garantir a representatividade do conselho. A oficina foi realizada logo depois da reunião de posse dos conselheiros, para que o trabalho pudesse ser focado já nas primeiras experiências de participação durante a reunião de implantação do conselho.



voltar

1

2





A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

A implantação do conselho consultivo ocorreu da maneira mais aberta, transparente e participativa possível a fim de conferir legitimidade ao processo. O intuito foi dar início à gestão participativa da unidade, revolucionando a maneira como a administração sempre foi realizada. O conselho, além de promover mobilização social, permite uma maior integração institucional, integração essa que tende a superar deficiências e dificuldades enfrentadas pela gestão pública, o que torna mais efetiva a ação dos órgãos públicos através de operações conjuntas. Além disso, cria nos membros um sentimento de co-responsabilidade no processo de gestão da unidade e funciona como meio para o encaminhamento de propostas de soluções para problemas de interesses comuns. Os problemas passam a ser discutidos localmente e com participação dos interessados ou, pelo menos, de seus representantes (Torres & Mesquita, 2002).

Intencionalmente, procurou-se fortalecer as comunidades tradicionais locais para evitar que os consensos, dentro do processo de gestão participativa, fossem construídos apenas entre os atores sociais com grande visibilidade e influência na sociedade. As comunidades, apesar de possuírem grande conhecimento dos ecossistemas locais, normalmente, não conseguem fazer valer seus direitos, pois se encontram desorganizadas e desmotivadas por se sentirem impotentes diante da desfavo-

rável correlação de forças a que estão submetidas (Quintas, 2000). Obviamente apenas a execução da proposta de implantação do conselho consultivo não seria suficiente para igualar a correlação de forças. No entanto, foi o primeiro passo de um longo processo.

O fato de serem comunidades com baixa escolaridade, com diversos agravos sociais e não habituadas a esse tipo de trabalho, pode refletir nos resultados em curto prazo e, para isso, é necessário um acompanhamento constante para que este quadro se modifique. Assim, devem ser respeitados a cultura, os valores e o ritmo de mudança de cada comunidade. Existem localidades que sofrerão transformações mais visíveis, outras, no entanto, seguirão seu curso mais lentamente. Além disso, para dar continuidade a esse processo, um trabalho focado nas instituições públicas representadas no conselho deverá ser realizado, de maneira a sensibilizar e garantir a qualidade da participação do Poder Público na gestão da unidade.

Apesar de ser recente a criação do Conselho Consultivo da REBIO do Lago Piratuba, o mesmo tem se mostrado bastante participativo e interessado. As reuniões estão acontecendo regularmente (também financiadas pelo Programa ARPA) e inclusive uma reunião extraordinária já foi realizada em virtude da grande quantidade de assuntos a serem tratados.



A ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Brasil. 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília. MMA/SBF.

Maretti, C. C.; Raimundo, S.; Sanches, R. A.; Martuscelli, P.; Mendonça, A. L. 1997. A Construção da Metodologia dos Planos de Gestão Ambiental para as Unidades de Conservação em São Paulo. In: Milano, M. S.; Theulen, V. (orgs.). I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais, V.II, Curitiba. Pp. 234-247. IAP/Unilivre/Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação. Curitiba.

Milano, M. S. 2002. Por que Existem as Unidades de Conservação? In: Milano, M. S. (org.). Unidades de Conservação: Atualidades e tendências. Pp.193-208. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Curitiba.

Oliveira, A. L. C. de. 2006. Relatório Final das Oficinas de Motivação e Apoio à Organização Comunitária. Macapá. 42p.

Quintas, J S. 2000. Considerações sobre a Formação do Educador para Atuar no Processo de Gestão Ambiental. In: Philippi

Junior, A; Pelicioni, M. F. (ed). Signus. USP/Faculdade de Saúde Pública/Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. São Paulo.

Raimundo S.; Menezes, G. V.; Noffs, M. DA S.; Pisciotto, K. R.; Lorejan, S.; Kotez, L.; Salinas, S. G. 2002. A Criação dos Conselhos Consultivos nas Unidades de Proteção Integral: Estudo de caso no Estado de São Paulo. In: Milano, M. S.; Theulen V. (orgs.). III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais, Fortaleza. Pp. 223-233. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação o Boticário de Proteção à Natureza/Associação Caatinga. Fortaleza.

Torres, L. M.; Mesquita, C. A. B. 2002. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré -Serra Grande: Uma experiência de gestão participativa. In: Milano, M. S.; Theulen, V. (orgs.). III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais, Fortaleza. Pp. 278-288. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação o Boticário de Proteção à Natureza/Associação Caatinga. Fortaleza.

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Thayná J. Mello
Parque Nacional do Jaú - IBAMA/AM

Marcelo C. Bresolin
Parque Nacional do Jaú - IBAMA/AM

Mariana M. Leitão
Parque Nacional do Jaú - IBAMA/AM

Sérgio H. Borges
Fundação Vitória Amazônica

Planos de manejo são documentos técnicos que estabelecem o zoneamento e as normas que presidem o manejo de uma unidade de conservação, incluindo a implantação das estruturas físicas e rotinas administrativas necessárias à gestão da unidade (IBAMA, 2002). A revisão dos planos de manejo está prevista no Decreto nº 4.340 de 2002, que regulamenta o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. No artigo 14 da Lei 9.985 de 2000 que institui o SNUC é previsto o estabelecimento de um roteiro metodológico para a elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação, cujo prazo para a revisão é de cinco anos, sendo que o planejamento deve ser contínuo (Ibama, 2002).

O plano de manejo do PNJ - Parque Nacional do Jaú (Fundação Vitória Amazônica & Ibama, 1998) segue proposta lançada nos anos 70 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), sobre procedimentos para elaboração de planos de manejo, que os referencia como resultado de um processo dinâmico a ser avaliado periodicamente (Horowitz, 2000). Desde então, ocorreram mudanças nas conjunturas em que a UC está inserida, como a aprovação da Lei do SNUC e do Decreto que a regulamenta. Houve grande aporte de conhecimentos sobre o PNJ através de pesquisas científicas e aumento da presença institucional do IBAMA com a contratação de analistas ambientais. O aporte de recursos financeiros aumentou significativamente com o Programa ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia e o Projeto Corredores Ecológicos. Estas mudanças no contexto institucional afetaram a gestão do PNJ e uma avaliação do planejamento anterior se faz necessária para modificar e aperfeiçoar as estratégias de gestão da UC adaptando-as a este cenário dinâmico.



avancar

1

2

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

O PM - Plano de Manejo é estruturado em Programas de Manejo, que agrupam atividades afins, visando ao cumprimento dos objetivos do PNJ. Os Programas estão estruturados em subprogramas destinados a formular a organização básica das atividades de gestão e manejo da área. Estes, por sua vez, são compostos de objetivos, resultados esperados, indicadores, atividades e normas, requisitos e prioridades. O Roteiro Metodológico do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis orienta que os resultados esperados e indicadores devem ser estabelecidos no PM, as fontes de verificação e os resultados alcançados devem ser identificados e avaliados por ocasião da monitoria e avaliação da efetividade do planejamento. Ao fazer a avaliação da gestão através dos indicadores previstos no PM de 1998 tornou-se necessário avaliar os indicadores em si. Neste trabalho é apresentado o resultado desse processo.



voltar

1

2



REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

O processo de revisão do PM do PNJ está em andamento e segue, em linhas gerais, o Roteiro Metodológico do IBAMA. A 2ª Etapa do cronograma de revisão é a avaliação da gestão. Optou-se por iniciá-la a partir dos indicadores que constam do plano original. Estes foram listados em uma matriz contendo a quantificação do indicador de 1998 a 2005, as observações sobre a quantificação, a relação indicadores/resultados (indicador apropriado, parcialmente apropriado, inapropriado, impossível de quantificar), os comentários sobre o indicador e sobre a utilidade do conjunto de indicadores. Além de analisar a aplicabilidade dos indicadores e sugerir sua adequação, foram identificados novos indicadores para futuros planejamentos.

Tentou-se preencher todos os campos da tabela de análise dos indicadores, porém, constatou-se que na maioria dos casos a quantificação era muito difícil ou impossível. Um dos motivos foi a ausência de dados organizados, o que exigiria muito tempo para a obtenção de dados quantificáveis (exemplo: número de autos de infração, número de pesquisadores trabalhando no PNJ entre outros). A pesquisa de informações anteriores a 2004 produziria resultados não confiáveis.



REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução


Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Exemplifica-se a seguir a avaliação de alguns indicadores, organizados por Programas de Manejo. O resultado da análise dos indicadores está sumarizado na tabela .

No Programa de Conhecimento, o conjunto de indicadores foi considerado útil, mas há uma forte tendência dos indicadores avaliarem a intensificação das pesquisas somente quantitativamente. Por exemplo, “número de pesquisas realizadas em diferentes áreas de conhecimento” é parcialmente apropriado, uma vez que é preciso rever sempre as lacunas de conhecimento e identificar as áreas que estão avançando e as que necessitam de mais atenção. No Programa de Uso Público os indicadores podem ir além de “número de visitantes registrados”, de forma a levantar o perfil dos visitantes antes e depois do PM para verificar a efetividade das estratégias do programa. No Programa de Integração com a Área de Influência há um indicador que relaciona capacitação para alternativas econômicas com número de autos de infração, porém esta não é uma relação linear.

No caso de haver incentivo a alternativas de desenvolvimento, deve-se estar atento à questão da legalidade, por tratar-se

de um Parque Nacional, unidade de conservação de proteção integral, onde o uso de recursos naturais e o extrativismo não devem ser estimulados. Neste caso, é importante diferenciar as comunidades do entorno e as comunidades do interior do PNJ. Sendo impossível quantificar o “grau de participação dos moradores na implementação do PM” melhor substituir por “quorum das reuniões do conselho consultivo”, ou ainda um indicador do grau de representatividade das comunidades e instituições no Conselho. No Programa de Manejo do Meio Ambiente, é necessário substituir “número de barcos que entram no PNJ”, uma vez que é impossível quantificar a entrada ilegal através de furos/atalhos dos rios, por “número de dias de permanência da equipe de fiscalização no PNJ por ano” para medir a rotina de vigilância e fiscalização na área. No Programa de Operacionalização, substituir “número de comunidades envolvidas na execução do PM” por “número de termos de compromisso assinados entre IBAMA e famílias moradoras do PNJ” torna o indicador mais adaptado ao SNUC. É importante ainda incluir no planejamento, indicadores de rotinas administrativas, como “grau de execução no Programa ARPA”.



Resultado da análise dos indicadores de cada Programa de Manejo		Programas de Manejo					Total geral
		Conhecimento	Uso Público	Integração área de influência	Manejo Meio Ambiente	Operacionalização	
Relação indicadores/ resultados	Apropriado	56%	50%	41%	20%	38%	33%
	Parcialmente apropriado	-	-	18%	20%	5%	17%
	Inapropriado	33%	50%	29%	60%	33%	37%
	Impossível quantificar	11%	-	12%	-	24%	13%



fechar

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

O emprego de indicadores como ferramenta de avaliação da gestão de UCs é amplamente disseminado. Porém, a definição de indicador nem sempre está clara, dificultando seu desenvolvimento e aplicação. Segundo Fialho (2000), indicadores são sinais que nos permitem verificar em que medida o fenômeno observado está sofrendo variações a partir da intervenção realizada. Em nova ferramenta proposta pela IUCN (Hocking et al., 2000) para avaliação da gestão de UCs, indicadores são definidos como uma medida, quantitativa ou qualitativa, que fornece informação útil sobre um critério. Em publicação do WWF sobre a experiência de monitoramento e avaliação de projetos de conservação e desenvolvimento sustentável, destacam-se aspectos que podem dificultar a aferição de indicadores: se um indicador quantitativo necessita de levantamentos específicos e metodologias complexas, sua aferição pode ser muito onerosa; se não há fontes de informação confiáveis; se indicadores qualitativos demandam habilidades específicas para sua aferição ou se são adotados indicadores que revelam apenas uma parte do fenômeno observado, e esta parte não é a mais importante (Fialho, 2000).

Os indicadores previstos no PM do PNJ mostraram-se inadequados para avaliar os resultados esperados e os programas e subprogramas como um todo. Ressalta-se que não foram úteis como ferramenta de avaliação da gestão, e seu processo de avaliação acabou se transformando numa avaliação do próprio PM. No documento original foram estabelecidos muitos indicadores, porém em vários casos observou-se que estes não tinham relação com os principais objetivos de cada programa. Ficou claro que deve ser feita uma reformulação dos indicadores para cada atividade, observando se o indicador será possível determinar, se fornece uma avaliação adequada do resultado que se espera atingir e se sua evolução pode ser monitorada. Estabelecer o cenário ideal para a gestão da UC permitirá avaliar se a necessidade da gestão está sendo atendida para determinado quesito. Durante o planejamento do sistema de avaliação da gestão, a primeira condição é ter clareza sobre o que se pretende observar, ou seja, definir os objetivos do monitoramento.

É importante garantir que os novos indicadores forneçam informações relevantes sobre os objetivos a serem alcançados, além de garantir que estes sejam mensuráveis ou verificáveis,



avançar

1

2

3

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

levando em conta o contexto em que a gestão da UC está inserida. Segundo Fialho (2000), os indicadores serão tanto mais úteis se: forem redigidos de forma clara e sem margem a interpretações; contiverem informações sobre a unidade de análise; referirem-se a uma única variável, atividade, meta ou objetivo; puderem ser objetivamente verificáveis; oferecerem uma informação significativa para a compreensão do fenômeno observado. Indicadores em excesso podem representar aumento de trabalho, aumento de custos sem um correspondente ganho na compreensão do programa ou seus resultados e impactos. Reduzir drasticamente o número de indicadores, adequando-os à realidade do PNJ, poderá tornar o sistema mais manejável. Sem isso, corre-se o risco de cair no ritualismo da coleta de informações ou das avaliações formalistas que não melhoram em nada a gestão.

A ineficiência da gestão de UCs é tradicionalmente explicada por fatores como a falta de vontade política, de prioridade do governo, falta de pessoal e de recursos financeiros (Dourojeanni & Pádua, 2001). Porém, Araújo (2004) mostrou que outros fatores também explicam a gestão precária de parques brasileiros, tais como: falta de clareza sobre a missão a visão de futuro e estratégias da instituição, falta de padrões de procedimento e de sistemas de monitoria e avaliação de resultados. O manejo de parques envolve muitos níveis administrativos, o que dificulta apontar prioridades em um programa de monitoramento

e explicitar em que parte desta cadeia ocorre cada falha em particular (Davenport & Terborgh, 2002).

A falta de acompanhamento rotineiro foi um dos principais motivos que impossibilitou avaliar a gestão do PNJ usando os indicadores previstos no PM de 1998. Executou-se apenas uma avaliação pontual no momento da revisão do plano. Assim, muitas informações não puderam ser recuperadas, e outras demandariam muito tempo para serem levantadas. A gestão deve ser organizada de forma a internalizar o monitoramento dos indicadores na rotina institucional, e não apenas na revisão do PM.

Como bem lembrou Pádua (2002), o PM deve ser um instrumento de manejo, um guia prático para o chefe da unidade e sua equipe. Muitas vezes propor referências complexas ao contratar consultorias técnicas acarreta em planos de manejo volumosos, mas sem garantia de conteúdo. Ao se objetivar clareza e simplicidade, com qualidade, o sentido e a direção dessa ferramenta se desmistificam. A revisão do PM é uma oportunidade de consolidar todo o aprendizado e promover melhorias em busca de uma gestão de qualidade.

Devido à inadequação dos indicadores do PM do PNJ como instrumento de avaliação de gestão, adotaram-se ferramentas alternativas para a avaliação. Uma delas foi analisar a realização ou não das ações previstas no PM. Concluiu-se que o PNJ encontra-se em estágio mediano de gestão, pois 52% das ações



avancar



voltar

1

2

3

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

previstas foram realizadas. Utilizou-se também o Tracking Tool, ferramenta para monitorar avanços na gestão de UCs (World Bank e WWF, 2003), e a efetividade da gestão do PNJ foi considerada mediana em 2005 e 2006. Em 2005 foi aplicado o Rappam - Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de UC (WWF). O processo de revisão do PM do PNJ deverá ser concluído em 2007, com a entrega e aprovação do PM revisado.



voltar

1

2

3

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Araújo, M. A. R. 2004. Porque as Unidades de Conservação são Precariamente Geridas no Brasil? In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Pp 55-61. Anais Vol. 1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.

Brasil, 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC: lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF.

Davenport, L & Terborgh, J. 2002. Monitorando as Áreas Protegidas. In: Terborgh, J. et al. (org). Tornando os Parques Eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Pp 426-439. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário.

Dourojeanni, M.; Pádua, M. T. J. 2001. Biodiversidade: A hora decisiva. Curitiba: Ed. UFPR & Ed. Fundação Boticário de Proteção a Natureza. 308 p.

Fialho, D. 2000. Monitoramento e Avaliação de Projetos de Conservação e Desenvolvimento Sustentável: Sistematização de uma Experiência no Brasil. Programa Piloto de Monitoramento e Avaliação - PPMA, São Paulo: WWF Brasil.

Fundação Vitória Amazônica & Ibama, 1998. Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú. Manaus.

Horowitz, C. 2000. O Processo de Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral: O caso do Parque Nacional de Brasília. In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Pp 462-471. Anais Vol. 1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.

Hocking, M., Stolton, S. and Dudley, N. 2000. Evaluating Effectiveness: A Framework for Assessing the Management of Protected Areas. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 121pp.



avancar

1

2

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: OS INDICADORES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO.



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Ibama 2002. Roteiro metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. Brasília, Edições IBAMA, 136 p.

Pádua, M.T.J. 2002 Unidades de Conservação muito mais do que Atos de Criação e Planos de Manejo. In: Milano, M.S. (org) Unidades de Conservação: Atualidades e tendências. Pp 3-13. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à natureza.

Word Bank & WWF. 2003. Reporting Progress at Protected Area Sites. A Simple Site Level Tracking Tool Developed for the World Bank and WWF. 18p.



1

2





DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Serena Turbay dos Reis
Ibama/Reserva Biológica do Jaru

Luiz Sérgio Ferreira Martins
Ibama/Reserva Biológica do Jaru

A Reserva Biológica do Jaru é uma Unidade de Conservação (UC) Federal, de proteção integral, administrada pelo IBAMA e que integra o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Criada em 1979 pelo Decreto nº 83.716 (Brasil, 1979) possui área de aproximadamente 353 mil hectares, após a ampliação pelo Decreto sem número de 2 de maio de 2006 (Brasil, 2006). A unidade está localizada majoritariamente no Município de Ji-Paraná - RO, no limite leste do estado de Rondônia.

O Programa ARPA vem disponibilizando recursos para o desenvolvimento de atividades essenciais à consolidação da Unidade, entre as quais a Revisão de seu Plano de Manejo, sendo este um instrumento de planejamento legalmente instituído para o gerenciamento das unidades integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Brasil, 2000). Consiste em um documento técnico que orienta os programas de manejo da Unidade, definindo seu zoneamento, as normas de uso da área e a infra-estrutura necessária à sua gestão.

O Plano de Manejo da Reserva Biológica foi elaborado em 1984 para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Passados mais de 20 anos de sua elaboração, sua revisão tornou-se imprescindível para a adequação de seu conteúdo à nova realidade, orientando também a sua implementação com base nas lições aprendidas durante os últimos anos.

A Revisão do Plano de Manejo da Unidade foi iniciada no final de 2005, com estudos de sua área e região de entorno, por meio de pesquisas de seu meio biótico (Avaliação Ecológica Rápida), e dos diagnósticos do meio físico e socioeconômico.



avancar

1

2



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

No caso específico do diagnóstico socioeconômico, avaliou-se que esses diagnósticos que subsidiam a elaboração dos planos usualmente são muito extensos e pouco objetivos na proposição de ações práticas para a gestão da UC e sua inserção no contexto regional. Apesar do Roteiro Metodológico de Planejamento (Ibama, 2002) preconizar que o conhecimento sobre a unidade deve ser aprofundado gradativamente e que o plano de manejo deve promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a UC.

A partir desta análise, a equipe apostou em uma perspectiva mais pragmática, partindo-se da premissa de que o diagnóstico poderia ser um momento inicial de aproximação da Unidade com a sociedade regional, por meio da troca de informações e conhecimentos entre a UC e as comunidades de seu entorno. Definiu-se, então, pelo levantamento de informações mínimas necessárias para subsidiar as decisões da equipe gestora da UC, utilizando além do levantamento de dados secundários uma metodologia participativa que considerasse a dialética do entorno no decorrer dos anos e pudesse sempre que necessário ser reaplicada, no caso o Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação -DiPUC (Doces Matas, 2002).

Deste modo, acreditou-se que as ações do diagnóstico poderiam contribuir para iniciar o envolvimento paulatino dos diversos atores sociais presentes na região, congregando apoios sociais e políticos, cruciais para a proteção da Unidade.



voltar

1

2





DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão


Referências bibliográficas

Metodologia

A composição da equipe da área temática de socioeconomia buscou incorporar atores locais relevantes, com o intuito de agregar a visão e o conhecimento local, contribuir para a formação de capital humano e ampliar o compromisso com a elaboração do plano e posteriormente com sua execução. Assim, a equipe foi composta por servidores da unidade, parceiros de universidades da região e membros do conselho consultivo, sob a coordenação de uma consultora com ampla experiência em levantamentos socioeconômicos contratada pelo Programa ARPA.

O levantamento socioeconômico seguiu as etapas propostas no Guia Básico para Diagnósticos Socioeconômicos das Áreas de Entorno das Unidades de Conservação de Proteção Integral (Luz, 2006), que contempla as recomendações do Roteiro Metodológico do Ibama. As etapas foram: preparação do diagnóstico, aplicação de DiPUC - Diagnóstico Participativo de UCs, levantamento de dados secundários, cruzamento das informações já levantadas nas etapas anteriores, apresentação e discussão de resultados com a equipe gestora e de acompanhamento da Revisão do Plano de Manejo da Unidade, levantamento de campo, discussão das informações consolidadas e orientações para o plano de ação, e elaboração do relatório final.

Na preparação do diagnóstico foi elaborado um plano de trabalho para orientação e organização da equipe. Foi feito também um levantamento preliminar de projetos/estudos realizados ou em andamento pela Unidade ou outras instituições que sejam relacionados à UC e/ou ao contexto socioeconômico do entorno e forneçam informações para compor um quadro geral da realidade regional.

Para o diagnóstico da UC e seu entorno foram utilizadas duas ferramentas de Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DiPUC) citadas no documento do Projeto Doces Matas (Projeto Doces Matas, 2002), o mapa falado e diagrama de relações. Essas ferramentas foram aplicadas em separado com os seguintes grupos: equipe do Ibama, conselho consultivo e pesquisadores envolvidos no levantamento do meio físico e biótico .

No mapa falado investigou-se a infra-estrutura urbana e rural, dinâmicas populacionais, principais usos da terra, atividades econômicas e impactos relevantes positivos e negativos sobre a unidade e entorno, além de aspectos culturais e históricos.

No Diagrama de Relações foram investigadas as relações (positivas e negativas) que a unidade mantém com instituições



avancar

1

2

**Equipe da REBIO Jarú no DiPUC:
funcionários e consultores**



DiPUC com Conselho Consultivo



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

de seu entorno, os possíveis desdobramentos futuros; instituições e atores sociais da região de entorno com potencial de relação com a unidade de conservação, história e natureza da atuação das instituições; instituições e atores sociais envolvidos em conflitos socioambientais regionais, posições defendidas por cada instituição; instituições e lideranças com poder de influência nos contextos municipais - regionais, posições defendidas e suas inter-relações.

O levantamento de dados socioeconômicos gerais foi feito através de fontes secundárias (IBGE, IPEA, BADAM - ADA, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério e Secretarias Municipais de Saúde, Ministério e Secretarias Municipais de Educação e outros), ressaltando as possíveis interfaces com a gestão da Unidade de Conservação.

O levantamento de campo foi realizado através de reuniões abertas nos municípios de Vale do Anari e Machadinho D'Oeste, em Rondônia, com Instituições governamentais e não governamentais, lideranças comunitárias, membros de comunidades tradicionais e moradores dos assentamentos do entorno. O objetivo foi apresentar a Revisão do Plano de Manejo para a comunidade e analisar a realidade da conjuntura social e política desses municípios in loco, levantando as diversas percepções por parte destes grupos em relação à UC, e suas formas de atuação no meio em que vivem.

Buscando garantir que o processo do diagnóstico não se distanciasse da realidade e do contexto de gestão da Reserva Biológica do Jaru e seu entorno, realizou-se uma Oficina de pesquisadores e equipe de acompanhamento do diagnóstico, para discutir as informações levantadas, sugestões e impressões da equipe.

O relatório final está em elaboração e conterà todas as informações consolidadas e as orientações discutidas para o planejamento de possíveis ações práticas que podem contribuir para a inserção da Unidade de Conservação ao seu contexto local e regional.



voltar

1

2





DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão


Referências bibliográficas

Resultados

O processo de elaboração do plano de manejo da Rebio Jarú está na fase de redação dos encartes. Portanto, ainda não pode ser avaliada a contribuição efetiva do diagnóstico nem tampouco a eficácia do plano para a gestão da Unidade. Entretanto, no processo de elaboração do diagnóstico, pode-se perceber que as estratégias adotadas contribuíram de diferentes maneiras para a inserção positiva da Rebio Jarú na conjuntura regional. A formação da equipe técnica, por exemplo, fortaleceu a parceria com universidades da região, contribuiu para a consolidação de conselho consultivo criando oportunidades de contribuições efetivas no âmbito da elaboração do plano, além de proporcionar capacitação para os servidores da UC. A coordenação experiente foi crucial no processo, tanto para a capacitação da equipe, quanto para organização e consolidação dos trabalhos.

A metodologia participativa e dinâmica utilizada, através da aplicação dos DiPUCs com membros da equipe de servidores da UC, conselho consultivo e pesquisadores do meio biótico e meio físico da revisão do plano de manejo, foi essencial para o levantamento de informações de atores diretamente ligados à UC, porém com diferentes formas de atuação e visão da uni-

dade. A metodologia proporciona um levantamento de dados muito rico e uma eficiente análise conjuntural da realidade da UC e seu entorno.

O levantamento de campo, com reuniões abertas e uma metodologia integradora proporcionou uma maior aproximação da unidade com a comunidade do entorno  e instituições governamentais e não governamentais estratégicas para sua gestão. Até então, nunca uma equipe do Ibama havia se deslocado a esses municípios com o propósito de apresentar a unidade à comunidade e conhecer sua realidade. Os levantamentos de campo também ampliaram o diálogo com os setores representados no conselho (administrações municipais, assentamentos agrícolas, ONGs e empresários).





**Reunião Aberta no Assentamento Palma Arruda I
em Vale do Anari/RO**



**Reunião Aberta no Assentamento José Carlos,
em Vale do Anari/RO**



fechar



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

O levantamento socioeconômico realizado por meio de ferramentas participativas resulta em informações relevantes e atualizadas sobre o entorno de uma unidade de conservação. Como nada é estático em se tratando de questões sociais, econômicas e ambientais, devem-se priorizar metodologias que respeitem essa dialética e resultem em produtos que contribuam para a gestão eficaz da unidade, auxiliando a equipe em seu planejamento e enfoque de atuação.

As ferramentas de Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação utilizadas pela equipe de socioeconomia alcançaram os objetivos propostos e foram além, quando instigaram a análise crítica / conjuntural dos servidores e conselheiros da unidade, e despertaram os pesquisadores dos meios biótico e físico para uma visão além de suas áreas de atuação.

O levantamento de campo, com debates esclarecedores e informativos com a comunidade, foi espaço também de sensibilização sobre a “existência” e importância da UC para a região e da urgente e fundamental presença do Ibama como educador ambiental no entorno de suas Unidades.



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA REBIO JARU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Brasil. 2000. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 19-07-2000.

_____. 1979. Presidência da República. Congresso Nacional. Decreto nº 83.716, de 11 de julho de 1979. Brasília: Diário Oficial da União, 12-07-1979.

_____. 2006. Presidência da República. Congresso Nacional. Decreto de 02 de maio de 2006. Brasília: Diário Oficial da União, 03-05-2006.

_____. 1984. Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Reserva Biológica do Jaru - Plano de Manejo Reserva Biológica do Jaru - Brasília.

Projeto Doces Matas. 2002. Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação - DiPUC. Belo Horizonte, MG.

Ibama. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica.

Luz, L. 2006. Recomendações para a Realização de Diagnósticos Socioeconômicos das Áreas de Entorno das Unidades de Conservação de Proteção Integral. Abril de 2006. in Termo de Referência para Contratação de Serviços de Consultoria. (documento interno).



GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Gilmar Nicolau Klein
José Risonei Assis da Silva
Marília Falconi Guerra
Victor Largura Singh
Antônio de Almeida Correia Junior
Raquel Héllem Trindade Ferreira
Alberto Guerreiro de Carvalho
Carlos Augusto de Alencar Pinheiro

*Reserva Biológica do Rio Trombetas e
floresta Nacional de Saracá- Taquera*

Introdução

A Reserva Biológica do Rio Trombetas, localizada no NW do Pará (Figura 1), abriga ecossistemas aquáticos, florestas de igapó e de terra firme. Neste último são comuns os castanhais. Devido ao intenso desmatamento que vem ocorrendo no arco das castanheiras, na borda sul da Bacia Amazônica, atualmente os castanhais do vale do rio Trombetas são os mais extensos e intactos da Amazônia brasileira (Ibama, 2004). Os castanhais são mais densos ao longo dos lagos, como o Erepecu, aonde chega a ter de 15 a 20 árvores por hectare, enquanto que nas áreas mais afastadas a distribuição é muito mais esparsa. Isto pode ter relação com o uso pretérito das terras, que eram intensamente cultivadas junto aos lagos, e que abandonadas depois dos ciclos agrícolas, propiciam condições ideais para a regeneração da castanheira (Salomão, 1991). Nas áreas mais distantes, provavelmente, a regeneração só se dá em clareiras naturais. Isto condiz com a auto-ecologia de uma espécie heliófita de vida longa como a castanheira (Zuidema, 2003).

No interior e entorno da REBIO, ao longo do Rio Trombetas, há 20 comunidades com aproximadamente 877 moradias e 3.852 moradores (Ibama, 2006), que são mostradas na Figura 1. Ainda existem outras comunidades ao longo do limite leste, no Rio Acapu e outras mais distantes que historicamente coletavam castanhas nas matas da REBIO. Segundo Acevedo & Castro (1998), a criação da REBIO Trombetas em 1979 afetou profundamente a economia local, pela proibição da coleta de castanha. Todavia, tal restrição não se manifestou na produção de castanha do município de Oriximiná (Gráfico 1). Além disso, Nascimento Jr. et al. (2000) calcula que apenas 6,28% do território com potencial para coleta de castanha é explorado na região de Oriximiná. A produção de castanha vem decaindo no Brasil de 51.720 ton em 1975

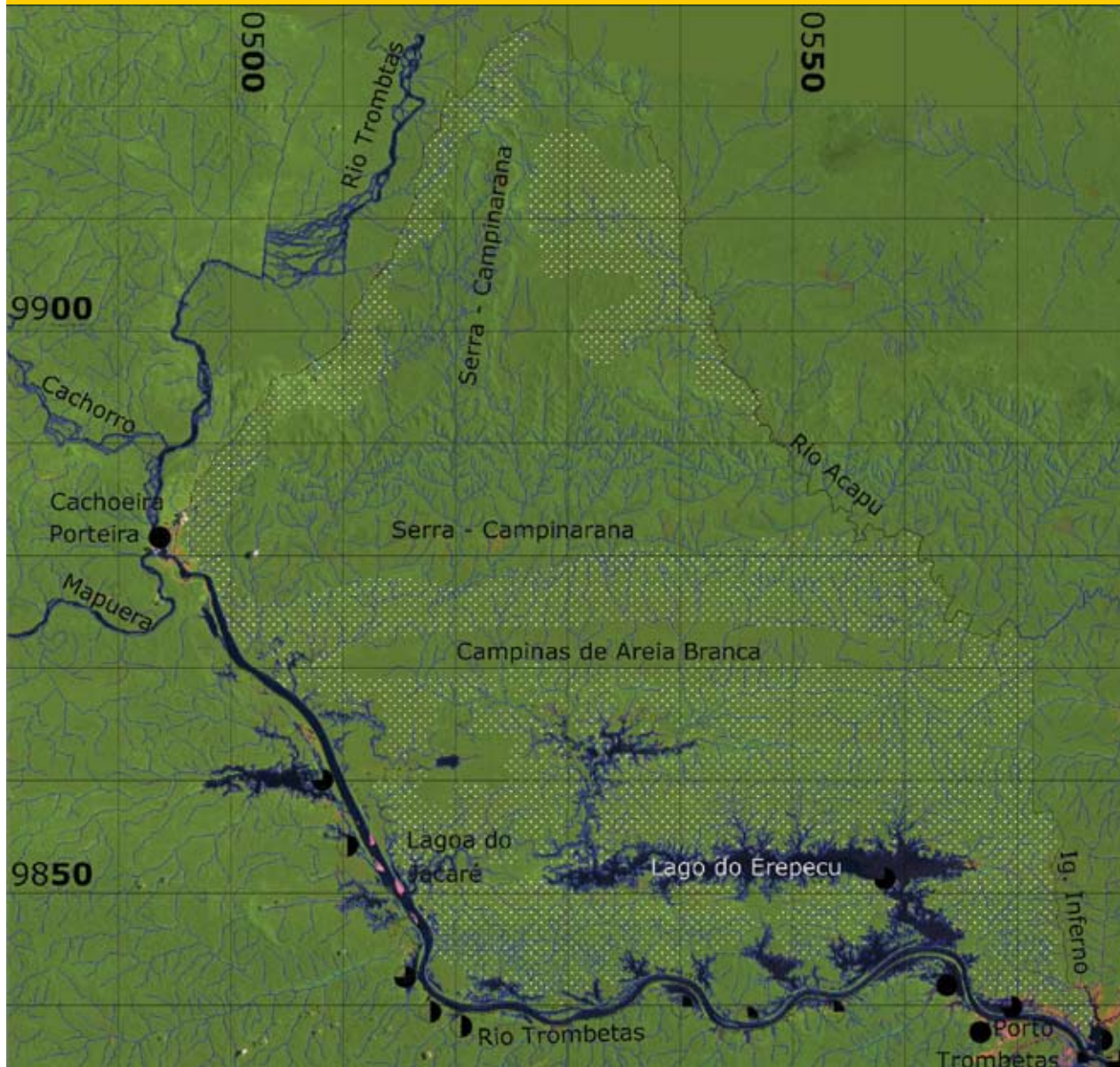


avancar

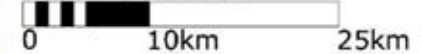
1

2

Mapa dos Castanhais da Rebio do Rio Trombetas



ESCALA GRÁFICA



LEGENDA

-  Castanhais
-  Até 50 hab.
-  51 a 100 hab.
-  101 a 200 hab.
-  201 a 400 hab.
-  401 a 616 hab.



GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início



Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

a 27.059 ton em 2004 (IBGE, 2005). Os fatores que podem influenciar esta tendência são o desmatamento no arco dos castanhais, o menor esforço de coleta nas áreas mais remotas, especialmente quando os preços não são atrativos, e a própria diminuição da produtividade, como alegam vários coletores tradicionais na região da REBIO Trombetas. Todavia, a produtividade das castanheiras é variada, tanto entre plantas, quanto nos diferentes anos. Geralmente há uma oscilação na produtividade, alternando anos de alta e baixa produção (Cornejo-Valverde, 2003). Isso é evidenciado no gráfico da produção de castanhas de Oriximiná . Para os comunitários do interior e entorno da REBIO, o extrativismo da castanha-do-Brasil continua sendo uma atividade relevante como fonte de renda (IBAMA, 2006). Conforme o estudo, 18,5% da renda dos comunitários do interior e entorno da REBIO provém do extrativismo, principalmente da coleta da castanha .

Diante da importância do extrativismo para a economia dos comunitários, da impossibilidade da fiscalização de uma grande área com inúmeros acessos e das prerrogativas dadas pela Lei 9.985 - SNUC (Brasil, 2000) em relação às populações tradicionais, a partir de 2003 foi criado um acordo com as comunidades para a regulamentação da coleta de castanha na REBIO do Rio Trombetas, que este artigo objetiva divulgar.



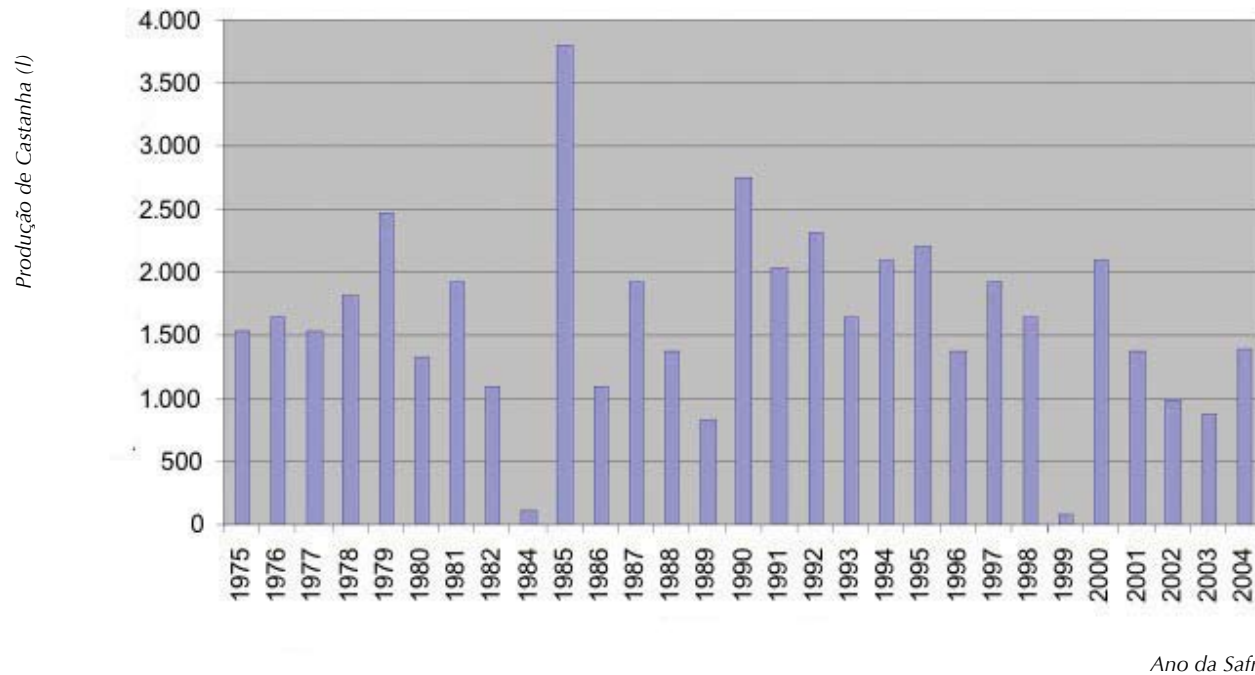
voltar

1

2



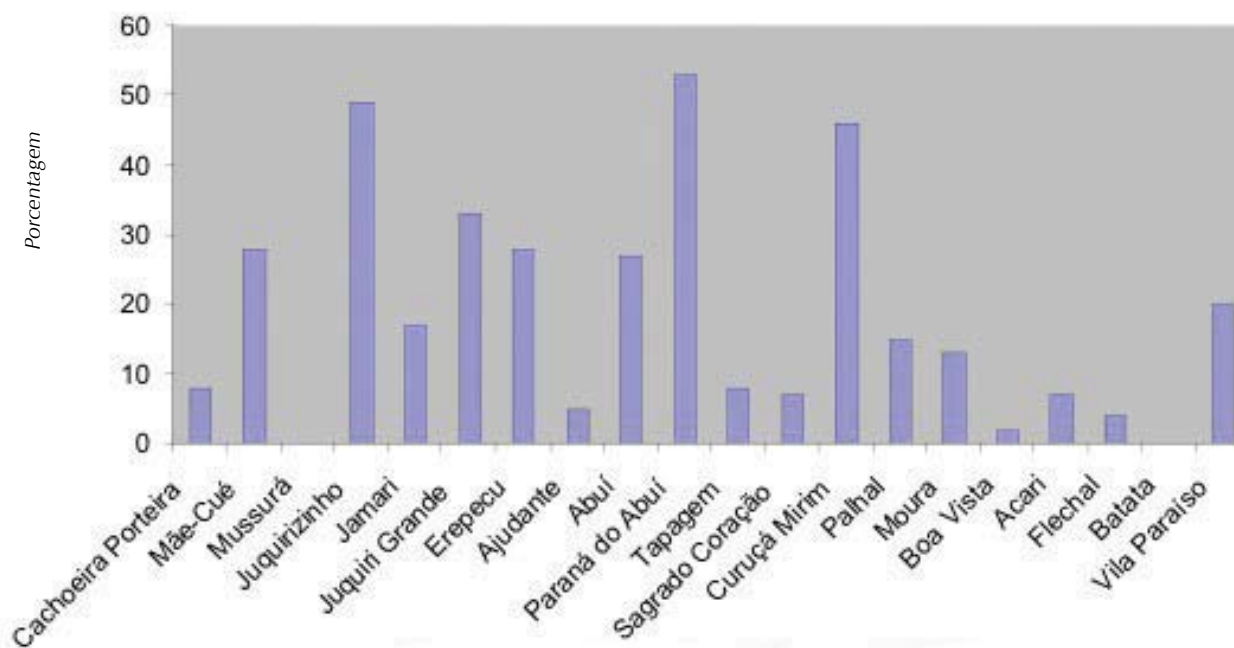
Produção de Castanhas do Município de Oriximiná, PA



Fonte: IBGE, 2005



Percentual de Participação do Extrativismo na Renda Familiar



Comunidades do Interior e Entorno da REBIO

Fonte: Ibama, 2006



fechar

GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

O acordo da castanha é construído anualmente entre o Ibama/Trombetas e as entidades representativas das comunidades: ARQMO (Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná), AMOCREQ-CPT (Associação dos Moradores Comunitários Remanescentes de Quilombos de Cachoeira Porteira), ASTRO (Associação dos Produtores e Criadores Rurais da Bacia do Rio Trombetas) e STTRO (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Oriximiná). Das reuniões preparatórias participam também os coordenadores das comunidades envolvidas.

O Ibama/Trombetas mantém um banco de dados na plataforma Access com os comunitários que se declaram coletores tradicionais. As listas são submetidas às comunidades para a confirmação da condição de coletor tradicional, ou de seus descendentes, e de morador da comunidade. Posteriormente são emitidas listas com nomes dos coletores autorizados para os postos de fiscalização.

A partir das listas com os coletores tradicionais autorizados, nos postos de fiscalização do Ibama são entregues papeletas de controle, nas quais constam os dados pessoais dos coletores, as entradas e saídas da UC, os locais de coleta e o número de caixas coletadas. No final da safra estas papeletas são recolhidas e os dados digitados para planilhas, onde são analisados.



GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

No banco de dados do Ibama/Trombetas estão cadastrados 1087 comunitários considerados coletores tradicionais de castanha. O número paulatinamente vem aumentando à medida que jovens atingem a maioridade ou que alguns comunitários reticentes se inscrevem. Destes cerca de 3/4 são autorizados, quando atendem aos requisitos de serem moradores do interior ou entorno da UC, de serem coletores tradicionais ou filhos destes, de não terem cometido infração ambiental e cumprido os termos do acordo, como a devolução da papeleta de controle nos postos de fiscalização no final da safra. Entretanto o número efetivo de castanheiros que entram na REBIO é em torno de 250.

A partir das informações das papeletas de controle podem ser elaboradas estratégias de fiscalização, a coleta de dados científicos e o aperfeiçoamento do acordo de coleta de castanha na REBIO. Na região do Lago do Erepecu é mais intensa a ocorrência de conflitos, pois ele dá acesso aos maiores castanhais da região e no seu entorno mora a maioria dos comunitários afetados pela UC (Figura 1). Na safra de 2006 entraram no Lago 205 coletores de castanhas, representando 79% do total que entrou na REBIO, os quais coletaram 3372 caixas com 42

l de sementes. Em média cada coletor obteve 16.37 caixas (\pm 25.06 - zero a 187 caixas). Quatro comunidades representam 70% dos coletores: Moura (n=61), Erepecu (n=34), Arancuã de Baixo (n=34) e Ajudante (n=14). No lago do Erepecu foram indicados 41 pontos de coleta, geralmente nomes de cabeceiras ou igarapés. Em 5 locais se concentra cerca de 43% dos coletores: Belo (n=32), Caxias (n=20), Fartura (n=13), Jacarezinho (n=11) e Moraes (n=10). Em 14 castanhais somente 1 coletor atuou, e em outros 5 castanhais havia apenas 2 coletores. Nos 5 locais mais visitados foram coletadas 1304 (39%) caixas de castanha, mas em geral a produtividade por coletor é maior quando há menos coletores.



Resumo dos Dados dos Castanheiros na REBIO do Rio Trombetas

Ano da Safra Janeiro a Maio	Nº de Coletores Cadastrados	Nº Coletores Autorizados	Nº de Coletores que Entraram na REBIO	Nº de Caixas Coletadas
2004	747	747	243	7.359
2005	968	668	251	10.195
2006	1064	732	259	5.396
2007	1087	725	-	-



GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões: potencialidades e limites

O estabelecimento de acordos entre os gestores e os comunitários é uma ferramenta que permite o controle das atividades na unidade de conservação. Em primeiro lugar se estabelece uma relação de diálogo que não havia quando se impedia a coleta na unidade de proteção integral, mas a capacidade de vigilância não conseguia coibir o ingresso furtivo. A partir do acordo com os coletores de castanha tradicionais, há a limitação do ingresso de forasteiros, não comprometidos com as regras estabelecidas, o que reduz a caça e a pesca predatória, a poluição e o desmatamento. Ano a ano vem reduzindo o número de ocorrências de ingresso de pessoas não autorizadas na REBIO.

De acordo com as prerrogativas do SNUC, o acordo também facilita a construção do termo de compromisso pela possibilidade de se estabelecerem atividades de geração de renda fora da REBIO, não somente em relação às castanhas, mas também sistemas agro-florestais, oficinas de artesanato, agregação de valor aos produtos agrícolas e florestais não madeireiros, piscicultura e outros. Sem o estabelecimento do diálogo, tais empreendimentos estariam fadados ao insucesso pela incredulidade das populações do interior e entorno da unidade.

A coleta sistemática de dados permite avaliar o real impacto da criação da REBIO sobre as populações locais, de modo a suprir o órgão gestor de argumentos por ocasião do estabelecimento do termo de compromisso. Por exemplo, em média cada coletor coletou 16.37 caixas de castanha em 2006, que a um preço médio de R\$18,00 resultou em R\$294,66. Mas houve quem obtivesse até R\$3.366,00 por essa base de cálculo.

Por outro lado, os registros obtidos pelas papeletas ainda são falhos em parte: em torno de 40% das papeletas não são devolvidas com os dados corretamente preenchidos; em muitas das demais não há plena consciência da importância do preenchimento fidedigno das informações; e em alguns casos pode haver o fornecimento de informações deliberadamente falsas, para mais ou para menos. Em função disso, deve-se agir com precaução na utilização dos dados fornecidos pelos comunitários e é necessário ser criterioso em sua análise.

O extrativismo da castanha é um dos temas mais importantes para o manejo da REBIO do Rio Trombetas e foi selecionado como prioridade para o monitoramento da biodiversidade através do Sistema de Monitoramento da Biodiversidade - SIMBIO/ARPA - que vem sendo desenvolvido pelo doutorando Ricardo



avancar

1

2

GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Scoles. As questões básicas para o manejo da UC são: o grau de impacto do extrativismo sobre a manutenção e regeneração dos castanhais, os impactos indiretos gerados pela coleta de castanha através da caça e pesca de subsistência efetuada pelos coletores e a real importância econômica do extrativismo na REBIO para as populações tradicionais. As respostas destas questões indicarão o futuro do “acordo da castanha”, do desenvolvimento de projetos com as comunidades e da própria Unidade de Conservação, pois vem sendo pleiteada a concessão de posse aos quilombolas de parte essencial da REBIO do Rio Trombetas, o Lago do Erepecu e seus castanhais.



voltar

1

2



GESTÃO DO CONFLITO ENTRE CASTANHEIROS E A REBIO DO RIO TROMBETAS - PA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Acevedo, R.E. & Castro, E. 1998. Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios. CEPUIJ (2ª ed.), Belém. 262p.

Brasil. 2000. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 19-07-2000.

Cornejo-Valverde, F. 2003. História Natural de la Castaña (Bertholletia excelsa) y Propuestas para su Manejo. Asociación para la Conservación de la Cßuenca Amazónica, Puerto Maldonado. 2003. 52p.

Ibama. 2006. "Cadastro de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas do Interior e Entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Relatório Final". Ibama/Macacoprego/Funbio-ARPA. Porto Trombetas. 2006. 401p.

_____. 2004. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas. MMA, Brasília. 2004. 556p.

IBGE. 2005. Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura. IBGE. Rio de Janeiro, vol. 19, 1-57.

Nascimento Jr., J. de D.B.; Carvalho, R. de A.; Hühn, S. Nazaré, R.F.R. de. 2000. Castanha do Brasil como Fonte de Renda das Áreas Quilombolas de Oriximiná, PA. Embrapa Amazônia Oriental, Documentos, 50, Belém, Brasil. 57 p.

Salomão, R.P. 1991. Estrutura e Densidade de Bertholletia excelsa H. e B. nas Regiões de Carajás e Marabá, Estado do Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Botânica 7, 47-68. 1991.

Zuidema, P.A. 2003. Demografía y Manejo del Árbol de castaña (Bertholletia excelsa). PROMAB, Série Científica 6, PROMAB, Riberalta, Bolivia.



O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Caracterização da Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba

Caracterização da Vila do Sucuriju

Patricia Ribeiro Salgado Pinha

Ibama/Reserva Biológica do Lago Piratuba

Introdução

Caracterização da Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba

A Reserva Biológica do Lago Piratuba está localizada no extremo leste do Estado do Amapá, abrangendo parte dos municípios de Tartarugalzinho e Amapá, na região do baixo curso do rio Araguari e do cabo Norte. A Unidade foi criada através do Decreto Federal nº 84.914 de 16/07/1980 e teve seus limites alterados pelo Decreto Federal nº 89.932 de 10/07/1984. Constitui-se basicamente de extensos campos sazonalmente inundáveis, um complexo sistema de lagos, uma estreita faixa de floresta de várzea acompanhando o rio Araguari e manguezais ao longo da costa, em uma área de, aproximadamente, 400.000 hectares.

O principal acesso é feito através da BR-156 (Macapá-Oiapoque) até o km-50 (trecho asfaltado). A partir daí, pega-se um ramal de terra até a cidade de Cutias do Araguari por, aproximadamente, mais 100km. De Cutias, parte-se, via fluvial (rio abaixo), até a sede da Reserva. Se o percurso for efetuado em embarcação regional, o tempo estimado de viagem é de oito horas; se for realizado em voadeira com motor 40hp, o tempo estimado é de três horas.

Antes da criação da unidade, já existiam moradores dentro da área e várias famílias continuam morando na reserva, mesmo após 26 anos de sua criação. A população residente concentra-se ao longo da margem esquerda do rio Araguari e está dividida em comunidades (Tabaco, Milagre de Jesus, Paratu e Araquiçaua) e em vários retiros e fazendas. Os moradores desenvolvem atividades de pecuária extensiva (mantendo búfalos dentro da reserva), agricultura, caça de subsistência e pesca artesanal. Ao todo, são doze comunidades na região da unidade, sendo quatro em seu interior e oito no entorno.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Caracterização da Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba

Caracterização da Vila do Sucuriju

Caracterização da Vila do Sucuriju

A Vila do Sucuriju está localizada na foz do rio de mesmo nome, no cabo Norte, costa do município de Amapá (AP). Apesar de ser continental, apresenta características insulares, já que a ligação com outras localidades ocorre apenas através do mar. Sua população é de, aproximadamente, 600 pessoas e a vila é composta por 113 construções, dispostas ao longo de uma passarela, paralela ao rio, de pouco mais de um quilômetro. São 96 residências, 8 prédios públicos (escola, alojamento de professores, posto de saúde, agência distrital, colônia de pescadores, Igreja Católica, salão paroquial e Assembléia de Deus), 8 depósitos de peixe e um bar (Mendonça & Mariz, 2005; Sautchuk, 2005).

A povoação nessa região começou pelo menos desde a passagem do século XIX para o XX, com a permanência sazonal de pescadores oriundos da foz do Amazonas, tanto na região litorânea quanto nos lagos. Na região dos lagos, aos poucos, as habitações começaram a ficar permanentes. Por volta de 1920, surgiu a Vila do Sucuriju depois que a foz do rio foi desbloqueada (pois havia uma grande praia que impedia o acesso das embarcações), com a convergên-

cia dos pescadores dos lagos e da costa para a foz do rio (Sautchuk, 2005).

A vocação econômica da Vila do Sucuriju baseia-se quase que exclusivamente na atividade pesqueira, predominando a pesca oceânica e de interior (lacustre) e a captura de caranguejos - em razão da grande quantidade de manguezais, lagos e da proximidade com o mar. Outro tipo de atividade econômica é bastante difícil de ser realizada em função das especificidades físicas dessa região. As duas espécies de peixe mais importantes para a comunidade são: a gurijuba (*Arius parkerii*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*). Da gurijuba é extraída a bexiga natatória - usada na fabricação de bebidas fermentadas, colas e cosméticos - que é seca (e passa a ser chamada de grude) sendo vendida para um atravessador em Belém que exporta toda a produção.

Entre 1992 e 1993, a comunidade comercializava 80.000 caranguejos/ano. Atualmente, não chega a comercializar 10.000/ano, por causa do aumento do esforço de captura ocasionado por invasores de outras localidades e pela captura predatória, especialmente no período de reprodução. A pesca está dividida basicamente em duas áreas: região dos lagos e região



avancar

1

2

3

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Caracterização da Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba

Caracterização da Vila do Sucuriju

costeira, que concentram, respectivamente, 36% e 56% dos pescadores. Na região dos lagos, pesca-se principalmente o pirarucu e, na região costeira, a gurijuba. Existe uma sobreposição nas atividades dos pescadores dos lagos e da costa, ou seja, 10,5% dos pescadores de gurijuba atuam também na região dos lagos e 8,6% dos pescadores de pirarucu atuam na costa (Dias et al. 2002 apud Ibama, 2002).

O sistema de geração de energia elétrica na Vila do Sucuriju é composto por um grupo gerador a diesel e três módulos de energia solar instalados na Colônia de Pesca, na Escola e no Posto de Saúde. O gerador funciona diariamente, apenas das 18h às 22h e atende todas as construções. Como as águas do rio Sucuriju são salobras, em função da proximidade com o oceano Atlântico, o abastecimento de água potável é feito apenas através da coleta e armazenamento das águas das chuvas em cisternas. No verão, a situação se torna muito difícil e são distribuídos semanalmente apenas 30 litros de água por pessoa.

Em 1980, com a criação da REBIO do Lago Piratuba, uma situação bastante delicada foi gerada, pois os lagos que sempre foram utilizados pelos pescadores do Sucuriju passaram a fazer parte da Unidade, enquanto a Vila ficou fora de seus limites. Na ocasião,

não houve nenhum tipo de consulta ou participação da Comunidade do Sucuriju na delimitação ou até mesmo na criação da Unidade. Os pescadores tradicionais (que já utilizavam os lagos antes do início do século XX) passaram para a clandestinidade em razão da necessidade de sobrevivência em uma região tão inhospita. Nem todos os pescadores possuem as habilidades e equipamentos de pesca necessários para o exercício da atividade no mar e a única ocupação produtiva no local é a atividade pesqueira. Dessa maneira, apesar da criação da Unidade, a pesca na região dos lagos não deixou de acontecer e permaneceu até os dias de hoje de maneira bastante tradicional.

De 1980 até 2001, a relação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão gestor da Unidade, com a Comunidade do Sucuriju sempre foi repressiva. Apenas ações de fiscalização esporádicas eram executadas, inclusive com a destruição e queima das feitorias dos pescadores localizadas na região dos lagos da porção norte da REBIO do Lago Piratuba (denominada de cinturão lacustre oriental). No entanto, a partir de 2002, a estratégia para resolução dessa delicada situação foi modificada e um trabalho de aproximação estabelecimento de laços de confiança com Comunidade do



avancar



voltar

1

2

3

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Caracterização da Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba

Caracterização da Vila do Sucuriju

Sucuriju foi iniciado. Como desdobramento desse trabalho, iniciou-se o processo de elaboração de um termo de compromisso (previsto na lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza -SNUC) para regulamentação da utilização do cinturão lacustre oriental pelos pescadores da Vila do Sucuriju. Em seu art. 42, o SNUC determina que devem ser estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas. Além disso, de acordo com o art. 39 do decreto nº 4.340/2002 que o regulamenta, as condições de permanência das populações tradicionais em unidade de conservação de proteção integral devem ser reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.



voltar

1

2

3

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

As atividades para a elaboração do Termo de Compromisso com a Comunidade do Sucuriju, a fim de estabelecer as regras e normas de utilização do cinturão lacustre oriental da REBIO do Lago Piratuba, aconteceu em três momentos:

- I. Io Seminário da Pesca na Vila do Sucuriju, realizado nos dias 24, 25 e 26/03/05;
- II. 1ª Assembléia Comunitária para Elaboração do Termo de Compromisso, realizada no dia 17/08/05; e
- III. 2ª Assembléia Comunitária para Elaboração do Termo de Compromisso, realizada no dia 20/04/06.

O Io Seminário da Pesca na Vila do Sucuriju foi organizado pela Superintendência do Ibama no Amapá (Divisão de Unidades de Conservação, Reserva Biológica do Lago Piratuba, Núcleo de Recursos Pesqueiros, Núcleo de Educação Ambiental e Centro Nacional de Populações Tradicionais) e teve como objetivos: levantar informações para subsidiar a elaboração do Termo de Compromisso; e consultar as Comunidades do Sucuriju, Paratu e Araquiçaua a respeito do processo de criação de uma Reserva Extrativista Marinha no Sucuriju.

Durante o seminário foram realizadas duas oficinas que adotaram técnicas participativas, visando a um maior intercâmbio de experiências e informações entre os presentes. A primeira oficina teve como objetivo a elaboração de um diagnóstico da pesca na região dos lagos e na costa, de acordo com a percepção dos comunitários, resgatando os antecedentes históricos e identificando de forma coletiva a rede de causalidade entre os problemas levantados. Para tanto, os participantes foram divididos em dois grupos: pesca no mar e pesca nos lagos. Já na segunda oficina foram levantadas e sistematizadas informações preliminares para a proposta do Termo de Compromisso e discutiu-se a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) Marinha no Sucuriju, conforme o processo 02004.0023/97-AP, de 17/01/1997.

As Assembléias Comunitárias foram promovidas pelo Ibama/AP (Reserva Biológica do Lago Piratuba, Divisão de Unidades de Conservação e Núcleo de Recursos Pesqueiros) para dar continuidade à elaboração do Termo de Compromisso, iniciado em março de 2005, por ocasião do Io Seminário da Pesca na Vila do Sucuriju. Os objetivos principais dessas Assembléias foram: detalhar as condições e regras para regulamentar a pesca nos lagos (cinturão lacustre oriental) do interior da Unidade e iniciar o cadastramento dos pescadores.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

O Termo de Compromisso compatibilizou a atividade pesqueira nos lagos do cinturão lacustre oriental com os objetivos de criação da REBIO do Lago Piratuba. Para tal, os instrumentos utilizados foram: a normatização do acesso à região, o cadastramento e identificação dos pescadores, a definição de apetrechos de pesca, quantidade e tamanho mínimo do pescado, e períodos e locais de pesca. Também foram estabelecidas penalidades e sanções para o descumprimento das regras, além da realização de reuniões semestrais de avaliação sobre o cumprimento das cláusulas acordadas. Esse Termo foi elaborado com as informações disponíveis sobre os recursos pesqueiros da unidade e deverá ser melhorado com o desenvolvimento de mais pesquisas, de maneira a assegurar a conservação do patrimônio da unidade e a sobrevivência da população residente.

A elaboração desse Termo de Compromisso também serviu para aproximar as Comunidades de Paratu e Araquiçua das ações de conservação desenvolvidas na região. Essas comunidades, localizadas na costa do município do Amapá, entre a foz do rio Araguari e a Vila do Sucuriju, dentro da Reserva Biológica do Lago Piratuba, também solicitaram a inclusão de seus pescadores no cadastramento para acesso aos lagos do cinturão

lacustre oriental. São comunidades também bastante isoladas e que vivem da pesca. Essa questão foi discutida nas Assembléias e decidiu-se aceitar a solicitação das duas comunidades.

De modo geral, o Termo de Compromisso contribuiu para:

- minimização dos conflitos entre os interesses do Ibama, como gestor da unidade, e a população local;
- cumprimento dos objetivos de criação da Unidade mesmo com a utilização de parte da Reserva pela população residente; e
- comprometimento da população residente com a conservação da unidade, através do manejo dos lagos do cinturão lacustre oriental.



O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

O processo de construção do Termo de Compromisso para regulamentação da pesca nos lagos da REBIO do Lago Piratuba possibilitou uma grande aproximação da equipe da unidade com a Comunidade do Sucuriju - o que não havia sido conseguido em mais de 20 anos após a criação da reserva. Os pescadores se sentiram valorizados e, aos poucos, estão aprendendo a confiar no Ibama.

Essa forma diferente de encarar e tratar esse conflito é a chave para a solução dos problemas que vêm acontecendo na região, especialmente com relação à invasão dos pescadores da cidade de Amapá. Há cerca de três anos, esses pescadores começaram a invadir os lagos da Reserva pela costa norte. Além do fato de estarem entrando em uma Unidade de proteção integral sem autorização, o acesso utilizado pode se transformar, em breve, em um igarapé em razão do arrasto das montarias e batelões carregados de peixes. Se isso acontecer, todos os lagos poderão secar, pois suas águas serão drenadas para o oceano em razão da declividade. Isso significaria uma incalculável perda para a conservação do Estado do Amapá e colocaria em risco a sobrevivência das famílias do Sucuriju. Na verdade, seria o fim da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

O desafio é grande e o estabelecimento de parcerias fundamental. A assinatura do Termo de Compromisso (o primeiro em uma unidade de conservação federal), no dia 30 de novembro de 2006, foi um significativo passo no caminho de consolidação da Reserva Biológica do Lago Piratuba e para a transformação de um grave conflito em uma grande oportunidade de conservação da natureza.

A assinatura desse Termo de Compromisso foi uma iniciativa pioneira e formalizou o reconhecimento do direito histórico da Comunidade do Sucuriju, bem como sua contrapartida em conservar a unidade.





O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA E A COMUNIDADE DO SUCURIJU



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Brasil. 2000. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 19-07-2000.

Dias, F. S.; Vieira, I. M.; Silva, L. M. A. da. 2002. Pescadores da Vila do Sucuriju, Estado do Amapá: Características das relações entre pescadores e recursos pesqueiros. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos, Anais, João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2002. Relatório das Oficinas de Diagnóstico e Zoneamento Participativo da área de entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP. Macapá. 61p.

Mendonça, D.B. DE A.; Mariz, D. L. 2005. Análise Socioeconômica da Vila do Sucuriju. Recife. 38p.

Sautchuk, C. E. 2005. Relatório de Pesquisa sobre a Vila do Sucuriju (Amapá-AP). Brasília. 18p.

ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Evely Sevalho
UFAM

Jomber Chota Inuma
Instituto Piagaçu

Gelson Batista
IPAAM

Cláudia Pereira de Deus⁴
INPA

Historicamente o Purus sempre foi reconhecido como um dos rios mais ricos da bacia amazônica. Nos relatos de Euclides da Cunha (2003), datados do início do século XX, em sua viagem pelo longo curso do rio Purus, são enfatizados a abundância e a riqueza de produtos comercializados e consumidos pelas comunidades ribeirinhas. Numa comparação entre os rios Madeira e o Purus em relação aos produtos exportados no período de 1881 a 1883, já era possível observar a riqueza disparada deste rio. Dentre os cinco principais produtos exportados, a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa* H. B) ocupava o segundo lugar, atrás apenas da borracha. A produção do Purus foi estimada em 40.749 hectolitros anual enquanto no Rio Madeira essa produção foi de 10.913 hectolitros, quase quatro vezes menos. Bittencourt (1966) cita que a castanha era um dos recursos mais explorados na região do lago Ayapuá desde 1850, atingindo anualmente safra de 16.000 hectolitros só nessa região.

A exploração econômica da castanha do Brasil teve início a partir do século XVII, (Almeida, 1963), e tornou-se produto de exportação desde a década de 20 (Homma et. al., 2000). O declínio do ciclo econômico da borracha fez com que a castanha se tornasse o mais importante produto extrativo da Amazônia, chegando a responder no ano de 1956, por 70,57% das exportações feitas pela região norte. A atividade constituiu-se, como principal atividade econômica, de grandes estados produtores, como foi o caso do Pará. Ilustrando a relevância que a castanha possuía para esse estado, em 1979 alcançou-se um máximo de volume negociado de mais de 43 milhões de dólares (Homma et. al, 2000). A bacia do Purus, onde está localizada a RDS Piagaçu-Purus, é ocupada por uma grande concentração de castanhas e representa uma das mais importantes regiões produtoras de castanha (IPI, 2005). Pelo fato de, na



avanzar

1

2

ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

reserva, algumas importantes áreas de castanhais estarem localizadas em terras particulares, os conflitos entre proprietários de terras e castanheiros são problemas constantes e datam muito antes da criação da reserva.

Com o objetivo de apoiar as estratégias dos comunitários e intermediar o diálogo entre os atores sociais envolvidos na atividade produtiva da castanha, o órgão gestor responsável pela Unidade de Conservação, SDS (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas) junto ao órgão co-gestor Instituto Piagaçu, iniciaram nas comunidades um processo de diálogo para construção de instrumentos formais para exploração dos castanhais na RDS Piagaçu-Purus, denominados “Acordos de uso de castanhais”.



voltar

1

2



ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia


Local de Estudo

A identificação dos problemas entre proprietários de terras e castanheiros: formas diferentes de exploração:

Necessidade da regularização fundiária na RDSPP:

Metodologia

Local de Estudo

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (RDS-PP), localiza-se na região central do Estado do Amazonas e no momento de sua criação ocupava uma área de 1.008.167 ha, abrangendo parte dos municípios de Berurí, Anorí, Tapauá e Coari (Albernaz & Venticinque, 2003). Com a decretação da Terra Indígena Itixi-Mitari em 2004, a RDS-PP passa a ter a área total de 823.137 ha. Os acordos da castanha foram realizados em sete comunidades, localizadas em florestas de terra firme nas regiões dos lagos Uauaçú e Ayapuá, onde se concentram os grandes mosaicos de castanhais . As comunidades envolvidas fazem parte do Projeto de Conservação e Manejo da Biodiversidade, desenvolvido pelo Programa Agroextrativismo do Instituto Piagaçu (IPI). O programa vem realizando estudos sobre a atividade extrativista da castanha, tais como, caracterização sócioeconômica dos extratores, estimativas de produção e mapeamento de castanhais.



Localização dos castanhais (condomínios e estradas) explorados pelas Comunidades integrantes do acordo de uso dos castanhais no Lago Ayapuá.



Localização dos castanhais (condomínios e estradas) explorados pela Comunidade do Lago Uauaçu.





ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Local de Estudo

A identificação dos problemas entre proprietários de terras e castanheiros: formas diferentes de exploração:

Necessidade da regularização fundiária na RDSPP:

A identificação dos problemas entre proprietários de terras e castanheiros: formas diferentes de exploração

Foram identificadas diferentes formas de exploração da castanha realizadas pelos moradores da RDS-PP. A exploração pode acontecer de duas maneiras: em “condomínio” ou em “estradas”. Os condomínios são áreas não particulares onde qualquer comunitário teoricamente tem o direito de explorar sem a definição de “quem” coleta “onde”. Geralmente as colheitas são realizadas por grupos de famílias. A cada família cabe a produção dependendo do esforço demandado por cada indivíduo que a compõe. A produção pode ser negociada com o comprador que ofereça melhor valor de mercado vigente. As estradas, por sua vez, são áreas de castanhais localizados em terras particulares onde o proprietário permite que alguns comunitários explorem o produto nas suas terras (os chamados “colocados”). Nessas estradas os coletores trabalham sob o mecanismo de aviamento, onde o dono da terra financia todo o material necessário à permanência do coletor na mata durante a realização do trabalho.

O aviamento é quase sempre sobre estimado, o que põe em risco ao castanheiro viver permanentemente em situação de dívida com o dono da terra. Este tem a exclusividade da compra. O preço do hectolitro da castanha é previamente acertado entre proprietário e seus colocados, o que muitas vezes fica aquém do valor de mercado. Cada família tem a liberdade de escolher a maneira pela qual julga ser mais adequada para si. Apesar dessa livre escolha, há uma certa indisposição entre esses dois grupos de trabalho pelo fato de ter sempre aqueles que tentam aproveitar os dois tipos de sistemas, o que não é aceito pela maioria do grupo pelo fato das áreas de condomínio e estradas terem capacidade de suporte diferentes entre elas.

ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Local de Estudo

A identificação dos problemas entre proprietários de terras e castanheiros: formas diferentes de exploração:

Necessidade da regularização fundiária na RDSPP:

Necessidade da regularização fundiária na RDSPP

Na categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pelas cláusulas estabelecidas na Lei. 9.985 (Brasil, 2000) as propriedades particulares presentes dentro dos limites da reserva poderão permanecer sem desapropriação, desde que os interesses e ações desenvolvidas dentro delas estejam em consonância com as normas e regras estabelecidas no Plano de Gestão. Numa análise geral dos documentos de lotes registrados em cartório de Manaus consta apenas a posse da terra. Esses documentos, bem como seus limites de terras, necessitam ser revisados por técnicos do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) e Instituto de Reforma Agrária (INCRA) nas glebas de terras estaduais e federais existentes na região. A sobreposição de interesses entre moradores da reserva e proprietários de terras é o principal causador dos conflitos em torno da exploração da castanha-do-brasil na reserva.



ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas


Resultados

A atividade extrativista da castanha na RDS Piagaçu-Purus

O acordo entre proprietários de terras e castanheiros como forma de administrar conflitos

Resultados

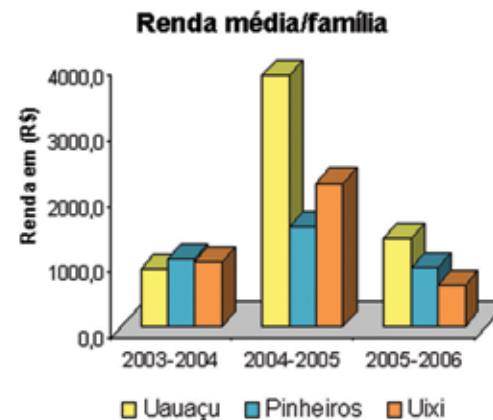
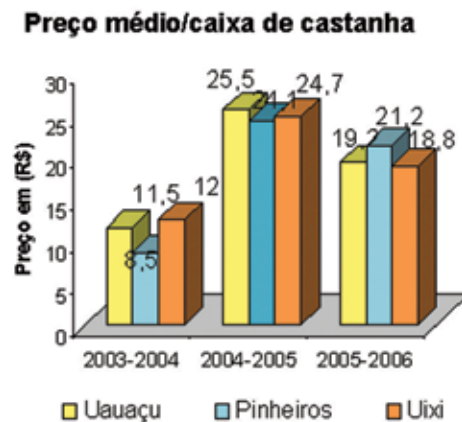
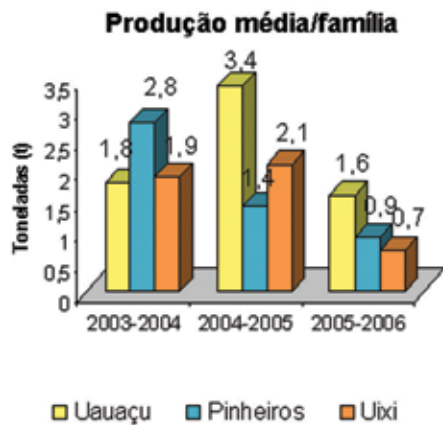
A atividade extrativista da castanha na RDS Piagaçu-Purus:

A atividade extrativista da castanha na RDS-PP envolve cerca de 80% dos moradores da reserva. A castanha é comercializada “in natura”, ou seja, com a casca, e os principais compradores são comerciantes locais e comerciantes advindos de outros municípios como Beruri e Manacapuru. A produção oriunda dos castanhais localizados nas Comunidades São João do Uauaçu, Divino Espírito Santo (Pinheiros) e Nossa Senhora do Livramento (Uixi) são demonstradas nos gráficos .

Nos castanhais dessas comunidades, foram estimadas as densidades de castanheiras em áreas de capoeira e floresta primária. Nos castanhais localizados em capoeiras a estimativa média de árvores é 3,5 indivíduos/ha. A densidade encontrada nos castanhais localizados em áreas de floresta primária foi de 2,3 indivíduos/ha. A variação nas densidades de árvores de castanha é muito comum. Essas diferenças podem estar relacionadas à aplicação de diferentes metodologias como, por exemplo, a densidade de castanheiras com DAP ≥ 10 cm citado na literatura varia de 1,3 a 23 indivíduos/ha. (Salomão, 1991; Peres & Baider, 1997; Peres et al., 2003). A disparidade desses valores pode estar parcialmente atribuída às diferenças nos tamanhos das áreas amostradas (de 3 a 1350 ha.).



Produção média por família (A), preço médio (B) e renda familiar (C)



fechar



ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

A atividade extrativista da castanha na RDS Piagaçu-Purus

O acordo entre proprietários de terras e castanheiros como forma de administrar conflitos

O acordo entre proprietários de terras e castanheiros como forma de administrar conflitos:

Três grandes reuniões foram realizadas em dezembro de 2006 nas comunidades de Uixi, Pinheiros e na comunidade de São João do Uauaçú com a presença de mais de 150 pessoas. As reuniões foram coordenadas por representantes do IPI, IPAAM e Agência de Floresta (AFLORAM) que tiveram papel fundamental como mediadores neste diálogo. Em todas as reuniões, para as questões das terras ditas particulares e interpretadas pelos comunitários como sendo áreas públicas, houve esclarecimento por parte do advogado do IPAAM, ficando estabelecido que até que se prove o contrário, os lotes que foram apresentados documentos de registro, ainda que não definitivos, deverão ser respeitados como tal. Para que ocorra o total esclarecimento sobre a real situação dessas terras será necessário fazer toda a regularização fundiária da reserva. Enquanto isso, fica valendo o acordo assinado entre eles que poderá ser renovado a cada safra e feito os ajustes conforme as necessidades. Em cada acordo foram primeiramente definidos os locais de estradas e os condomínios e aqueles que estarão explorando a castanha sob as diferentes formas.

Como regra geral ficou estabelecido:

- Respeito às áreas de condomínio e de estradas, de modo que os castanheiros que trabalham no sistema de estrada não poderão invadir os condomínios e vice-versa;
- O comprometimento dos coletores em zelar pelos castanhais;
- O comprometimento por parte dos donos de lotes de terras em pagar preço justo de mercado;
- O comprometimento dos coletores em vender as castanhas limpas de modo a garantir a qualidade;
- Haverá penalidade aos que não cumprirem o acordo. A penalidade constará da suspensão do direito de colher e vender a castanha no período da safra;
- O respeito pelos limites entre as comunidades vizinhas sobre as áreas de exploração da castanha, não podendo haver invasão de áreas entre elas;
- A proibição da exploração da castanha dentro da RDS por pessoas estranhas ou visitantes, cabendo a fiscalização aos moradores beneficiários.

ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

A mobilização dos moradores, do órgão gestor e co-gestor da RDS Piagaçu-Purus, a fim de solucionar os impasses em torno da exploração da castanha-do-brasil, possibilitou a consolidação do Acordo de Uso dos castanhais na reserva. A participação dos moradores no processo de construção do acordo atende a um dos principais objetivos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, ou seja, a participação da população local e do entorno na gestão da unidade de conservação.

Como o processo de regularização fundiária ocorre em longo prazo, a resolução das tensões relativas à atividade extrativista permite que outras ações de manejo e conservação dos recursos naturais possam ser implementadas dentro da unidade, podendo garantir dessa forma o uso sustentável desses recursos na geração de renda das populações.





ACORDOS DE USO DE CASTANHAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Albernaz, A. Venticinque, E. 2003..RDS Piagaçu Purus: características e limites geográficos. In: Deus et al. (Eds). Piagaçu Purus: bases científicas para a criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável. SCM. 83p.

Almeida, C. P. 1963. Castanha-do- Pará, sua exportação e importância na economia Amazônica. Ministério da Agricultura. 86p.

Bittencourt, A. 1966. Reminiscências do Ayapua. Rio de Janeiro. 54p.

Brasil. 2000. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 19-07-2000.

Cunha, E. 2003. Um Paraíso Perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia / Euclides da Cunha. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Rio Branco. 409 p.

Homma, A. K. O. 2000. A destruição de recursos naturais: o caso da castanha-do-pará no sudeste paraense. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 74p.

IBGE, 2005. Cadeia Produtiva da castanha-do-brasil. Monitoramento da Conjuntura de Mercado das Principais Cadeias Produtivas Brasileiras. Departamento de Estudos sócioeconômicos rurais, Curitiba, 34p.

IPi. 2005. Instituto Piagaçu - Relatório técnico referente às atividades desenvolvidas na RDS-Piagaçu Purus pelo Instituto Piagaçu. 200 p.

Peres, C.A., Baider, C., 1997. Seed dispersal, spatial distribution and population structure of Brazilnut trees (*Bertholletia excelsa*) in Southeastern Amazonia. *J. Trop. Ecol.* 13, 595-616.

Peres, C.A., Baider, C., Zuidema, P.A., Wadt, L.H.O., Kainer, K.A., Gomes-Silva, D.A.P., Salomão, R.P., Simões, L.L., Francisosi, E.R.N., Valverde, F.C., Gribel, R., Shepard Jr., G.H., Kanashiro, M., Coventry, P., Yu, D.W., Watkinson, A.R., Freckleton, R.P. 2003. Demographic threats to the sustainability of Brazil nut exploitation. *Science* 302, 2112-2114.

Salomão, R. P., 1991. Estrutura e densidade de *Bertholletia excelsa* H. B. (Castanheira' nas regiões de Carajás e Marabá, Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. S. Botânica* 7:47-68.

PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA TRANSFRONTEIRIÇA DA ZONA ESTUARINA DO RIO OIAPOQUE - COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Kelly Bonach

Parque Nacional do Cabo Orange

Marcos da Silva Cunha

Parque Nacional do Cabo Orange

Ricardo Motta Pires

Parque Nacional do Cabo Orange

Gláucia Pereira de Sousa

Parque Nacional do Cabo Orange

Carolina Peixoto Ferreira

Parque Nacional do Cabo Orange

Lauro Henrique de Paiva Jr

Parque Nacional do Cabo Orange

Rodrigo Paranhos Faleiro

Diretoria de Ecossistemas/Ibama

Pascal Gombauld

Parc Naturel Régional de la Guyane

A Amazônia constitui uma região extremamente rica em recursos naturais, despertando o interesse mundial e criando um cenário propício para o desenvolvimento sustentável. Na região de fronteira, onde a floresta estende-se por mais de um país, as áreas protegidas são reconhecidas como espaços privilegiados para a elaboração de modelos inovadores de cooperação internacional para a preservação da biodiversidade (Irving, 2005).

Diante desse cenário, em 16 de outubro de 2004, a Ministra do Meio Ambiente do Brasil e o Ministro da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da França assinaram um Memorando de Entendimento relativo à cooperação na área do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em relação à área de fronteira Brasil-Guiana Francesa, algumas diretrizes foram destacadas no âmbito desse acordo: Fomentar parcerias entre instituições de proteção ambiental do Brasil e Guiana; manter intercâmbio constante de informações entre os dois países; tornar a fiscalização efetiva; ter como áreas-foco os parques nacionais brasileiros, as áreas indígenas próximas à fronteira e os parques da Guiana; objetivar a formação de corredor de conservação transfronteiriço (MMA, 2005).

No extremo norte do Brasil, no Estado do Amapá, localiza-se o Parque Nacional do Cabo Orange/IBAMA (PNCO). O limite norte deste Parque é feito com a Guiana Francesa, tendo como divisor o Rio Oiapoque. A foz do Rio Oiapoque é compartilhada entre o PNCO e o Parc Naturel Régional de la Guyane (PNRG). Em ambas as margens do rio Oiapoque, o Brasil e a França enfrentam a problemática do tráfico de animais, a sobrepesca, o garimpo clandestino, o desmatamento e a poluição pelos dejetos domésticos, degradando-se tanto do ponto de vista de meio ambiente quanto socioeconômico. Devido à proximidade geográfica

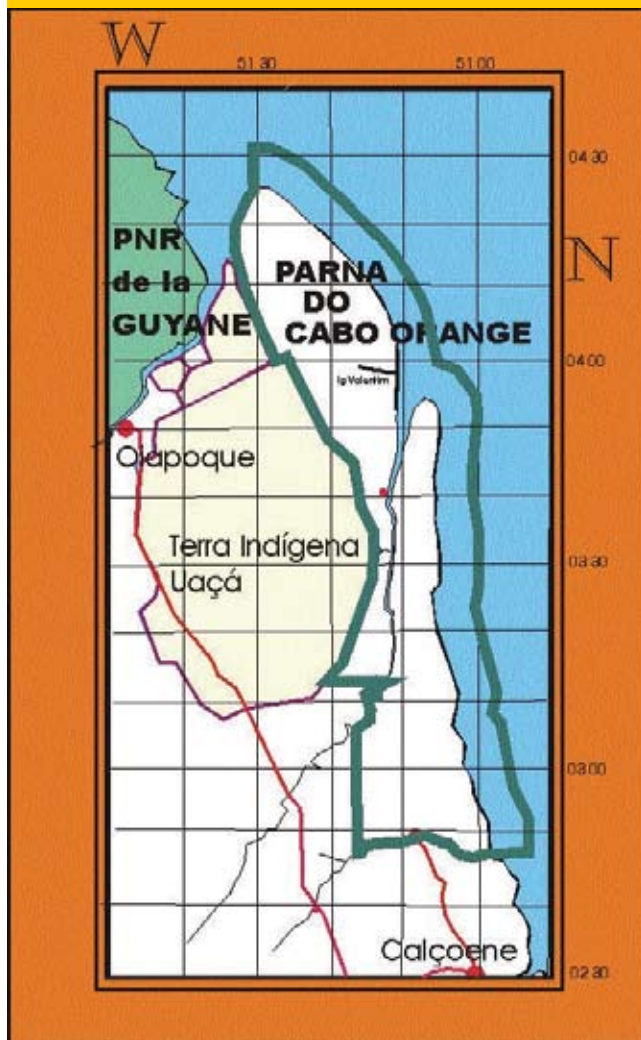


avancar

1

2

**Parque Nacional do Cabo Orange
e Parc Naturel Régional de la Guyane**



**Comunidade de Vila Velha do Cassiporé/Brasil
em reunião com o PNCO e PNRG**

PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA TRANSFRONTEIRIÇA DA ZONA ESTUARINA DO RIO OIAPOQUE - COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

entre o PNCO e o PNRG e à consciência da fragilidade dos sistemas, dos riscos de conflitos e de tensões de todos os tipos, o Parque Nacional do Cabo Orange/Ibama/Brasil e o Parc Naturel Régional de la Guyane/Guiana Francesa uniram seus esforços pela criação de um programa de cooperação pela conservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável, denominado Programa de Gestão Integrada Transfronteiriça da Zona Estuarina do Rio Oiapoque -Cooperação Brasil-França (Programa Oiapoque Natureza - OYANA) pelo período de duração de 2007 a 2013.

O PNCO e o PNRG têm objetivos muito semelhantes no que se refere ao interesse de promover o desenvolvimento sustentável das populações locais (Figura 2). No caso do PNCO, essas populações localizam-se no entorno do parque, mas estão diretamente envolvidas na exploração ilegal dos recursos naturais da unidade, exercendo uma forte pressão sobre a integridade dos ecossistemas. No PNRG, as populações humanas moram e desenvolvem atividades produtivas dentro do parque, que procura compatibilizar a utilização com a conservação dos recursos naturais.

O Programa OYANA deseja ser uma das respostas possíveis aos problemas ambientais da fronteira Brasil-Guiana Francesa, mobilizando o grupo de parceiros interessados na conservação do meio ambiente da zona estuarina do rio Oiapoque e criando condições de expressão de um desenvolvimento sustentável no

interior do PNRG e no entorno do PNCO. Para tanto, objetiva-se efetivar um plano de gestão participativa entre os parques, por meio da coordenação conjunta das ações.



voltar

1

2





PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA TRANSFRONTEIRIÇA DA ZONA ESTUARINA DO RIO OIAPOQUE - COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

O Programa OYANA é composto por diversas linhas de ação, orientadas por um comitê representado pelo PNCO e pelo PNRG, a saber: Pesquisa, educação ambiental, políticas públicas e externas, manejo e proteção da fauna e da flora, divulgação da cooperação, desenvolvimento sustentável, ecoturismo, integração com comunidades e promoção da área da cooperação como reserva da biosfera. Dentro dessas linhas de ação, cada ator ou representante local poderá apresentar ao comitê de coordenação do programa um ou vários projetos, desde que estejam integrados às linhas de ação firmadas entre os parques. As propostas de projetos serão examinadas por ambos os parques e a busca de subsídios para a execução dos trabalhos será feita pelo responsável pelo projeto com a assistência dos PNCO e PNRG.

O secretariado desse comitê será exercido alternadamente por cada um dos parques. Cada projeto será escrito com o objetivo de ser executado, ao mesmo tempo, nos dois países, sob a coordenação/supervisão dos dois parques. No planejamento do projeto, os orçamentos de cada parque serão definidos individualmente. Desta forma, o patrocinador poderá repassar o recurso individualmente e diretamente para cada parque e o projeto será realizado ao mesmo tempo no Brasil e na Guiana Francesa.





PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA TRANSFRONTEIRIÇA DA ZONA ESTUARINA DO RIO OIAPOQUE - COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

A discussão do Programa OYANA e a viabilização de um documento que formalize a cooperação entre o PNCO e o PNRG têm representado um momento inovador na rotina do Parque Nacional do Cabo Orange (PARNA). Neste contexto, o PNCO pôde compartilhar inúmeras informações com o PNRG e iniciar as primeiras visitas ao território francês. Estas visitas tornaram possível a construção de um plano de trabalho comum entre os dois parques. Visitas da equipe do parque francês ao Brasil, especialmente ao PARNA do Cabo Orange, foram fundamentais para o entendimento institucional do parque brasileiro.

Diante do plano de trabalho elaborado, espera-se obter os seguintes resultados por meio do Programa OYANA: Ambiente natural conhecido; ações de educação ambiental aplicadas às escolas dos municípios onde estão localizados os parques; políticas públicas discutidas e propostas; atividades de conservação do meio ambiente incentivadas nos municípios onde estão inseridos os Parques; manejo e proteção da fauna e da flora aplicados; ações da cooperação divulgadas no Brasil e na França; ações de desenvolvimento sustentável incentivadas; ecoturismo incentivado; comunidades integradas na gestão dos parques; área da Cooperação promovida como Reserva da Biosfera.





PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA TRANSFRONTEIRIÇA DA ZONA ESTUARINA DO RIO OIAPOQUE - COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

O esforço de ambos os parques para uniformizar ações, dentro de contextos diferenciados de gestão das unidades, tem sido um desafio e uma oportunidade fantástica de integrar as áreas protegidas da fronteira em um objetivo comum. No contexto do Estado do Amapá, em particular de sua região norte, formada por extensas unidades de conservação e terras indígenas (do lado brasileiro o PNCO, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e as Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã e, do lado francês, o PNRG e o Parque Nacional da Guiana), o Programa OYANA poderá ser um importante impulso na formação de um mosaico de áreas protegidas transfronteiriças e grandes corredores de biodiversidade, extrapolando os limites internacionais.

No entanto, para a viabilização do Programa OYANA, o PNCO tem enfrentado uma série de obstáculos de ordem política e logística. A falta de domínio das línguas francesa e portuguesa ainda é uma barreira que tem dificultado a discussão dos temas com todo o grupo envolvido e a integração das equipes. A distância do PARNA em relação aos centros de decisão no Brasil e a extrema burocracia nos trâmites de documentos dentro e fora do Ibama têm sido obstáculos à obtenção do visto para a entrada no território francês. Portanto, o PNCO está em constante discussão com as autoridades brasileiras e francesas para a construção de um objeto formal que minimize estes obstáculos. A falta deste objeto será um fator de empecilho à Cooperação.



PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA TRANSFRONTEIRIÇA DA ZONA ESTUARINA DO RIO OIAPOQUE - COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Irving, M.A. 2005. Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque e Parque Nacional de Cabo Orange: Da “ultraperiferia” de fronteira para a prioridade em cooperação transfronteiriça em gestão da biodiversidade. /Apresentado na Oficina para elaboração do plano de trabalho para áreas protegidas no âmbito da cooperação Brasil-França, Brasília.

MMA. 2005. Oficina para Elaboração do Plano de Trabalho para Áreas Protegidas no Âmbito da Cooperação Brasil-França. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA. 26p. (Relatório da Oficina de Planejamento).



O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Referências bibliográficas

Introdução

Carlos Eduardo Marinelli
Henrique Santiago A. Carlos
Romulo Batista
Fabio Rohe
Fabiano Waldez
Thais Kasecker
Waldener Endo
Rafael F. Godoy

*Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável
do Amazonas - SDS/ SEAPE*

O Estado do Amazonas, localizado na região norte do Brasil e sob domínio do bioma amazônico, constitui a maior unidade da Federação (16.489.105 ha) e representa o estado com maior quantidade de ambientes naturais originais preservados (cerca de 97% da área total). O Amazonas conta atualmente com cerca 43,99% de seu território em áreas legalmente protegidas, sendo que desse total cerca de 8,73% das áreas encontram-se sobrepostas, 10,45% são unidades de conservação (UCs) estaduais, 13,12% são UC federais e 29,15% são por Terras Indígenas.

Apesar de possuir ainda grandes extensões de áreas praticamente intactas, a preocupação com a ocupação e exploração sustentável dessa região é imensa, dada a carência socioeconômica de sua população, extensão territorial e grau de isolamento. No entanto, a simples criação de novas unidades de conservação ou a implementação daquelas já existentes não garante efetivamente a manutenção da integridade ambiental. Mesmo UCs de grande porte podem estar sofrendo efeitos diretos e indiretos das atividades exploratórias em seu interior e entorno (Peres et al., 2007), podendo levar ao comprometimento de suas comunidades biológicas (Terborgh, 1992) e, conseqüentemente, das próprias populações humanas ribeirinhas que dependem desses recursos naturais, principalmente através da utilização dos recursos naturais de maneira não planejada e descontrolada (Rosser & Mainka, 2002).

Neste escopo, o estabelecimento de um sistema de monitoramento que permita aos gestores das UCs compreender o status da biodiversidade, de que forma ela está sendo aproveitada e seus níveis de ameaça é essencial para o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade e garantir a exploração sustentada dos recursos naturais.



avançar

1

2

3

O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Referências bibliográficas

O Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (ProBUC) visa a implantação de um sistema pioneiro de monitoramento na Amazônia, tendo como premissa o envolvimento de comunitários residentes nas UCs, como forma de evidenciar para as populações tradicionais a importância e responsabilidade de sua atuação na manutenção da integridade dos ecossistemas para manutenção de seus próprios modos de vida.

O conhecimento gerado pelo programa subsidiará propostas de manejo dos recursos naturais, tanto vegetais (madeireiros e não-madeireiros) como animais (mamíferos, aves e répteis assim como produtos associados, como ovos e couro), visando a sua exploração planejada nas UCs. A longo prazo, espera-se poder contar com um sistema rotativo de obtenção de recursos entre as localidades, ou controlada pelas proporções de estoques por localidade/tempo/espécie. Esta ordenação deve contribuir para a resiliência das populações naturais em unidades de conservação de uso sustentável do Estado do Amazonas, colaborando para a manutenção da integridade ecológica dessas áreas e do bioma.

Dessa forma, o ProBUC pretende:

- 1** - Sensibilizar os comunitários residentes nas UCs sobre a relevância do monitoramento do uso de recursos naturais para o estabelecimento de normas de aproveitamento dos mesmos em bases sustentáveis;
- 2** - Capacitar comunitários residentes nas UCs para atuar como monitores de biodiversidade;
- 3** - Monitorar espécies aproveitadas e com potencial de aproveitamento pelas comunidades;
- 4** - Monitorar espécies de “interesse especial” (espécies em perigo crítico, perigo ou ameaçadas de extinção -IUCN/Ibama, espécies-carismáticas, e espécies “de conflito” (homem x animal));
- 5** - Monitorar o uso do solo e modificações na cobertura vegetal.



avancar



voltar

1

2

3



O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início


Introdução

Metodologia

Resultados

Referências bibliográficas

Áreas de Aplicação

O Amazonas conta atualmente com 34 UCs estaduais, sendo 26 de uso sustentável e 8 de proteção integral, totalizando uma área de 16.489.111 ha . As UCs de uso sustentável perfazem 13.392.246 ha e as de proteção integral 3.096.765 ha correspondendo respectivamente a 8,49 e 1,96% do total da área do território do estado.

O ProBUC em sua fase pioneira de implementação almeja contemplar três áreas protegidas focais dentro do estado, cuja implementação é apoiada pelo ARPA: a RDS Uacari e a RDS Piagaçu-Purus, ambas de uso sustentável, e o Parque Estadual do Rio Negro - setor norte, de Proteção Integral (Figura 1, em destaque). O ProBUC vem trabalhando sua implementação na RDS Uacari desde setembro de 2005, e teve o início das atividades de monitoramento em março passado, com a primeira oficina participativa de avaliação dos resultados prevista para ocorrer em julho de 2007. Para as outras duas UCs, o ProBUC está em fase de planejamento para iniciar suas atividades operacionais e iniciar a coleta de dados ainda este ano.



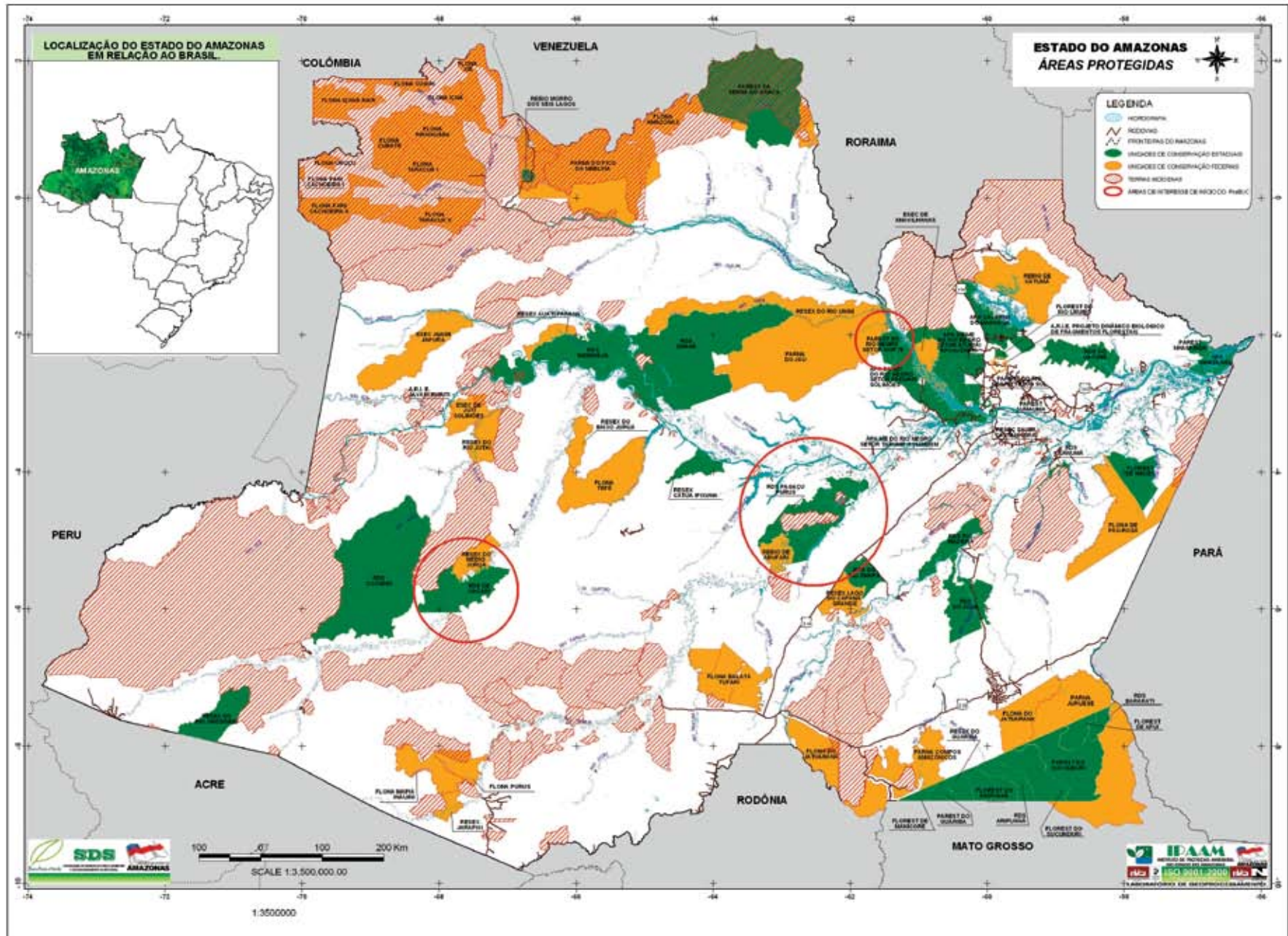
voltar

1

2

3

Unidades de conservação do Amazonas



fechar

O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Referências bibliográficas

Metodologia

A construção da metodologia de trabalho foi baseada em quatro premissas norteadoras para o ProBUC: 1. Economicamente viável; 2. Contínuo; 3. Simples e, 4. Aplicável às Propostas de Manejo de Recursos Naturais e ao Plano de Gestão da UC.

Além disso, o programa também se baseia em três pilares que permeiam a construção, execução e concepção do programa: É focado no monitoramento das ameaças à integridade da UC; os comunitários são os principais executores do monitoramento em campo; o programa é desenvolvido de forma participativa, desde sua concepção até a avaliação dos resultados obtidos e discussão de novas propostas.

Os comunitários envolvidos no monitoramento serão divididos em cinco frentes principais de apoio, sendo passível de adaptação à realidade de cada UC:

- Monitores de Tabuleiros: Responsáveis pela coleta de informações sobre a reprodução de quelônios nas praias. Dedicção semanal individual: 5-6 dias. Comunitários envolvidos: 3 / tabuleiro.
- Monitores de Fauna Sinegética: Levantam informações sobre a fauna caçada (aves, mamíferos e crocodilianos) em transectos

lineares. Dedicção semanal individual: 3 dias. Comunitários envolvidos: 1 monitor / 2 transectos.

- Monitores Pesqueiros: Coletam dados da produção e comercialização de espécies-foco de pescado na sede municipal mais próxima. Dedicção semanal individual: 5 dias. Comunitários envolvidos: 2.

- Monitores de Trânsito de Embarcações: Registram diariamente informação sobre o trânsito das embarcações nos principais acessos à reserva. Dedicção semanal individual: 1 dia. Comunitários envolvidos: 2 / UC.

- Monitores Recenseadores: Responsáveis pela captação de informações sobre o uso dos recursos naturais (animais e vegetais) e avistamento de espécies de “interesse especial” junto aos moradores das comunidades da UC. Dedicção semanal individual: 1 dia. Comunitários envolvidos: 1/10 domicílios.

Além disso, o Programa também conta com a participação de pesquisadores-colaboradores que fornecerão colaboração técnica-científica para execução de pesquisas de interesse, auxiliarão no diagnóstico de esforço de uso de recursos, além dos inventários socioambientais. Por fim, a equipe técnica do Programa, sediada na própria Secretaria de Estado do Meio



avancar

1

2

O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Referências bibliográficas

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) é responsável pela validação dos dados, inserção em um banco de dados e espacialização em SIG, análise dos dados, monitoramento do sistema e a implementação e execução logística do programa.

O ProBUC segue um planejamento específico em seu processo de implementação, sendo elas:

1. Adaptação da proposta à realidade da unidade de conservação;
2. Apresentação e discussão da proposta junto aos comunitários;
3. Planejamento e implementação das trilhas;
4. Treinamento dos comunitários monitores de biodiversidade;
5. Início do monitoramento;
6. Acompanhamento da fase inicial de coleta de dados;
7. Análise e avaliação periódica dos dados gerados e do andamento do ProBUC junto aos comunitários e instituições parceiras.



voltar

1

2



O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início

Introdução

Metodologia


Resultados

Referências bibliográficas

Resultados Esperados

O ProBUC foi estruturado de forma a promover ações tanto a curto, quanto a médio e longo prazos. De forma imediata, espera-se a geração de conhecimento sobre a UC e a promoção de novas oportunidades para os comunitários, tanto pela geração de renda direta, mas também indiretamente, através da legalização e fortalecimento das cadeias produtivas e da melhoria na qualidade dos produtos extrativistas. O Programa também almeja sensibilizar a comunidade para a questão de conservação de recursos naturais e, através disso, incentivar mudanças comportamentais pelos benefícios das relações homem-natureza.

Por fim, com o monitoramento de recursos, espera-se obter subsídios para a construção e implementação de planos de manejo dos recursos naturais dos Planos de Gestão. Assim, além de promover a conservação através do ordenamento das atividades extrativistas, o Programa também servirá de auxílio à implementação das UCs Estaduais do Amazonas e poderá servir de modelo para implementação de atividades de monitoramento em outras UCs apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

Além de toda essa cadeia de resultados, o ProBUC também espera gerar produtos específicos de acordo com as atividades de cada monitor: 



Monitor	Produto	Aplicação
Tabuleiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vigilância de tabuleiros 2. Dados de desova, eclosões, predação de ninhos, mortalidade e soltura 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução das predações 2. Número de desovas e taxa de natalidade 3. Análise de recrutamento 4. Manejo mais eficiente
Recenseador	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perfil das atividades extrativistas 2. Pressão sobre recursos naturais 3. Potencial de exploração 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxas de extração e variações (espacial/temporal) 2. Propostas de manejo
Fauna	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento de biodiversidade 2. "Status" das espécies 3. Influência da caça na estrutura das populações 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação da UC 2. Avaliação da integridade da UC 3. Proposta de manejo
Pesqueiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perfil das capturas 2. Respostas biométricas 3. Flutuações comerciais 4. Dinâmica da frota pesqueira 5. Perfil da atividade 6. Esforço de captura 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações estratégicas para acordo de pesca 2. Ordenamento Pesqueiro 3. Propostas de manejo 4. Respostas dos estoques e ambientes
Embarcações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perfil das embarcações que navegam na UC 2. Dinâmica das embarcações na UC 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de ameaças 2. Apoio ao sistema de fiscalização 3. Informação estratégica da UC



fechar



O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE E DO USO DE RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO AMAZONAS



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Peres, C.; Barlow, J.; Laurence, W. F. 2006. Detecting Anthropogenic Disturbance in Tropical Forests. *Trends in Ecology and Evolution* 21 (5): 227-229.

Rosser, A.M.; Mainka, S.A. 2002. Overexploitation and Species Extinctions. *Conservation Biology* 16 (3): 584-586.

Terborgh, J. 1992. Maintenance of Diversity in Tropical Forests. *John Terborgh*. *Biotropica* 24(2): 283-292



ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Domingos Macedo

*Desenvolvimento Sustentável do Estado
do Amazonas - SDS*

Marcos Amend

Conservation Strategy Fund - CSF

Adevaldo Dias

*Agência de Florestas e Negócios
Sustentáveis do Amazonas - AFLORAM*

O estado do Amazonas possui atualmente 34 Unidades de Conservação (UC) estaduais já criadas e outras três em processo avançado de criação, perfazendo uma área de 17,8 milhões de ha. Desse total, 27 são de uso sustentável e sete de proteção integral. As UCs estaduais de uso sustentável somam 14 milhões de ha e as de proteção integral 3,8 milhões de ha, correspondendo respectivamente a 8,8 e 2,4 % do total de áreas protegidas do seu território. O estado, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), conta com uma parcela de recursos próprios e tem também buscado recursos externos via doação para criar e implementar as suas áreas protegidas. O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) vem apoiando desde 2004 várias ações de criação e implementação nas UCs do Amazonas.

O governo do estado tem apoiado de forma expressiva a produção de produtos não madeireiros. Em 2006, a atividade de extração de óleos vegetais foi desenvolvida em 11 municípios, beneficiando 1.082 famílias. A produção, em torno de 57 toneladas de óleo, gerou uma receita de aproximadamente R\$949 mil, e uma renda bruta média de R\$1.358,00 por família. Esse resultado deve-se ao funcionamento das microusinas de extração em diversos municípios amazonenses, que vem processando a produção de castanha, andiroba e copaíba oriunda principalmente de unidades de conservação da calha dos rios Madeira e Juruá (Governo do Amazonas, 2006).

O desafio de ordenar a utilização ou dar destinação econômica a esses espaços é grande. O órgão gestor em alguns casos se vê diante de situações em que não foram concluídos os estudos para os planos de gestão e já é acionado para fiscalização e licenciamento de ativi-



avançar

1

2

3

ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

dades que envolvem o uso de recursos naturais, turismo, dentre outras. Se por um lado esses conflitos explicitam a urgência da implementação dessas áreas, por outro lado eles denotam o potencial do uso dos recursos naturais como ferramenta de integração das unidades de conservação no contexto socioeconômico do estado.

Nos planos de gestão das unidades de conservação, estão previstas ações de geração de renda, como o manejo florestal comunitário, visitação pública, dentre outras formas de uso econômico. A SDS, vem realizando em caráter experimental a adoção de planos de negócios para incrementar estas ações. A função desses planos de negócios é estabelecer critérios sociais, operacionais, econômicos e de mercado em atividades que contemplam uso direto ou indireto dos seus recursos naturais. Todas as categorias de UCs permitem, em diferentes escalas, que esses usos dos seus recursos naturais integrem estratégias de geração de receita em diferentes níveis. Dessa forma, foram definidas algumas linhas de ação experimentais, como forma de avaliar o potencial dessa ferramenta no conjunto de ações, para buscar a sustentabilidade financeira do sistema.



avancar



voltar

1

2

3



ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Os planos de negócio podem ter funções diversas na composição da arrecadação de recursos necessários:

- Geração de recursos para gestão: Gerar receita destinada à aplicação direta na gestão da UC e, dessa forma, favorecer a implementação do seu plano de gestão, por exemplo, pagamento por serviços ambientais.
- Geração de recurso para comunidades residentes ou usuárias: Gerar receita destinada às populações que sofreram restrições de uso dos recursos naturais pela criação de uma UC. Esses planos de negócio visam à criação de estratégias de uso dos recursos que contribuam para o bem-estar das populações envolvidas e da manutenção de padrões mínimos de sustentabilidade ambiental, por exemplo, manejo de oleaginosas.
- Geração de recursos para a sociedade: Gerar receita destinada a um determinado setor econômico da sociedade. Esse tipo de iniciativa é importante para cumprir os objetivos de integração da UC com a sociedade em geral, por exemplo, turismo.

Essas funções podem ser combinadas para gerar um efeito mais amplo no processo de gestão financeira. Exemplo: Um programa de turismo que arrecada taxa de ingresso para o gestor e emprega mão-de-obra local tem capacidade de gerar renda nos três níveis.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é avaliar os resultados parciais dos planos de uso direto e indireto de recursos naturais nas unidades de conservação estaduais do Amazonas.



voltar

1

2

3



ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Foram definidos os casos prioritários a serem estudados de acordo com critérios de participação local, replicação, diversidade de escala dos empreendimentos e do uso dos recursos. Foram contratados cinco estudos que forneceram entre dois a três cenários de viabilidade financeira, seus respectivos planos de investimentos, capital de giro, necessidades de capacitação das comunidades, associações envolvidas e planos de marketing. Um comitê formado por integrantes do SDS (SEAPE e SEAE), IPAAM e Agência de Florestas foi criado para avaliar os resultados e operacionalizar as atividades previstas em cada plano de negócios aprovado.



ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados		Casos Seleccionados e seus Atuais Estágios de Implementação		
Local	Produto	Cenários de viabilidade identificados pelos planos de negócios/recursos de investimentos	Parcerias	Expectativa de receitas anuais
PE do Rio Negro setor Norte e Setor Sul	Visitação pública/ecoturismo	R\$200.000 (Construção de um centro de visitantes, pier, alojamentos, torre de observação e treinamento de guias).	IPE AMAZONASTUR	Foram calculadas para cada grupo de visitantes uma taxa de entrada e utilização da infraestrutura de visitação (R\$15,00 a R\$25,00). Projeção de visitação anual: 8.500 pessoas. Expectativa de receita anual: R\$187.000,00
RDS Uacará (Carauari)	Produtos florestais não madeireiros (óleo de murumuru) e recursos pesqueiros	R\$90.000 (secadores de sementes, treinamento dos coletores de sementes e capital de giro para o processamento e venda do óleo). Não estão definidos ainda os investimentos para a comercialização do pescado in natura.	AFLORAM AMARU CNS	Expectativa de produção anual de óleo: 6 a 8 toneladas. Expectativa de receita anual: R\$130.000,00
RDS Rio Amapá (Manicoré)	Artefatos de borracha natural Castanha do Brasil	Em fase de contratação. No entanto, serão investidos recursos para a secagem e armazenamento das sementes nas comunidades e capital de giro para as associações no transporte, processamento e processo de venda da castanha beneficiada, óleo e torta para diversos usos.	AFLORAM CNS	Em fase de análise.
Floresta Estadual de Maués	Manejo de fauna	R\$73.159,00 (infra-estrutura de monitoramento de fauna e capacitação das famílias participantes).	AFLORAM	Quatro módulos de produção. Renda líquida anual: R\$22.000,00
Mosaico de Apuí	Pagamento por serviços ambientais	Em fase de análise	IDESAM	Em fase de análise

ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

A elaboração de planos de negócios demonstrou ser uma importante ferramenta no processo de decisão sobre o uso de recursos naturais nas unidades de conservação estaduais do Amazonas. Os estudos consideraram a participação ativa das comunidades na identificação e caracterização das cadeias de produção, comercialização e decisão sobre quais seriam os produtos prioritários. Mesmo estando em um estágio intermediário de desenvolvimento, é evidente sua importância como indicador de potencial de sucesso das iniciativas analisadas, bem como a pressão que estas poderão imprimir nos recursos utilizados.

Um fator restritivo para sua aplicação mais ampla é o alto custo que estes podem demandar no estágio inicial de projetos de uso de recursos naturais. Dependendo da potencialidade de geração de receita envolvida, o custo do plano pode mesmo superar os benefícios líquidos gerados, demandando subsídios significativos por parte do gestor. Entretanto, há o contraponto importante da geração de uma visão mais detalhada sobre o empreendimento proposto, a identificação dos elementos críticos para sua gestão e, dessa forma, da redução dos riscos econômicos e ambientais no processo de implementação.

Na avaliação da SDS e IPAAM, os estudos demonstraram uma grande diversidade de resultados na sua maioria sinalizando possibilidade de retorno positivo. O comitê de acompanhamento está atento aos diversos cenários de viabilidade que estão sendo propostos. Na elaboração dos planos, buscando-se elaborar cenários conservadores na geração dos benefícios, de forma a evitar riscos de uma avaliação equivocada do potencial da iniciativa.

Em alguns casos, os empreendimentos poderão ter um período de maturação mais longo do que o previsto, devido a diversos fatores externos. O órgão ambiental e os demais atores envolvidos deverão estar atentos a questões como, por exemplo, atender às demandas emergenciais das comunidades e assegurar uma boa gestão do negócio. Além do mais, não se deve perder o foco de que o objetivo principal de fomentar estas atividades é aperfeiçoar a gestão da UC, tornando-a economicamente viável e social e ambientalmente sustentável.



avançar

1

2

ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Numa perspectiva de futuro, o desafio será associar ferramentas eficientes para monitorar a implementação dos planos de negócio, tanto no aspecto da geração de renda como dos impactos sobre os recursos utilizados. Esse monitoramento poderá avaliar também a capacidade de previsão de cenários dos planos de negócios, bem como reduzir os custos de geração futura de planos de negócios similares.



voltar

1

2



ENCARANDO O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DAS UCS DO AMAZONAS: PLANOS DE NEGÓCIOS E SUA UTILIDADE



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Governo do Amazonas. 2006. Relatório de gestão 2003-2006. Manaus, Amazonas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SDS. 106 p.

Cadeia Produtiva dos óleos vegetais do Estado do Amazonas. Série Técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável, 6, Manaus, 36 p.



CARBONO - O EFEITO COLATERAL DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia e Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Johannes Scholl
Cooperação Técnica Alemã/
Deutsche Gesellschaft für Technische
Zusammenarbeit - GTZ

Quando a floresta arde na Amazônia, aquece o mundo inteiro. Queimadas, desmatamento e degradação das florestas tropicais são responsáveis por 20-25% das emissões mundiais de carbono que contribuem para o aquecimento do nosso planeta (Moutinho & Schwartzman, 2005). Uma grande parte acontece na bacia amazônica. Parece incrível, mas manter florestas é um bom negócio para o mundo todo, talvez um dos melhores. No Programa Áreas Protegidas da Amazônia -ARPA, este negócio já acontece diariamente e tem um enorme potencial para crescer.

Introdução

Um ex-economista-chefe do Banco Mundial e atual assessor do governo britânico, Nicholas Stern, publicou no ano passado um relatório que recebeu muita atenção por comparar pela primeira vez os custos de prevenção e as consequências das mudanças climáticas. A mensagem central é muito simples: A melhor opção para o mundo é investir hoje na mitigação das emissões de carbono, o que, segundo as estimativas de Stern, custaria 1% do BIP mundial. Assim, evitaríamos pagar a conta da inatividade no futuro, o que seria pelo menos 5% do BIP mundial destruído pelos impactos do aquecimento da terra (Stern, 2006).

Segundo Stern, um dos investimentos mais eficientes seria a manutenção das florestas, evitando assim as emissões de carbono oriundas do desmatamento (Stern, 2006). Comparado com investimentos em tecnologias mais limpas, a conservação das florestas pode ser relativamente “barata”. Durante a maior parte da sua vida, Nicholas Stern estava preocupado com o crescimento, o desenvolvimento econômico e as finanças públicas. Se este homem recomenda a conservação das florestas como um dos investimentos mais eficientes, isto significa algo. E estes investimentos não são somente uma projeção para o futuro - eles já estão acontecendo. Stern destaca o Programa ARPA como um exemplo no qual a comunidade internacional pode apoiar os esforços do governo brasileiro, em proteger o seu capital natural (Stern, 2006).

CARBONO - O EFEITO COLATERAL DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia e Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Métodos e resultados

Como componente do desenvolvimento e ordenamento territorial, as Unidades de Conservação (UCs) de todas as categorias podem ter um impacto importante na redução do desmatamento. A mera criação de UCs já pode influenciar na redução das taxas de desmatamento por dificultar a apropriação ilegal de terras. Por exemplo, no ano da sua criação, em 2005, o desmatamento caiu 90% na Estação Ecológica “Terra do Meio” e 94% no Parque Nacional “Serra do Pardo” (Casa Civil, 2005). Entretanto, apenas as Unidades com uma infra-estrutura básica, pessoal e recursos financeiros, com capacidades para fiscalização, planejamento e administração podem proteger as florestas de invasões no longo prazo. Um exemplo é a FLONA Tapajós em Santarém, uma das Unidades de Conservação que recebeu investimentos significativos na última década. A imagem de satélite da FLONA diz mais do que mil palavras.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) publicou em 2006 junto com o Woods Hole Research Center e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uma estimativa do efeito das novas UCs criadas nos anos 2004 e 2005 no desmatamento na Amazônia. Segundo eles, é possível evitar 60.000 km² de desmatamento até 2015 se estas UCs forem

consolidadas, o que equivaleria a uma redução de 2.2 bilhões de toneladas de CO₂ (cálculo próprio baseado em Nepstad et al., 2006). Este serviço ambiental tem um valor, no momento, de pelo menos 20 bilhões de reais (Cálculo baseado no preço referencial de 4,36 US\$/t CO₂ na Chicago Climate Exchange (CCX)).



CARBONO - O EFEITO COLATERAL DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia e Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

Por enquanto, não existe nenhum mercado para estes serviços ambientais, ou seja, a cobrança destes 20 bilhões está longe de ser concretizada. A manutenção da floresta tropical foi excluída dos mecanismos flexíveis de Kioto, como por exemplo, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A validação para créditos de carbono nos chamados mercados voluntários, como a Chigaco Climate Exchange (CCX), é difícil e cara. De modo geral, as negociações internacionais sobre como tratar o tema no futuro avançam lentamente. No entanto, existe um mecanismo financeiro que já canaliza compensações de todo o mundo por serviços ambientais para as unidades de conservação no Brasil: o Programa ARPA e, no longoprazo, o Fundo de Áreas Protegidas - FAP. Atualmente, estas doações estão voltadas para a conservação da biodiversidade. Entretanto, a redução de emissões de carbono constitui um importante efeito colateral da atuação do ARPA, e podendo no futuro se converter num argumento importante para captar recursos adicionais para as unidades de conservação.

O uso do argumento do carbono para atrair novos doadores ao Programa ARPA ainda demanda muitos esforços. Um caminho promissor é reproduzir a abordagem do relatório de Stern

e elaborar uma análise custo-benefício do ARPA, focada no efeito colateral do carbono.

Essencialmente, as informações necessárias se limitam a dois valores - benefícios e custos:

- I. O programa ARPA presta um apoio complementar importante a UCs na Amazônia, mas ainda não sabemos qual é a sua contribuição específica sobre a redução do desmatamento.
- II. Existem estimativas de custos para a implementação do programa. Refinar estas estimativas e incluir os custos de oportunidade para a conservação é imprescindível.

É provável que o resultado do cálculo seja consistente com o prognóstico surpreendente feito por Stern: o dólar investido no ARPA reduz mais emissões do que o dólar investido nos mercados de carbono.



CARBONO - O EFEITO COLATERAL DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia e Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Casa Civil. 2005. Tendências do Desmatamento da Amazônia 2004-2005.

<http://www.ecosystemmarketplace.com/> (accessado no dia 21 de mayo de 2007)

Moutinho, Paulo / Schwartzman, Stephan (Eds.). 2005. Tropical Deforestation and Climate Change.

Nepstad, Dan et. al. 2006. A Amazônia em Clima de Mudança: Reduzindo as Emissões de Carbono Resultantes de Desmatamento e Degradação em Grande Escala.

Stern, Nicholas. 2006. The Economics of Climate Change.



DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Fabio Heuseler Ferreira Leite
*Fundo Brasileiro para
a Biodiversidade - Funbio*

Não é segredo que o programa ARPA demorou algum tempo para se tornar um exemplo de arranjo institucional e de modelo de operação para apoiar o funcionamento de unidades de conservação. Esse tempo foi bastante conturbado, as dificuldades institucionais para o início do trabalho conjunto só foram superadas no último trimestre de 2004.

Além da dificuldade na obtenção dos consensos, entendimentos e afins, houve também a complexidade de implementação de um programa em larga escala, em uma região com as características da Amazônia. O ARPA não era em 2003 apenas o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta, era também um dos mais difíceis de fazer acontecer e inédito. Nada parecido havia sido feito em lugar algum, não sendo possível copiar modelos ou experiências. Nos documentos e discursos oficiais essa complexidade é traduzida como “inovadora” e apenas quem participou deste processo de construção sabe a dificuldade que foi criar cada passo, e quantas tentativas de mecanismos e processos não foram bem sucedidas até que encontrássemos o mais adequado. Esse processo ainda não acabou e provavelmente ainda há muito o que inovar no ARPA.

O objetivo deste artigo é mostrar a evolução da execução financeira do programa, momentos importantes neste caminho, as primeiras lições que podem ser tiradas da experiência e alguns dos desafios futuros.



DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados


Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia - Acelerando o ARPA

Oficialmente o ARPA teve início em abril de 2003, seis meses após a assinatura do contrato com o Banco Mundial. Também em abril de 2003 o contrato com o WWF-Brasil foi assinado. Porém, nesse ano, nenhum dos parceiros possuía a capacidade instalada ou desenvolvida para operar o programa integralmente. O Funbio não tinha experiência em licitações, muito menos na Amazônia, e encontrava dificuldade em articular com os parceiros governamentais para que o programa começasse de fato. Um bom indicador desta situação foi o Plano Operativo Anual 2003 (POA), que somente obteve aprovação em dezembro de 2003.

Em 2004 estava claro que a implementação do ARPA não seria simples e diversas negociações foram iniciadas para solucionar os gargalos existentes. Nesse momento surgiram propostas como as contas vinculadas e o sistema Cérebro (sistema atual de gerenciamento do Programa ARPA), que só viriam a ser implementadas de fato em 2005. Em setembro de 2004 também houve um fato crucial para o desenvolvimento futuro do programa: O Funbio e a UCP (Unidade de Coordenação do Programa no Ministério do Meio Ambiente), com grande apoio da GTZ (Cooperação Técnica Alemã) conseguiram começar a trabalhar em conjunto, somando esforços e criando sinergias para a construção de tudo o que viria a dar certo depois disso.

No gráfico  é possível ver claramente a evolução dos gastos do ARPA ao longo dos anos. Em 2003 o gasto foi residual, todo ele em reuniões entre os parceiros. Em 2004 o gasto já é quase 20 vezes maior que em 2003, sendo parte desses recursos investida nas unidades de conservação e parte substancial ainda se concentrando em reuniões entre os parceiros.

Em 2005, principalmente após a aprovação do POA em abril e o início do uso das contas vinculadas e do Sistema Cérebro, o Programa teve um grande salto de execução. A partir desse ano as unidades começaram de fato a sentir a diferença que o ARPA poderia fazer, e a formar a percepção que “o ARPA funciona”.

Durante o ano de 2006 os mecanismos se consolidaram e o programa atingiu níveis de execução condizentes com a sua escala. Em 2007 o aumento na execução é pequeno em relação a 2006, sendo isso um reflexo do alcance da “velocidade de cruzeiro” do Programa, que é o patamar de gasto de R\$ 100.000,00 diários de gasto.

O contrato com o Entwicklungsbank - KfW só foi assinado em novembro de 2004.

O Funbio adotou a velocidade diária de gasto como forma de medir a velocidade de execução do programa. A velocidade de execução de cada POA não permite uma real comparação entre diferentes períodos uma vez que os POAs tiveram durações diferentes. Idealmente os POAs se iniciariam no dia primeiro de janeiro e se encerrariam no dia 31 de dezembro, mas até agora isso não foi possível, apenas quando isso acontecer a velocidade do POA se igualará à velocidade de gasto no ano. O gasto diário considera todos os dias, inclusive fins de semana e feriados para facilitar o cálculo.

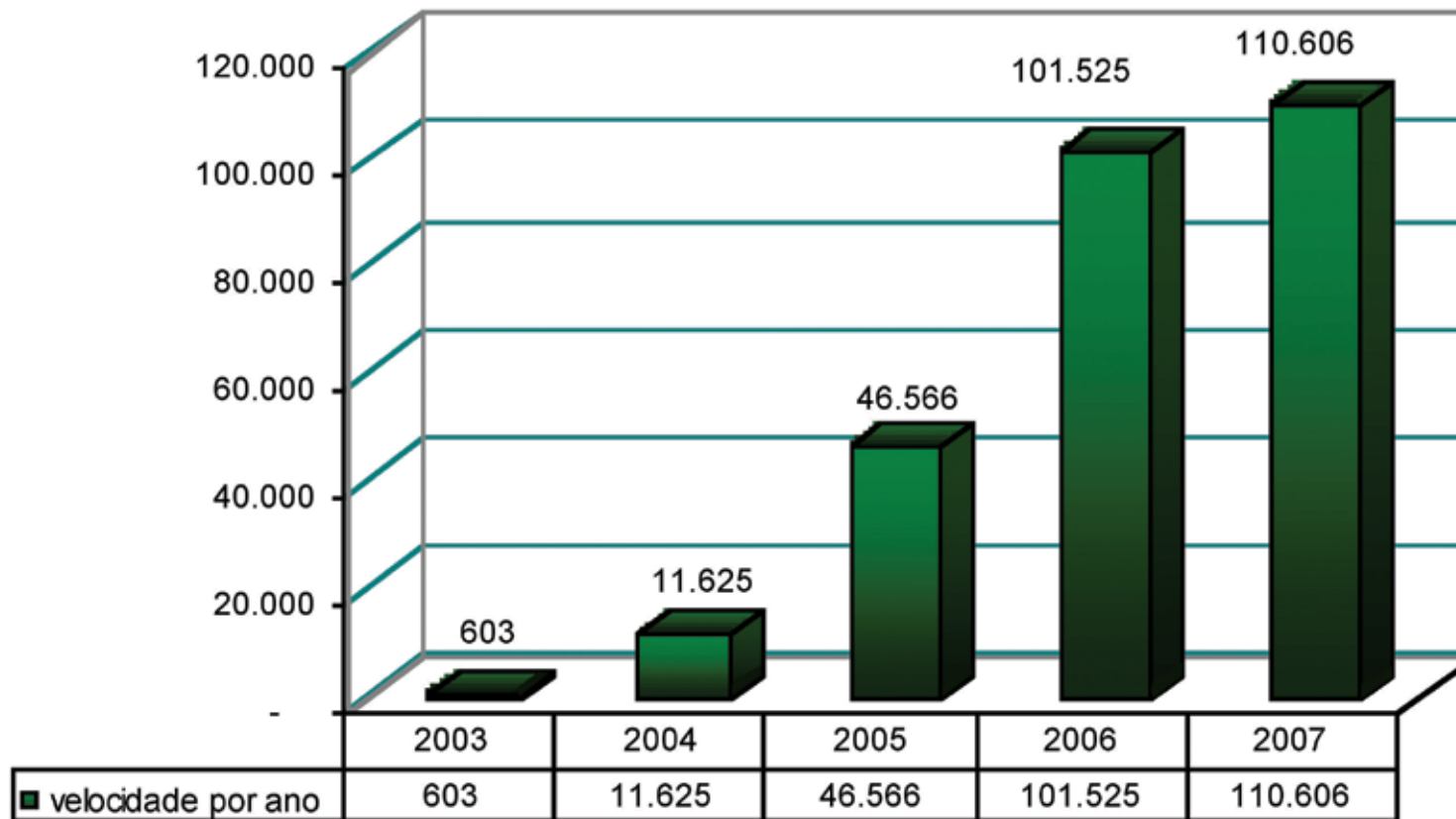


avançar

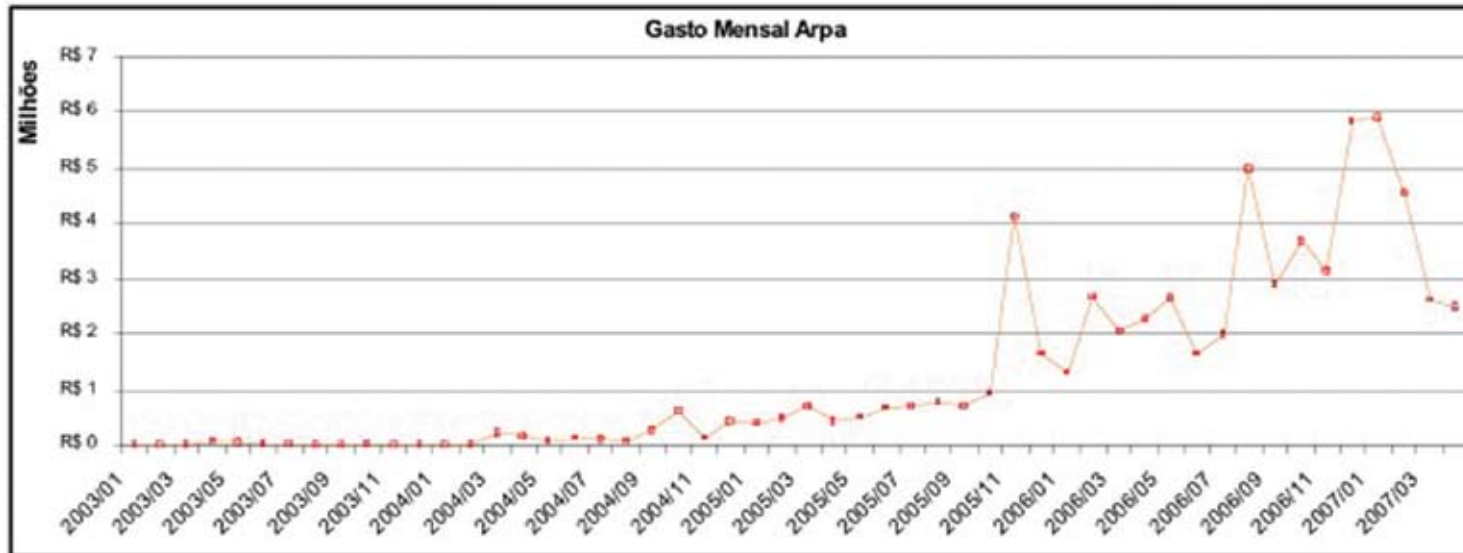
1

2

Velocidade de execução diária (R\$/dia)



montante das solicitações por mês desde o início do projeto



DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Esta aceleração foi possível por diversos motivos, sendo o principal deles a aprendizagem das equipes das instituições em lidar com o ARPA. Por parte do Funbio esse processo aconteceu fortemente nas equipes de compras e contratações, financeira e gerência do Programa na instituição. Atualmente, a equipe que trabalha com o ARPA no Funbio não cresceu em relação ao final de 2004, ou seja, os ganhos observados são inteiramente de produtividade e eficiência. Isso não significa que não exista espaço para melhorias nos processos dessas equipes. A partir de 2007, os novos aprendizados certamente serão convertidos em ganhos de qualidade no atendimento das demandas e, principalmente, em agilidade.



voltar

1

2



DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução


Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados - Comportamento da demanda no ARPA

A figura 1 dá uma boa dimensão da evolução do Programa no decorrer dos anos, mas para verificar como este processo aconteceu é preciso olhar com mais detalhes como evoluiu a demanda por bens e serviços apresentada ao Funbio pelas unidades de conservação. O gráfico  mostra o montante das solicitações por mês desde o início do projeto.

O gráfico abaixo revela momentos interessantes que foram numerados para facilitar o entendimento:

- Momento 1 (março de 2004) - O pequeno degrau na execução do ARPA marca as primeiras entregas de bens para as unidades, ainda no âmbito do POA 2003;
- Momento 2 (outubro de 2004) - Este salto de gastos indica a primeira mudança de POA do ARPA, quando o POA 2003 é substituído pelo recém-aprovado POA 2004. A queda posterior na execução foi o resultado da greve no Ibama naquele período.
- Momento 3 (março de 2005) - Marca o final do POA 2004, o usual aumento nas solicitações gerado nesses períodos e a abertura das contas vinculadas. Em abril o POA 2005 entra em vigor e o Sistema Cérebro começa a operar.

■ Momento 4 (novembro de 2005) - O enorme salto na execução ocorre por dois motivos: o pagamento dos itens solicitados em agosto de 2005, por conta do gatilho de execução que foi aplicado, e a aprovação dos Ajustes do POA 2005, que já era aguardada pelos gestores das UCs, que conseguiram elaborar e enviar especificações e TdRs em curto espaço de tempo ao Funbio.

■ Momento 5 (fevereiro de 2006) - Após o salto de fim de ano, 2006 começou em um ritmo lento (embora fosse quase 3 vezes maior do que o mesmo período em 2005), com muitos funcionários das UCs em férias e diversas atividades em andamento, fruto da aprovação dos ajustes de 2005. Nesse mês foram feitos pagamentos grandes da licitação de automóveis (até então a maior do ARPA) e em abril foi aprovado o POA 2006.

■ Momento 6 (abril de 2006) - É interessante notar que na passagem do POA 2005 para 2006 não houve a correria de solicitações observada nas passagens de POA anteriores e no gatilho. Isso demonstra uma maturidade no processo e um entendimento que “o recurso não será perdido”, típico de orçamentos públicos. Na verdade há um aumento na execução após a aprovação, interrompido pela greve no Ibama em junho/julho de 2006.



avancar

1

2

3

DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

■ Momento 7 (agosto de 2006) - O enorme salto observado foi fruto de vários fatores concomitantes. O período foi propício para a realização de diversas expedições em condições ideais. Além disso, desde junho foram realizados encontros com as equipes das UCs para a elaboração do Plano Estratégico Plurianual (PEP), baseado no Tracking Tools, e as oficinas de elaboração de POAs. Estes encontros serviram também como um momento de esclarecimento de dúvidas, principalmente para novos funcionários nas unidades, provenientes das últimas chamadas dos concursos realizados pelo Ibama e por alguns estados. Esses fatores aumentaram as solicitações e os pagamentos realizados.

■ Momento 8 (fevereiro de 2007) - Apesar de ser a quarta mudança de POA do programa, a mudança do POA 2006 para o POA 2007 foi bastante conturbada. Por um lado o POA 2006 foi o último planejamento sem determinação de tetos orçamentários, previstos na Estratégia de Conservação e Investimento elaborada pela UCP/MMA. Assim, houve um senso de **oportunidade** das unidades em utilizar fortemente os seus recursos no final da vigência do POA 2006. Além disso, a passagem do POAs foi complicada, com uma aprovação parcial. Parte das atividades de algumas unidades estavam ainda em negociação entre as esferas governamentais do ARPA e o Sistema Cérebro sofreu uma adequação em tempo recorde.

Consideramos este oportunismo uma qualidade dos gestores mais atentos, sem dar nenhuma conotação negativa ao mesmo.

De qualquer maneira, apesar de um período desgastante, a execução do ARPA não caiu além daquela já observada no final de 2006 e considerada a “velocidade de cruzeiro” do programa, como explicado na primeira parte deste artigo. Isso demonstra que a percepção de uma interrupção na execução do programa, como foi colocada por alguns parceiros, foi baseada em uma análise de um período singular do programa e não um problema estrutural. Por um lado isso é um bom sinal, de consolidação dos mecanismos existentes, mas por outro acende uma luz de alerta sobre esta atividade de passagem de um POA para o **outro**.

A complexidade de planejamento do programa que foi incrementada com a adoção dos Planos Estratégicos Plurianuais (PEP) e da Estratégia de Conservação e Investimento impactou uma tarefa que era relativamente simples. A adaptação desta tarefa para a passagem do POA 2007 para o 2008 será imprescindível para evitar um novo período de desgaste. Esta necessidade está muito bem identificada e entendida entre o Funbio e a UCP, e a dificuldade técnica desse novo desafio não parece maior em relação a outros que já foram vencidos, de forma que exista confiança de que os problemas serão solucionados sem grandes dificuldades, muito embora exijam atenção especial.



avancar



voltar

1

2

3

DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Uma observação importante que deve ser feita é que cada salto na execução gera um mergulho posterior, porém, este mergulho geralmente manteve a execução em um patamar acima do nível pré-salto. Isso demonstra que estes esforços de execução, sejam eles causados por gatilhos ou por “correrias de fim de POA”, têm um caráter de treinamento forçado para as equipes na ponta, levando a uma execução maior após o salto-mergulho. O único salto em que isso não aconteceu foi exatamente no último, e este comportamento deve se tornar o padrão de agora em diante, pois não deverá haver um crescimento na execução em patamares muito acima do atual, da velocidade de cruzeiro alcançada.

Lições aprendidas

A principal lição dos últimos 4 anos de experiência com o ARPA é que o modelo funciona. As metas ambiciosas imaginadas em 2002 podem ser atingidas através desse tipo de arranjo público-privado, nacional e internacional, voltado para a execução do trabalho nas pontas e participativo.

Outra lição muito importante é que o modelo precisa ser evolutivo, as soluções e mecanismos encontrados devem ser constantemente avaliados, procurando-se melhorias e ajustes que façam o sistema montado funcionar com mais facilidade e agilidade. Muitos mecanismos utilizados com sucesso foram descartados por se tornarem obsoletos frente a outros que fo-

ram criados (um bom exemplo foi a utilização de gatilhos de execução financeira). Existe uma dinâmica própria do programa em procurar melhorar o que em muitos casos já seria considerado ótimo. E, para aqueles mais próximos das pontas, é clara a percepção que ainda há muito no que avançar, e que este avanço será traduzido numa conservação mais efetiva da biodiversidade e da manutenção dos serviços ambientais gerados pelas unidades de conservação na Amazônia.

Um desafio para os parceiros do ARPA é coletar as suas experiências, e aqui são importantes tanto as que deram certo como as que deram errado, e transformar isso em conhecimento acessível a todos os envolvidos com áreas protegidas no Brasil. Esta não é uma tarefa fácil, mas provavelmente existem conhecimentos gerados através da implementação do ARPA que podem contribuir para uma discussão mais ampla sobre o sistema de unidades de conservação nos diversos biomas.



voltar

1

2

3



DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusão

A conclusão geral dessa experiência de implementar o ARPA é muito positiva, apesar de árdua. Todas as instituições envolvidas cresceram nesse processo que ainda não terminou, e, embora ainda existam melhorias a serem feitas na gestão, o momento agora é descobrir como melhor usar os recursos.

Hoje o ARPA deve se voltar mais para as questões técnicas sobre o manejo das unidades. Qual o modelo de Plano de Manejo? Como se constrói um Plano de Proteção eficiente e sustentável do ponto de vista financeiro e da proteção? Como podemos criar sistemas de manutenção preventiva de equipamentos? Que tipos de construção devemos empreender nas unidades? Não seria o momento de discutir construções que conservassem energia e fossem ambientalmente mais adequadas à função de conservação que todas as unidades têm? Essas são algumas das perguntas de origem técnica que podem ser respondidas ou testadas através do [ARPA], todas com potencial de replicação para o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC (Brasil, 2000).

Outro desafio é criar os mecanismos de sustentabilidade financeira para o Programa. O FAP (Fundo de Áreas Protegidas)

já conta com recursos consideráveis e a rentabilidade obtida excede muito o planejado em 2006, mas que outros mecanismos além de doações voluntárias podem alimentar o FAP? Ou diretamente as unidades? Essas respostas estão sendo bastante procuradas pelo Funbio no âmbito do componente 3 do ARPA. Esse é um desafio muito grande, mas as propostas estão surgindo e cedo ou tarde conseguiremos desenvolver mecanismos inovadores que resolvam esse problema.

Por fim, o que o ARPA tem a ensinar ao setor público? Uma lição fácil de ser dita: de acordo com percepções comuns sobre o serviço público, este não consegue ser eficiente nas suas ações, lógica que dá base a propostas sobre a diminuição do estado, majoritárias desde a década de 90. Porém, o que o ARPA tem a ensinar não é apenas isso. Muito pelo contrário, um ensinamento claro do ARPA é que dadas as mesmas condições do setor privado, o setor público tem toda a capacidade de ser eficiente. Além disso, a presença do estado é imprescindível para a conservação da Amazônia, e não só nas unidades de conservação. Mas que condições são essas que o setor público não tem? São, por exemplo, a inexistência de contingencia-

A UCP está desenvolvendo propostas para encaminhar estes aprendizados com vários parceiros.



avanzar

1

2

DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

mento de recursos (algo que impossibilita totalmente qualquer tentativa de planejamento) e a capacidade de adequar a equipe à necessidade da operação.

A equipe do Funbio que trabalha no ARPA mudou muito no decorrer dos últimos 4 anos. Isso ocorreu pela máquina pública. necessidade de adaptação e pelo aprendizado de quais competências eram necessárias para fazer o programa funcionar. Esta não é uma crítica aos concursos públicos ou da estabilidade, mas é fundamental que o setor público consiga não só alocar quantidade de gente suficiente nos locais necessários, mas gente com as competências específicas para cada tipo de trabalho. Este trabalho de alocação e capacitação de seus recursos humanos é fundamental para o bom funcionamento da máquina pública.



voltar

1

2



DE ZERO A CEM EM 4 ANOS A ACELERAÇÃO ATÉ A VELOCIDADE DE CRUZEIRO DO ARPA



Início

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Brasil. 2000. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 19-07-2000.

Programa Áreas Protegidas da Amazônia. 2006. Ferramenta de Acompanhamento da Efetividade de Gestão de Unidades de Conservação ('Tracking Tool'). Relatório Técnico. 142 p.

Programa Áreas Protegidas da Amazônia. 2006. Análise da Eficácia do Programa ARPA. Relatório Técnico. 150 p.

Os dados numéricos são todos provenientes da contabilidade do Funbio para o ARPA.

